

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS**

**ADRIANA PEREIRA SANTANA**

**UM ESTUDO DOS CAMPOS LEXICAIS DO *ÍNDIO* E DO *NEGRO* NO PORTUGUÊS  
COLONIAL**

Campo Grande – MS  
Agosto -2010

**ADRIANA PEREIRA SANTANA**

UM ESTUDO DOS CAMPOS LEXICAIS DO *ÍNDIO* E DO *NEGRO* NO PORTUGUÊS  
COLONIAL

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Negri Isquardo.

Área de Concentração: *Linguística e Semiótica*.

Campo Grande – MS  
Agosto-2010

**ADRIANA PEREIRA SANTANA**

UM ESTUDO DOS CAMPOS LEXICAIS DO *ÍNDIO* E DO *NEGRO* NO PORTUGUÊS  
COLONIAL

APROVADA POR:

---

APARECIDA NEGRI ISQUERDO, DOUTORA (UFMS)

---

ELIZABETE APARECIDA MARQUES, DOUTORA (UFMS)

---

CLOTILDE DE ALMEIDA AZEVEDO MURAKAWA, DOUTORA (UNESP/Araraquara)

Campo Grande, MS, 05 de agosto de 2010.

A ANGELITA, dedicada mãe, sustentáculo da  
minha vida, portadora e doadora de um amor  
incondicional.

À irmã querida - DAMARIS, exemplo de mulher, de  
profissional e, sobretudo, de vida.

## AGRADECIMENTOS

À professora Doutora Aparecida Negri Isquierdo, orientadora por excelência, a mestra que, além de ensinar, aconselhou, compartilhou experiências, foi amiga, acolheu lágrimas, encorajando-me nos momentos oportunos, o que tornou possível o desenvolvimento e a conclusão desta pesquisa e, mais que isso, fez-me acreditar com mais firmeza na escolha da vida acadêmica.

Aos professores do *Programa de Pós-graduação do Mestrado em Estudos de Linguagens/UFMS*, pela atenção dispensada, profissionalismo e conhecimentos partilhados em cada disciplina. Obrigada por especialmente de alguma forma terem contribuído para a realização deste trabalho.

Aos professores Doutores Elizabete Aparecida Marques e Auri Claudionei Matos Frübel, pelas valiosas colaborações fornecidas por ocasião do Exame de Qualificação.

À professora Doutora Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa por ter disponibilizado o acesso à base de dados do Projeto Dicionário Histórico do Português do Brasil, possibilitando-nos a coleta do *corpus* desta pesquisa.

À professora Doutora Maria Tereza Camargo Biderman (*in memoriam*), idealizadora do Projeto Dicionário Histórico do Português do Brasil (séculos VXI, XVII e XVIII), o nosso agradecimento e reconhecimento pela apurada visão científica e acadêmica, deixada como legado para os estudos sobre o léxico no Brasil.

Aos colegas de curso de Pós-Graduação pelas alegrias, vitórias e inquietudes fortemente compartilhadas.

À Coordenação e secretaria do *Mestrado em Estudos de Linguagens*, pela seriedade e responsabilidade em nos atender.

À 'Su', companheira de sala, de orientação e, certamente, companheira na vida, a quem homenageio com as palavras de Rubens Alves que bem traduzem a essência da nossa amizade: “a experiência da amizade parece ter suas raízes fora do tempo, na eternidade. Um AMIGO é alguém com quem estivemos desde sempre”.

Aos sobrinhos Lucas e Tiago, pelos incontáveis auxílios técnicos no trabalho ao longo de todo o Curso de Mestrado. Amo vocês!

Ao amigo Flávio, pelas agradáveis interlocuções e por, muitas vezes, em momentos de apreensão, simplesmente ouvir-me, com grande carinho e amor. Com você compreendi a essência da amizade.

Aos irmãos Darcilene, Osvaldo e Joel, cuja existência, alegria e descontração muito me incentivaram.

A Deus, Pai e Criador de todas as coisas, pela doação da vida e por acreditar em mim muito mais do que eu mesma.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura I</b> - Quadro étnico do Brasil Colônia	46
<b>Figura II</b> - Organograma dos campos lexicais	76
<b>Figura III</b> - Estatística da população brasileira	114
<b>Figura IV</b> - Estratificação social dos escravos Brasil Colônia	120
<b>Figura V</b> - Unidades lexicais que nomeavam instrumentos de castigo dos escravos no Brasil Colônia	135

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>CAPÍTULO I – BRASIL COLÔNIA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA</b>	17
1. Principais indústrias da Colônia	22
2. A mão-de-obra na formação histórica da sociedade colonial	33
3. A formação histórica cultural brasileira	38
<b>CAPÍTULO II – BRASIL COLÔNIA: CONTEXTUALIZAÇÃO LINGUÍSTICA</b>	42
1. Características do português brasileiro	49
2. A unidade <i>versus</i> diversidade linguística do português brasileiro	52
<b>CAPÍTULO III - BRASIL COLÔNIA: CONSTRUÇÃO DA NORMA LEXICAL</b>	56
1. Norma lexical	58
2. Teoria dos Campos – alguns fundamentos	66
<b>CAPÍTULO IV – CONSTRUÇÃO DO <i>CORPUS</i> E PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO</b>	70
1. Coleta de dados do <i>corpus</i>	72
<b>CAPÍTULO V - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b>	78
Análise dos dados	
<b>Povos Autóctones</b>	
<b>CAMPO LÉXICO I</b>	
1. POVOS E LÍNGUAS EM CONTATO	80
<b>CAMPO LÉXICO II</b>	
2. TIPOS HUMANOS - PAPÉIS SOCIAIS	85
<b>CAMPO LÉXICO III</b>	

3. DESIGNAÇÕES ATRIBUÍDAS - FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO	88
<b>CAMPO LÉXICO IV</b>	
4. TRATAMENTO RECEBIDO	105
<b>CAMPO LÉXICO V</b>	
5. ASPECTOS ANTROPOCULTURAIS	109
<b>Povos Alóctones</b>	
<b>CAMPO LÉXICO I</b>	
1. POVOS E LÍNGUAS EM CONTATO	114
<b>CAMPO LÉXICO II</b>	
2. TIPOS HUMANOS - PAPÉIS SOCIAIS	120
<b>CAMPO LÉXICO III</b>	
3. DESIGNAÇÕES ATRIBUÍDAS - FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO	124
<b>CAMPO LÉXICO IV</b>	
4. TRATAMENTO RECEBIDO	134
<b>CAMPO LÉXICO V</b>	
5. ASPECTOS ANTROPOCULTURAIS	140
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	146
<b>REFERÊNCIAS</b>	149

## RESUMO

O período colonial (séculos XVI, XVII e XVIII) foi de suma importância no processo de fixação da língua portuguesa em território brasileiro. Nesse período a língua transplantada pelo colonizador recebeu influências da língua tupi e de outras línguas faladas pelas populações autóctones e africanas, sobretudo no nível do vocabulário, começando assim a delinear-se uma norma lexical brasileira. Isso ratifica a importância do nível lexical como meio de perpetuação de momentos históricos vivenciados pelos falantes de uma língua, já que, por estar em constante processo de expansão, o léxico evidencia uma visão mais apurada e precisa da realidade social. Esta pesquisa tem por objetivo analisar em que proporção o léxico registrado em textos produzidos no Brasil Colônia evidencia a imagem do *índio* e do *negro* veiculadas pela sociedade colonial. Buscou-se, assim, verificar, em que medida determinadas unidades lexicais espelham aspectos da administração, da economia, da política das invasões, dos costumes, da religião, enfim, a cultura relacionada ao *negro* e ao *índio*, nessa fase da história do Brasil, ou seja, analisar a relação existente entre o léxico e a cultura e sua manifestação no vocabulário veiculado nesse período histórico do Brasil. Para tanto, foram analisadas do ponto de vista qualitativo e quantitativo as unidades léxicas relacionadas às áreas semânticas do *índio* e do *negro* extraídas da base de dados do DHPB, tomando como referência a cosmovisão do homem do Brasil Colônia. A seleção das áreas semânticas investigadas foi pautada nos seguintes critérios: importância da cultura e da língua dos povos indígenas e africanos na formação étnica e linguística do Brasil Colônia; o papel social desses povos na sociedade de então e a consequente forma de tratamento a eles dispensado pelos colonizadores nos primeiros séculos de colonização do Brasil. O *corpus* do estudo foi obtido por meio de consulta à base de dados do Projeto – DHPB – Dicionário Histórico para o Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII, em desenvolvimento na UNESP/Araraquara com apoio financeiro do CNPq. Essa base de dados reúne textos representativos do Brasil Colônia produzidos no Brasil durante os três primeiros séculos da colonização. Considerando a natureza do material linguístico examinado, orientaram a pesquisa, fundamentalmente, princípios teórico-metodológicos da Lexicologia, complementados por contribuições teóricas da Semântica, da Linguística Histórica, da Filologia e da História. Os 265 itens lexicais relacionados à imagem do *índio* e do *negro* inventariados do *corpus* foram agrupados em 02 campos léxicos – *povos autóctones e povos alóctones* –, divididos em 10 subcampos, organizados com base nas relações semânticas observadas entre as unidades lexicais selecionadas para estudo. O recorte do vocabulário analisado evidenciou a visão de mundo difundida pelos colonizadores a respeito do *índio* e do *negro* nos três primeiros séculos da colonização do Brasil. Esse vocabulário apontou ainda para aspectos da realidade econômica, do sistema de valores, da estratificação social característicos do momento histórico focalizado, com destaque para o papel desempenhado pelos escravos negros e pelos índios no sistema econômico do Brasil Colônia.

**Palavras-chave:** léxico; índio; negro; Brasil Colônia.

## ABSTRACT

Colonial Brazil (XVI-XVIII centuries) was a very important period concerning to the fixation process of Portuguese language in Brazil. In that period this transplanted language was influenced by Tupi language and other languages spoken by autochthonous and African population, especially in vocabulary level, thereafter, the lexical rules of Brazilian Portuguese began to take shape. This point confirms the importance of the lexical level as a means of perpetuating historical moments experienced by speakers of a language, whereas the lexicon reveals a more accurate sight of social reality because it is in a constant process of expansion. This work aims to analyze in which proportion the lexicon of texts produced during Colonial Brazil evidences the image of Indian (*índio*) and Negro (*negro*) disseminated by colonial society. This paper tried to verify to what extent certain lexical units of Brazilian Portuguese vocabulary reflects administration, economy, land invasion, costumes and all culture related to *índio* and *negro* in this period of the History of Brazil. To achieve this goal, the lexical unities related to semantic areas of *índio* and *negro*, extracted from database DHPB, was analyzed qualitatively and quantitatively, basing on the human being's worldview during Colonial Brazil. The selection of the investigated semantic areas was based on the following criteria: the importance of culture and language of Indian and African peoples during the ethnic and linguistic formation of Colonial Brazil; the social function of these peoples and how they were treated by colonizers during the initial centuries of colonization. The verification was possible after cataloging and analyzing lexical items selected from the database of DHPB (Dicionário Histórico para o Português do Brasil – XVI, XVII, XVIII centuries – UNESP/Araraquara/CNPQ). This database assembles representative texts produced during those three centuries. In this work the fundamentals of Lexicology and Semantics were chosen as theoretical-methodological bases, considering the quality of the linguistic materials, and it was supplemented with Historical Linguistics, Philology and History. The analysis of chosen vocabulary was done by collecting 265 lexical items grouped into 2 lexical groups (autochthonous and allochthonous peoples), divided into 10 subgroups, paying special attention to the intersection between several semantic areas. The vocabulary analysis revealed the image disseminated by colonizers about Indian people and Negro people during the three initial centuries of colonization. This vocabulary also revealed some peculiar aspects of economic reality, value system and social stratification during this moment, highlighting the function of Negro slaves and Indian people among the economic system of Colonial Brazil.

**Key words:** lexicon; *índio*; *negro*; Colonial Brazil

## INTRODUÇÃO

Os séculos XVI, XVII e XVIII foram de suma importância para o processo de formação do português brasileiro, pois foi nesse período que teve início a sua consolidação. No Brasil Colônia é que começou a ser delineado, embora timidamente, o processo de contato entre as línguas dos povos autóctones, faladas pelos grupos indígenas e as dos povos alóctones, faladas pelo europeu e pelos grupos de escravos importados da África. Para Mariani (2004, p.19), “trata-se de um período histórico de confronto entre línguas com memórias e histórias de sentidos dessemelhantes, em condições assimétricas de poder tais que a língua colonizadora tem condições políticas e jurídicas para se impor e se legitimar relativamente às outras colonizadas”.

Em posição dominante, foi no Brasil Colônia que a língua transplantada pelo colonizador português começou a receber influências dos outros grupos linguísticos<sup>1</sup>, principalmente no âmbito do vocabulário, fato que resultou na formação da norma lexical brasileira. Considerando-se a norma como “um sistema de realizações obrigatórias, consagradas social e culturalmente” (COSERIU, 1979, p. 50), pode-se relacioná-la à instituição social da língua, de caráter determinante e até impositivo, no caso, a língua portuguesa.

Fazer uma análise linguística tendo como eixo o nível lexical implica também investigar a realidade de determinado grupo, pois, estando em contínua expansão, o léxico evidencia importantes aspectos de natureza social, histórica, linguística e cultural de uma sociedade. Nesse sentido, esclarece Biderman (2001, p. 179) que

o léxico de qualquer língua constitui um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos. Abrange todo o universo conceptual dessa língua. Qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades. Os membros dessa sociedade funcionam como sujeitos agentes, no processo de perpetuação e reelaboração contínua do léxico da sua língua.

No contexto do Brasil Colônia, o léxico, entendido como o conjunto de unidades léxicas de um idioma, funcionou como elemento essencial no processo de nomeação da realidade e, por configurar-se como o mais dinâmico entre os níveis da língua, sofreu constante expansão por

---

<sup>1</sup> Para Biderman (2002, p. 66), durante os séculos da colonização portuguesa no Brasil “a intensa miscigenação de brancos, indígenas e africanos formou uma população mestiça, que teria provavelmente falado um crioulo com muitas contribuições linguísticas de línguas indígenas e africanas. Nesses quatrocentos anos de convivência, índios, negros, mestiços e brancos foram-se aculturando mutuamente, pouco a pouco. Assim, a língua portuguesa assimilou as demais, ficando profundamente marcada por influências indígenas e africanas, manifestadas, sobretudo, na fonética e no vocabulário”.

estar diretamente relacionado aos costumes, à tradição e à história desse período. Em vista disso, pode-se referendar a posição de Biderman (1998, p. 7) de que o universo lexical de um grupo sintetiza a sua maneira de ver a realidade e a forma como seus membros estruturam o mundo e designam as diferentes esferas do conhecimento.

Nessa perspectiva, o léxico funciona como testemunha dos costumes, de tradições e modo de vida de uma época. Assim, a análise do vocabulário utilizado por diversos autores, relacionados a determinado grupo pode, sim, evidenciar e testemunhar aspectos da realidade histórica, social e econômica da época em que ele foi produzido.

Percebe-se que na atualidade têm-se intensificado, nas pesquisas linguísticas, o retorno aos estudos histórico-diacrônicos sobre o Português do Brasil (PB), diferindo do quadro no século XX, quando não houve muitas pesquisas na área de linguística, focalizando o nível diacrônico das línguas. Mary Kato (1993, p.14) associa essa volta aos estudos de natureza histórica à questão da identidade: “... mexer com o problema da identidade é mexer com a história. Quer-se saber como tal identidade foi adquirida”.

E, dentro desse contexto, dois projetos destacam-se, no cenário nacional: o PHPB - Para uma história do português do Brasil e o DHPB - Dicionário Histórico do Português do Brasil, séculos XVI, XVII e XVIII. O projeto PHPB foi lançado em 1997, sob a coordenação do professor doutor Ataliba de Castilho e, na atualidade, conta com a participação de 09 equipes regionais que se ocupam de diversas questões relacionadas à formação do português brasileiro, sobretudo, as de cunho histórico-linguístico. Uma das grandes diferenças entre o PHPB e o DHPB reside na delimitação dos objetivos. O PHPB visa, em linhas gerais, a descrever e compreender a língua utilizada no Brasil nos séculos XVI ao XIX, a partir da formação de um grande *corpus* diacrônico que contemple uma diversidade de tipologias textuais. O DHPB, por sua vez, objetiva não somente traçar a história do léxico brasileiro durante o período colonial (1500-1808), mas também a elaboração de um dicionário histórico do português do Brasil. A elaboração desse dicionário é aceita como um importante acréscimo à história da lexicografia brasileira e portuguesa, em termos de obras lexicográficas voltadas para a língua portuguesa no início da colonização brasileira.

Para o alcance do produto do projeto (o dicionário), foram traçados, pela equipe responsável, coordenada inicialmente pela professora Maria Tereza Camargo Biderman e na atualidade por Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa, ambas da UNESP/Araraquara, objetivos

específicos para esse empreendimento lexicográfico: - criação da Base Textual do português colonial para ser o *corpus* de referência do dicionário; - informatização dos textos impressos e manuscritos selecionados para integrar a base textual; - processamento computacional do *corpus* para geração da nomenclatura do dicionário e elaboração do dicionário.

O *corpus* desta dissertação foi levantado da base de dados do Dicionário Histórico para o Português do Brasil (por ora, disponível em rede apenas para a equipe de redatores)<sup>2</sup> e reuniu unidades léxicas relacionadas às áreas semânticas do *índio* e do *negro* na esfera linguístico-social do Brasil Colônia.

“Um estudo dos campos lexicais do *índio* e do *negro* no português colonial” tem, pois, como principal finalidade analisar em que proporção o léxico de textos produzidos no Brasil Colônia evidenciam a imagem<sup>3</sup> do *índio* e do *negro* veiculadas pela sociedade colonial. Para tanto, foram analisadas do ponto de vista qualitativo e quantitativo as unidades léxicas relacionadas às áreas semânticas do *índio* e do *negro* extraídas da base de dados do DHPB, tomando como referência a cosmovisão do homem do Brasil Colônia. A pesquisa buscou verificar em que medida o vocabulário relacionado ao *índio* e ao *negro* evidencia aspectos sociais, econômicos, administrativos, políticos e culturais presentes no Brasil Colônia, ou seja, analisar a relação existente entre o léxico e a cultura e sua manifestação no vocabulário veiculado nesse período da história do Brasil. A seleção das áreas semânticas investigadas foi pautada nos seguintes critérios: importância da cultura e da língua dos povos indígenas e africanos na formação étnica e linguística do Brasil Colônia; o papel social desses povos na sociedade de então e a consequente forma de tratamento a eles dispensado pelos colonizadores nos primeiros séculos de colonização do Brasil.

Vale ressaltar que o propósito da pesquisa não foi o levantamento e o estudo etimológico de palavras de base indígena e/ou de base africana, mas sim a seleção e a análise do vocabulário relacionado às áreas semânticas do *índio* e do *negro* na sociedade colonial e a sua relação com a visão de mundo desse período da história do Brasil. Nesse contexto, adquirem espaço nesta pesquisa fundamentos da Lexicologia e da Semântica, os ramos do saber que se ocupam do estudo e da organização do léxico e do significado, respectivamente.

---

<sup>2</sup> Tivemos acesso ao *corpus* ainda inédito e restrito do DHPB via nossa orientadora, que integra a equipe do Projeto e obteve autorização da Profa. Dra. Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa para elaboração do *corpus* desta dissertação.

<sup>3</sup> O termo imagem está sendo tomado aqui como representação mental e verbal, de acordo com a perspectiva de Palmer (2000).

Ao longo deste trabalho foram levantadas algumas questões que, sob a nossa óptica, embora não careçam de respostas estanques e exatas, poderão servir de aporte para a reflexão linguística, no que tange ao léxico em estudo: a) pode-se depreender que o funcionamento de determinado léxico foi ou ainda é influenciado por condições históricas específicas? b) a questão da política linguística pouco alicerçada, no sentido de contemplação equiparada das três etnias formadoras, influenciou no processo de origem e difusão do português brasileiro? c) é possível fazer uma relação direta entre determinado acervo lexical e a sociedade?

Ao tratar da *formação e da consolidação da norma lexical e lexicográfica no português do Brasil*, Biderman (2002, p. 65-80) destaca a existência, na primeira fase da história do português, de uma situação de *bilinguismo*, entre a língua portuguesa que já no século XVI apresentava traços de unidade e as línguas indígenas e africanas. Segundo essa autora, no final do século XVI os líderes da colonização brasileira solicitavam ao Rei de Portugal que enviasse sacerdotes que dominassem a língua dos índios, o que comprova a importância e a influência indígenas no falar do brasileiro. No que tange à influência africana, há a existência de um fator não vivenciado pelo indígena – a convivência com os brancos no ambiente doméstico –, fator esse que contribuiu para o surgimento “de uma sociedade híbrida no Brasil”. A mesma pesquisadora acresce que em meados do século XX se inicia a discussão sobre a identidade linguístico-cultural brasileira, destacando-se, nesse cenário, o escritor romântico José de Alencar.

Ao longo do século XX surgem autores como Houaiss (1992), que discorre sobre o estatuto indígena do português do Brasil; Melo (1975), que trata da influência tupi, além do maior expoente da pesquisa em línguas indígenas no Brasil – o linguista Aryon Dall’igna Rodrigues, em efetivo exercício, desde a década de 1940.

No que diz respeito à influência africana, Raimundo Nina Rodrigues é considerado o precursor dos estudos africanistas no Brasil, com destaque para o livro *Os africanos no Brasil* (1932); Margarida Petter, linguista atuante na área de Linguística Africana e contatos de português com línguas africanas, uma das organizadoras da obra *África no Brasil* (2008); Yeda Pessoa de Castro, com pesquisas de cunho linguístico e etnológico que analisam a contribuição africana no português do Brasil, dando ênfase à presença de línguas africanas na Bahia. Um dos trabalhos mais representativos dessa autora é a segunda edição da obra *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro* (2005). Mais recentemente, *O português afro-brasileiro* (2008), organizado por Dante Lucchesi, veio a somar os estudos sobre a influência africana no

português do Brasil. Esses autores, uns em maior, outros em menor proporção tentaram delinear o processo de formação da norma brasileira configurado por níveis de influência, tanto das línguas indígenas, quanto das línguas africanas.

Nesse contexto, esta pesquisa tem, pois, a expectativa de contribuir com a reflexão sobre a relação entre léxico e cultura, tomando como referência as áreas semânticas relacionadas ao *índio* e ao *negro*, bem como a sua manifestação e inserção no vocabulário em uso no Brasil Colônia.

Em termos teórico-metodológicos e levando em conta o objeto da pesquisa e a natureza dos dados catalogados para a sistematização do acervo vocabular examinado, buscamos pressupostos teóricos na Teoria dos Campos Léxicos. Assim, partimos da concepção de Coseriu (1977), para quem um campo léxico é, “do ponto de vista estrutural, um paradigma léxico que resulta da repartição de um conteúdo léxico contínuo entre diferentes unidades dadas na língua como palavras e que se opõem de maneira imediata umas às outras, por meio de traços distintivos mínimos” (TN<sup>4</sup>).<sup>5</sup> Já o lexicólogo francês, Georges Matoré (1953), trabalha com o conceito de campo nocional e apresenta a noção de *palavra-testemunha* referindo-se àquelas de valor semântico significativo em dado vocabulário. Vidos (2001, p. 74), referindo-se às ideias de Matoré (1953), pondera que “as palavras não são os testemunhos da história, segundo o ponto de vista histórico, mas, conforme o ponto de vista sociológico-estruturalista, o reflexo de um estado da sociedade.” Neste estudo, portanto, centrar-nos-emos no léxico como instrumento eficaz no sentido de refletir, espelhar o modo de vida da sociedade do Brasil Colônia.

Após elegermos como pano de fundo a Teoria dos Campos Léxicos para a organização dos dados, passamos à etapa de agrupamento das 265 lexias<sup>6</sup> que formaram o *corpus* do estudo, segundo uma rede de significação. As seguintes etapas foram cumpridas na tentativa de descrição e análise dos dados coletados: a) levantamento bibliográfico; b) composição do *corpus*; c) formação dos campos lexicais; d) agrupamento das lexias nos campos e análise léxico-semântica do repertório lexical catalogado com significação contextualizada, considerando, para tanto, a perspectiva histórico-social do Brasil Colônia.

---

<sup>4</sup> A indicação TN após uma citação assinala que a tradução foi realizada pela autora deste trabalho.

<sup>5</sup> “Un campo léxico es, desde el punto de vista estructural, un paradigma léxico que se origina por la distribución de un continuo de contenido léxico en diferentes unidades, dadas em la lengua como palabras, que están recíprocamente en oposición inmediata mediante rasgos distintivos de contenido simples” (COSERIU, 1977, p. 146).

<sup>6</sup> “Na terminologia de B. Pottier, a lexia é a unidade de comportamento léxico. Opõe-se a morfema, menor signo linguístico, e a palavra, unidade mínima construída. É, portanto, a unidade funcional significativa do discurso” (DUBOIS, 2006). Neste estudo foram utilizados com o mesmo valor os termos lexia, unidade léxica e item lexical.

Esta dissertação foi estruturada em 05 capítulos. O Capítulo I trata das origens da colonização brasileira, com enfoque histórico-social. O Capítulo II, por sua vez, discute a gênese da língua portuguesa em território brasileiro, portanto, estruturado numa perspectiva histórico-linguística. Já o Capítulo III é dedicado aos aspectos relacionados à construção da norma lexical brasileira, enquanto o Capítulo IV contém a descrição metodológica do trabalho, envolvendo os aspectos de construção do *corpus* e a proposta de sistematização dos dados. Prosseguindo, no Capítulo V, são apresentados os dados agrupados em campos lexicais e a respectiva análise dos dados, segundo os parâmetros estabelecidos. Na sequência têm-se as considerações finais e as referências.

## CAPÍTULO I

### BRASIL COLÔNIA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Sabe-se que a história do Brasil teve seu início distante do espaço hoje denominado brasileiro. Ela tem seu início no continente europeu, num contexto de grandes navegações e de grande prestígio comercial na história de Portugal. Segundo Skidmore (1998, p. 37), qualquer explanação sobre o papel histórico de Portugal nas Américas deve começar pelo vínculo entre a Coroa e a exploração ultramarina. Isso porque os portugueses foram os primeiros europeus a lançarem-se no processo de expansão marítima. Tal pioneirismo ocorreu devido a inúmeros fatores de ordem interna, tais como: i) a precoce centralização política; ii) uma burguesia forte e, iii) uma considerável experiência em navegação.

Faz-se necessário, antes de tratar do processo de colonização do território brasileiro, recuperar alguns aspectos relativos à efetivação de uma colonização mais geral: a da América. A busca por colônias americanas que oferecessem produtos de alta lucratividade e que consumissem sem questionamentos os produtos das metrópoles constituíram os principais objetivos dos países mercantilistas europeus. Na realidade, o aproveitamento e/ou a exploração dos recursos americanos permitiu a fixação das populações européias no novo território, posteriormente denominado Brasil, o que contribuiu para a incorporação de grande parte da cultura dos europeus na região recém-descoberta. Por serem vistas como instrumentos de poder das metrópoles, as colônias geravam e enviavam à Coroa os produtos a baixíssimo custo e, consumiam, por sua vez, os produtos metropolitanos a preços elevadíssimos (SODRÉ, 1976, p. 59-62).

Conforme Prado Júnior (1994, p. 19-23),<sup>7</sup> até o final do século XIV, a história de Portugal se define pela formação de uma nova nação europeia, constituindo peça chave contra a invasão árabe que ameaçou todo o continente europeu. Já no início do século XV a história portuguesa muda de rumo. É que Portugal vai gradativamente transformar-se num país marítimo e, ao desligar-se, de certa forma, do Continente e voltar-se para o Oceano, torna-se uma grande potência colonial. Segundo o mesmo autor é sempre como *traficantes*<sup>8</sup> que os europeus fazem a abordagem das várias empresas que lhes proporcionaram alta lucratividade. Na África os

---

<sup>7</sup> A primeira edição da obra “Formação do Brasil Contemporâneo” é de 1942.

<sup>8</sup> No capítulo “O sentido da colonização” da obra Formação do Brasil Contemporâneo o historiador Caio Prado Júnior faz uso do termo “traficantes” para referir-se aos colonizadores europeus.

européus traficaram marfim, ouro e escravos; na Índia o alvo foram as especiarias e na América que a princípio constituiu um obstáculo a ser contornado, os interesses foram numerosos: madeira, açúcar, algodão, tabaco, mão-de-obra, dentre outros.

A ideia de povoar a América no sentido de provê-la dos mais variados recursos, a começar pelos básicos, inicialmente não acomete os colonizadores europeus. É o comércio que lhes interessava, comércio esse encontrado no oriente com muitas opções de mercadorias. A América apresentava uma situação bem diferente:

um território primitivo habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável. Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio. A ideia de povoar surge daí, e só daí (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 24).

Na América, observadas as condições, tornava-se um imperativo primeiramente povoar para em seguida organizar a produção. Desejando dar continuidade à expedição de Vasco da Gama às Índias (1498), os portugueses investiram na expedição de Pedro Álvares Cabral também destinada às Índias com o objetivo de dominar o comércio de especiarias. No percurso dessa viagem o Brasil é “descoberto” (1500). Não foram o nosso foco, neste estudo, discussões relacionadas à casualidade ou intencionalidade de tal descoberta, apenas abrimos um espaço para o registro do ponto de vista de Prado Júnior (1994, p. 20) que evidencia uma crítica acerca da história da colonização do Brasil:

a colonização portuguesa na América não é um fato isolado, aventura sem precedente e sem seguimento de uma determinada nação empreendedora; ou mesmo uma ordem de acontecimentos, paralela a outras semelhantes, mas independente delas. É apenas a parte de um todo, incompleto sem a visão deste todo. Incompleto que se disfarça muitas vezes sob noções que damos como claras e que dispensam explicações; mas que não resultam na verdade senão de hábitos viciados de pensamento.

Na visão de Sodré (1976, p. 61), desde muito cedo, a colonização apresentou dificuldades, cuja estrutura econômica portuguesa não estava preparada para solucioná-las. A primeira delas era atrair povoadores para um destino que oferecia pouquíssimas perspectivas, seguida das precárias condições de trabalho, o que resultava em praticamente nula a possibilidade de sobrevivência, sobretudo, quando o almejado era mais ambicioso, ou seja, o enriquecimento rápido.

Já se tornaram comuns leituras superficiais acerca do processo de colonização do Brasil e talvez esse seja o problema: analisar isoladamente o fato “descobrimento”, deixando de lado os interesses, objetivos específicos e velados que motivaram e deram sustentação a ele. Do ponto de vista das autoridades lusitanas, a colonização brasileira passa a ser encarada como um fato estritamente necessário e seus resultados como consequências naturais. Todavia, é preciso ter um olhar além da conquista do território, além da questão da sobrevivência, além dos limites impostos. O período do descobrimento assim é resumido por Prado Júnior (1994, p. 22):

em suma e no essencial, todos os acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos “descobrimientos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV, e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora.

Após o retorno de Cabral a Portugal (1500), a Coroa Portuguesa preocupou-se com a exploração do litoral com o objetivo de extrair o potencial econômico da nova terra, isso porque não era meta dos portugueses criar um sistema produtor nas colônias, mas sim se apropriarem dos bens já produzidos pelos habitantes locais. No entanto, mesmo com muita determinação lucrativa, logo perceberam que as novas terras descobertas não ofereciam grande potencial de metais preciosos e especiarias, a exemplo do Oriente. A visão inicialmente paradisíaca começava a desfazer-se, visto que “o que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custava ousadia, não riqueza que custava trabalho” (HOLANDA, 1995, p. 49). Assim sendo, Portugal limitou-se a continuar reconhecendo o novo terreno e a manter a posse da nova terra durante as primeiras décadas pós-descobrimento.

A única riqueza comercial explorada na fase inicial da colonização (1500-1530) foi o *pau-brasil*. Do tronco dessa árvore extraía-se uma tinta que servia para tingir tecidos e para fabricar tinta de escrever, além da utilidade da madeira para a fabricação de móveis e de navios. Para garantir a mão-de-obra indígena na extração da madeira, a Coroa Portuguesa instaurou um tipo de relação de produção denominada *escambo*, sistema em que todo o trabalho realizado era pago por meio da troca do trabalho por quinquilharias. Esse tipo de relação configurava-se, também, como uma forma de exploração, pois o indígena, não conhecendo o dinheiro e nem tendo noção de economia de mercado, sujeitava-se a trabalhar em troca de objetos, na maioria das vezes, sem valor e utilidade (MOTA; BRAICK, 2005, p. 43-44).

O *escambo* se processava basicamente de duas maneiras: pela troca de mercadorias por mercadorias e pela troca de mercadoria por trabalho braçal. Essa última forma se desenvolve de maneira crescente para atender as necessidades dos donatários<sup>9</sup>, a ponto de por fim ao *escambo* e dar início efetivo ao sistema de escravidão. Assim, o nativo não trabalhava ou trocava objetos por opção, mas sim por imposição.

Como Portugal não tinha recursos próprios para implantar um sistema administrativo em sua colônia americana, a Coroa resolveu transferir o ônus da colonização para a empresa particular. Assim, em 1534 o rei D. João III instituiu as capitâneas hereditárias, sistema que implicou a divisão do território, em lotes, tomando como critério para essa divisão as linhas paralelas ao Equador, tendo como parâmetro as que foram entregues aos chamados donatários. Os capitães donatários formavam um grupo heterogêneo composto de pessoas da pequena nobreza, burocratas e comerciantes ligados à Coroa. A capitania era recebida da Coroa por meio de uma carta de doação, documento que concedia a posse da terra ao donatário. Como não tinham a propriedade plena desse bem patrimonial, mas apenas a concessão, os donatários não podiam vender nem doar as terras. Esse direito cabia exclusivamente ao rei de Portugal (MOTA; BRAICK, 2005, p. 46).

O sistema de capitâneas hereditárias não alcançou, principalmente do ponto de vista econômico, o sucesso almejado, podendo ser elencados os seguintes fatores como possíveis causadores desse fracasso: i) falta de terras férteis em determinadas capitâneas; ii) conflitos entre os donatários e os índios; iii) desinteresse de muitos donatários que preferiram não arriscar sua fortuna e, por isso, jamais tomaram posse do lote, e, sobretudo, iv) escassez de recursos econômicos. A maior parte dos donatários era oriunda da pequena nobreza, empobrecida, sem recursos para explorar suas vastas possessões (CÁCERES, 1993. p. 35-36).

Nesse contexto, foi inevitável a participação do Estado português na administração colonial, a fim de apoiar a iniciativa particular e dar continuação ao processo colonizador. Essa participação foi viabilizada pela criação de um Governo-Geral (1548) para a Colônia, com o objetivo de centralizar a administração colonial e de colocar 'ordem' nas ações isoladas dos donatários. As atribuições estabelecidas por Portugal para o primeiro Governador-Geral, expressas num documento assinado pelo rei, denominado Regimento, conferiam-lhe plenos poderes:

---

<sup>9</sup> Proprietários de terras recebidas da Coroa como concessão.

eu, el-rei, faço saber a vós, Tomé de Sousa, fidalgo de minha casa, que vendo quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as capitâneas e povoações das terras do Brasil [...], ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte, em um lugar conveniente, para daí se dar favor e ajuda às outras povoações [...]; e por ser informado que a Bahia de Todos os Santos é o lugar mais conveniente da Costa do Brasil [...], que na dita Bahia se faça a dita povoação e assento, e para isso vá uma armada com gente, artilharia e tudo o mais que for necessário. E pela muita confiança que tenho em vós hei por bem de vos enviar por governador às ditas terras do Brasil (BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 35-36).

Como se nota, a fundação da cidade de Salvador para ser a sede da administração colonial foi a primeira e a mais importante missão de Tomé de Sousa, primeiro Governador-Geral do Brasil. Essa escolha não foi aleatória, muito pelo contrário, ela representou uma estratégia do governo imperial, pois Portugal desejava controlar melhor o litoral nordestino, onde já se desenvolviam grandes plantações de cana-de-açúcar.

Outro importante objetivo alcançado pelo primeiro Governo-Geral foi a introdução da criação de gado no Nordeste, atividade econômica que desempenhou importante papel na alimentação, no transporte e na ocupação geral do território brasileiro.

Com Tomé de Souza também vieram os primeiros jesuítas. Desde então os interesses políticos para o desenvolvimento da Colônia passaram também a relacionar-se diretamente à religião cristã professada e propagada pelos primeiros missionários. Com a presença e atuação dos jesuítas nova luta começa a se processar entre homens que visavam a objetivos distintos: os colonos buscavam tirar o maior proveito das terras conquistadas explorando a mão-de-obra nativa, enquanto os jesuítas queriam a conversão dos gentios, sua submissão e salvação. Ribeiro (1995, p. 48-49)<sup>10</sup> assinala que, para os jesuítas, os índios passaram a ser criaturas de Deus com direito a uma vida digna e, para tanto, teriam que abandonar suas crenças e assumir o culto cristão. Já para os colonos, os índios eram considerados seres de natureza muito mais animal que humana, sendo direcionados, portanto, à escravidão.

Apesar da criação do Governo-Geral, a administração da Colônia não foi efetivamente centralizada. Serão as câmaras municipais (1650), que constituirão a verdadeira e quase única

---

<sup>10</sup> “Por que o Brasil ainda não deu certo? A resposta veio com a edição do livro *O Povo Brasileiro*, obra de mais de trinta anos de estudo. Trata-se de uma tentativa de tornar compreensível, por meio de uma explanação histórico-antropológica, como os brasileiros se vieram fazendo a si mesmos para serem o que hoje somos. Uma nova Roma, lavada em sangue negro e sangue índio, destinada a criar uma esplêndida civilização, mestiça e tropical, mais alegre, porque mais sofrida, e melhor, porque assentada na mais bela província da Terra” (RIBEIRO, 1995, p. 16).

administração da Colônia, à medida que foram encarregadas dos assuntos de ordem local, de natureza administrativa, policial ou judiciária. Prado Júnior (1994, p. 30-31) apresenta um esboço da representação nas câmaras municipais, a seguir sintetizado. O primeiro ponto era relacionado às eleições para os cargos administrativos, das quais só participavam os grandes proprietários de terras, fato esse que direcionava o poder político somente a alguns. Algumas câmaras mantinham representantes efetivos em Lisboa, reportando-se diretamente ao governo português, enquanto outras continuavam submissas às autoridades na Colônia.

No intuito de tomar efetivamente as rédeas da administração colonial e de intensificar a centralização administrativa, o governo português, a partir do século XVII, passou a investir com mais precisão no desenvolvimento nas grandes atividades econômicas no Brasil (açúcar, tabaco, gado, ouro, dentre outras), atividades essas contínuas, pois, com o declínio de uma, rapidamente levantava-se outra.

## **1. As principais indústrias da Colônia**

Em linhas gerais, a economia colonial na América caracterizou-se pela mão-de-obra escrava, pelo latifúndio, pela cultura de produtos tropicais e pela exploração de metais preciosos. Todavia, outras atividades também desempenharam importante papel, nesse contexto, existindo paralelamente a aquelas que interessavam mais diretamente à política mercantilista metropolitana. Ribeiro (1995, p. 68), por exemplo, pontua quatro fatores de natureza social e econômica que foram decisivos para o desenvolvimento e expansão da economia colonial:

- substituição da solidariedade elementar fundada no parentesco, característica do mundo tribal igualitário, por outras formas de estruturação social;
- introdução da escravatura indígena logo substituída pelo tráfico de escravos africanos;
- integração de todos os núcleos locais em uma estrutura sociopolítica única, que teria como classe dominante um patronato de empresas e uma elite patricial dirigente;
- disponibilidade de capitais financeiros para custear a implantação das empresas.

O mesmo autor ainda assinala que no plano econômico o Brasil é produto da implantação e da interação de quatro ordens de ação empresarial, com distintas funções e diferentes graus de rentabilidade, a saber: a primeira e principal delas foi a empresa escravista, seguida da segunda empresa, a jesuítica, também de reconhecido sucesso econômico. A terceira, de rentabilidade menor, recaiu no setor das microempresas de produção de gêneros de subsistência e, por fim, a quarta ordem que foi constituída por banqueiros e comerciantes de importação e de exportação.

Esse último grupo acabou por dominar e supervisionar os outros três: “esse setor parasitário era, de fato, o componente predominante da economia colonial e o mais lucrativo dela. Ocupava-se das mil tarefas de intermediação entre o Brasil, a Europa e a África” (RIBEIRO, 1995, p. 161-162).

Nesse contexto, torna-se necessário compreender os mecanismos de origem e de formação das grandes indústrias desenvolvidas no Brasil, pois a esses mecanismos estava para sempre interligado o maior objetivo da colonização: o lucro. Conforme Prado Júnior (1994, p. 31),

se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras.

Esse mesmo autor, na sua obra *História Econômica do Brasil*<sup>11</sup>, apresenta a seguinte periodização para as atividades econômicas ao longo do período Colonial: 1530-1640: *agricultura* – açúcar e tabaco; *pecuária* - gado; 1640-1770: *extrativismo* - ouro; 1770-1808: *agricultura* - algodão, arroz, anil e café.

A agroindústria do açúcar foi a primeira atividade econômica estratégica no Brasil Colônia, cujo desenvolvimento articulou a exploração da América e da África. Conforme Priore e Venâncio (2001, p. 34), a experiência portuguesa na África foi fundamental para a instalação dos engenhos no Brasil:

A economia colonial teve início seguindo o modelo usado na ilha da Madeira: cultivo de cana-de-açúcar, construção de engenhos e uso de mão-de-obra escrava. Começava, assim, a rendosa empresa de caça ao indígena e com ela o tráfico de 'negros da terra' – termo utilizado para diferenciá-los dos negros africanos, então chamados de 'negros da Guiné', que, aliás, começaram a chegar em profusão a partir de 1550 -, a fim de abastecer os núcleos de colonização.

Pelo Tratado de Tordesilhas (1494)<sup>12</sup>, uma parte do território brasileiro já pertencia aos portugueses antes mesmo de 1500, mas muitos países europeus não aceitavam os termos da partilha. Para promover a efetiva ocupação da Colônia, Portugal optou pela organização de um empreendimento agrícola que fosse rentável para a Coroa. O produto escolhido foi o açúcar, de

<sup>11</sup> Consultamos a 1ª edição da obra, em sua 46ª reimpressão.

<sup>12</sup> “Assinada na pequena cidade de Tordesilhas, ao norte de Espanha, em 07 de junho de 1494, a *Capitulación de la partición del Mar Oceano* dividiu as zonas de influência dos países ibéricos em dois hemisférios, demarcados de pólo a pólo, cabendo a Portugal as terras “descobertas e por descobrir” situadas aquém da linha demarcada a 370 léguas a oeste de Açores e Cabo Verde, e à Espanha as terras que ficassem além desta linha” (VAINFAS, 2001, p. 559).

alto preço no mercado europeu. Sodré (1976, p. 63), por exemplo, explicita alguns fatores que fizeram do açúcar o gênero básico da colonização:

era adequado às condições ecológicas da área americana; - era objeto de consumo tradicional no mercado europeu; - estava incorporado à experiência portuguesa de produção e de comércio; - era suscetível de atrair recursos para o investimento inicial; - tinha possibilidade de facilitar a solução do problema de alargamento do mercado consumidor.

Dentre esses fatores um merece atenção especial pela influência que exerceu no processo de colonização: a ampliação do mercado consumidor. Foi justamente do seu desenvolvimento que dependeu grande parte do investimento açucareiro, tendo em vista que, durante o século XVI, o açúcar era caracterizado como especiaria: pouco peso e volume, alto valor unitário e consumo controlado. Ao apropriar-se das técnicas de produção, Portugal deu um salto em direção à ampliação do consumo, sendo resultado imediato a queda do preço do produto e a perda da condição de especiaria para tornar-se mercadoria corrente, de amplo consumo (SODRÉ, 1976, p.70).

A produção do açúcar acontecia em grande escala industrial nas grandes propriedades rurais e dependia do trabalho escravo. O produto destinava-se, sobretudo, ao mercado europeu, além do suprimento da população local.

O açúcar constituiu a primeira grande atividade do Brasil Colônia. Serviu de base para a fixação do europeu em território brasileiro e configurou como maior “esteio econômico” dos primeiros séculos de colonização do novo território. A produção de açúcar exigiu a criação de uma estrutura de sustentação ao desenvolvimento dessa atividade econômica que propiciasse a obtenção do objetivo básico do colonizador português: o lucro. Essa estrutura abrigava, por exemplo, extensas propriedades, pastos para os animais utilizados no transporte das mercadorias, madeira e lenha para o processamento da cana, proteção dos canaviais contra predadores naturais e principalmente mão-de-obra especializada. O capital para tamanhos empreendimentos foi obtido por meio de empréstimos, concedidos por banqueiros flamengos, o que tornou possível a construção de engenhos. As fazendas canavieiras, popularmente chamadas de engenhos, consistiam de um conjunto de construções, em geral interligadas, do qual faziam parte a senzala, a capela e o engenho (PRADO JÚNIOR, 1994, p.144).

A organização da lavoura canvieira tinha como núcleo central o engenho, que abrangia grandes áreas, constituindo-se numa organização complexa e dispendiosa. Nas palavras de

Holanda (1995, p. 80)<sup>13</sup>, “o engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo”. Essa posição se ratifica com a de Prado Júnior (1994, p. 147): “o engenho é um verdadeiro mundo em miniatura, em que se concentra e resume a vida toda de uma pequena parcela da humanidade.” Diegues Júnior, por seu turno, destaca, além da exploração econômica exercida no engenho, aspectos de natureza social, política e demográfica, relacionados a esse tipo de empresa. O autor considera a inserção do engenho como

«centro social» porque dele se irradiou a formação dos hábitos, dos costumes de vida em sociedade, das maneiras de distinção nas relações sociais; [...] como «centro político» pois a sua importância está ligada ao papel que exerceram os proprietários rurais através das câmaras e das funções públicas no período colonial. Eram senhores de engenho que ditavam ordens aos administradores; [...] e como «centro demográfico», pois se constituiu, o engenho, o foco do crescimento e do desenvolvimento das populações, onde se processaram as relações entre os grupos étnicos. A mestiçagem encontrou, no engenho, a sua intensificação (DIEGUES JÚNIOR, 1960, p. 115-116).

O processo produtivo transformou o engenho na maior atividade econômica da Colônia na qual “se combinavam terra, técnica, trabalho compulsório, plantação de cana-de-açúcar e equipamentos” (MOTA; BRAICK, 2005, p. 53).

A sociedade colonial do período açucareiro refletia as relações de produção existentes. Assim, a estrutura dessa sociedade estava baseada em duas classes opostas: de um lado a classe de proprietários e, de outro, a dos escravos. A classe dos proprietários era representada pelos senhores de engenho:

O ser «senhor de engenho» é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estima os títulos de fidalgos do Reino (ANTONIL, 1982, p. 75)<sup>14</sup>.

Importante destacar nesse excerto a obrigatoriedade de o senhor de engenho ser “homem de cabedal”, isto é, homem detentor de capital e dos contingentes de mão-de-obra disponíveis, exigidos para manter o funcionamento do engenho, desde a preparação dos terrenos para a plantação da cana até a exportação do produto processado para o mercado europeu. A condição de

---

<sup>13</sup> A primeira edição da obra data de 1936.

<sup>14</sup> A obra *Cultura e Opulência do Brasil* é de autoria do jesuíta italiano André João Antonil. A primeira edição, publicada em 1711, foi recolhida no mesmo ano de sua publicação, medida tomada pelo governo português (D. João V), que se opunha à divulgação das riquezas do Brasil, principalmente as de natureza mineral. Neste trabalho consultamos a 3ª edição/1982.

proprietário de terras e, sobretudo, de homens de cabedal garantia ao senhor de engenho uma liderança generalizada na sociedade colonial.

Já os escravos, segundo o jesuíta Antonil (1982, p.89), eram “as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente”. Vê-se que o engenho tinha no escravo negro a base de toda a produção, razão por que qualquer reação de resistência dos escravos era punida violentamente: as fugas, os quilombos e a prática de suicídio, por exemplo, eram evidências da resistência dos negros à escravidão.

O papel preponderante do escravo africano na lavoura de cana-de-açúcar, bem como a sua relação com a mineração são muito bem sintetizados por Sodré (1998, p. 62):

nos canaviais se inicia a vida brasileira. E foi o negro que suportou o surto de riqueza que constituiu o motivo principal da vida da colônia até que, nos altiplanos de Minas Gerais, um novo gênero de existência, baseado numa outra fonte de riqueza, vai atrair as populações. [...] O canavial domina, sem rivalidades, dois séculos da existência do Brasil português. E o canavial é negro. [...] a segunda etapa do desenvolvimento econômico do Brasil, a do ouro, encontra no elemento servil também a sua base. A escravaria se propagava para o interior.

Há que se considerar, porém, que a agroindústria do açúcar não representou a única forma de organização econômica existente no Brasil Colônia. Outros produtos como o algodão e o tabaco foram cultivados em menores escalas de produção, porém com lucratividade para os colonizadores.

O tabaco, por exemplo, teve o seu início como atividade econômica no século XVII, mas já no princípio do século seguinte oferecia grandes lucros para a Colônia, tendo alcançado, inclusive, o comércio exterior. Fumado, mascado ou aspirado, o tabaco ocupava importante lugar nas exportações brasileiras. Antonil, por exemplo, compara esse produto com a cana-de-açúcar, argumentando que

se o açúcar do Brasil o tem dado a conhecer a todos os reinos e províncias da Europa, o tabaco o tem feito muito mais afamado em todas as quatro partes do mundo, nas quais hoje tanto se deseja, e com tantas diligências e por qualquer via se procura (ANTONIL, 1982, p. 149).

Grande parte da exportação do tabaco era destinada a África, sendo utilizada, assim como a cachaça, nas transações do tráfico de escravos negros. Uma ressalva importante ao papel/missão dos escravos nesse tipo de cultura é feita por Prado Júnior (1994, p. 154):

mas embora não tenhamos estatísticas e dados tão preciosos como no caso do açúcar e do algodão, percebe-se muito bem, através do depoimento daqueles que trataram da matéria, que o caráter desta lavoura não é, no seu conjunto, diverso do dos demais grandes produtos agrícolas da colônia. A predominância nela do trabalho escravo já é disto um índice seguro.

Essa seguridade quanto à predominância do trabalho escravo é notória, não somente em relação à plantação e ao cultivo do tabaco, mas também em todas as outras atividades que sustentaram a economia colonial. Tanto nos registros da época, quanto nos atuais, não faltam detalhes da declarada escravidão que, na realidade, constituem informações básicas, de grande proporção e consequências advindas do início da história do Brasil. O tabaco servia como moeda na compra de escravos negros da África e era produzido em grandes propriedades agrícolas tocadas por escravos, sendo a maior parte dessa produção destinada à exportação.

Já a atividade da pecuária foi introduzida na Bahia inicialmente por Tomé de Souza (1549), primeiro Governador-Geral, e foi utilizada na Colônia para fins de alimentação e de transporte. Funcionando como economia secundária, esteve ligada durante os séculos XVI e XVII à agricultura, em que se destacava o cultivo de cana-de-açúcar e, durante o século XVIII, à mineração (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p. 147).

Em meados do século XVIII, a atividade econômica da pecuária alcançou considerável desenvolvimento. Segundo Prado Júnior (1994, p. 186), “só na cidade da Bahia eram consumidos, anualmente, vinte mil bois, em São Luís do Maranhão seis mil, e em Belém do Pará, com apenas treze mil habitantes, o consumo chegava a onze mil cabeças”.

Vale ressaltar que o trabalho escravo ganha outra característica no âmbito dessa atividade, pois, como o cuidado com o gado exigia maior mobilidade do profissional, tornava-se difícil o controle dos escravos quanto a possíveis fugas. Temendo, todavia, que os escravos abandonassem os animais ou os levassem juntos nas suas fugas, grande parte do trabalho com o gado era realizado predominantemente por homens livres e escravos que recebiam certa quantia pelo serviço realizado: “os que as trazem [as boiadas] são brancos, mulatos e pretos, e também índios, que com este trabalho procuram ter algum lucro [...]” (ANTONIL, 1982, p. 202).

O pagamento geralmente era feito pelo sistema de troca por gado. Os vaqueiros, por exemplo, responsáveis pelos animais, recebiam como pagamento um bezerro a cada quatro nascidos, o primeiro passo para a posterior formação do próprio rebanho e conseqüente aquisição da fazenda para criá-los. Embora houvesse certa, na atividade da pecuária, adaptação e flexibilização ao trabalho escravo, Antonil ressalva que “as suas jornadas são de quatro, cinco e

seis léguas [...]. Porém, aonde há falta de água, seguem o caminho de quinze e vinte léguas, marchando de dia e de noite, com pouco descanso, até que achem paragem onde possam parar” (1982, p. 202). Nota-se, pois, que as condições de criação e cuidado com o gado não eram de todo pacíficas e sem sofrimentos. Na Colônia pode-se dizer que a pecuária possuiu, inicialmente, estreita relação com a atividade canavieira, uma vez que a criação de gado na Colônia muito servia aos engenhos de açúcar. Em síntese, a pecuária movimentava a economia com a comercialização dos produtos oriundos do gado:

Além da carne, o couro era também um importante produto da pecuária, utilizado para embalar os rolos de fumo exportados para a Europa e para produzir calçados, arreio e selas de montaria. A carne era consumida pelos habitantes mais ricos das cidades. Já as vísceras, bofes, tripas e sangue serviam de alimento aos escravos. A carne e o leite eram muito consumidos no próprio sertão (CÁCERES, 1993, p. 51).

Pelo exposto, percebe-se que a pecuária teve pouco incentivo na Colônia, pois representava negociações de cunho mais interno que externo, como foi o caso do açúcar. Como o principal objetivo de todas as indústrias da Colônia era a obtenção de lucros expressivos, somente o mercado externo seria capaz de propiciar o alcance dessa meta.

Além da diferença com relação aos mercados consumidores, a pecuária diferenciava-se da indústria canavieira no plano da mão-de-obra, como já assinalado. Enquanto a indústria do açúcar recorreu, desde o princípio, à mão-de-obra escrava, a pecuária, sem a complexidade da agricultura, procurou seguir o caminho do trabalho livre: “na criação, predominava o trabalho de negros libertos, mestiços livres, de todo tipo e brancos pobres. Vaqueiro e peão recebiam pagamento” (MOTA; BRAICK, 2005, p. 54).

Para Sodré (1998, p. 62), o regime pastoril não pôde comportar o trabalho escravo, pois os trabalhadores responsáveis produziam somente para o sustento, sem pretensões de grandes lucros. Era tudo transitório no regime pastoril. O caráter da propriedade, extremamente móvel, não permitia a fixação do homem à terra, nem propiciava a vontade de melhorar o lugar de onde tirava o seu sustento. O regime pastoril não teve “fisionomia arquitetônica” como ocorreu com o engenho.

Com o aumento da criação de gado o que parecia solução passou a ser motivo de transtorno, no contexto do Brasil Colônia, pois o grande número de cabeças de gado destruía o canavial e ocupava o espaço, anteriormente reservado à indústria canavieira. Já no século XVIII a

pecuária passou a ser ligada à atividade mineradora, fornecendo alimento aos trabalhadores das minas.

Como as exportações do açúcar brasileiro começaram a diminuir no final do século XVII pelo fato de a Holanda ter começado a comercializar o produto com preços mais acessíveis ao mercado europeu, a atividade da mineração representou a alternativa para a Colônia, uma vez que, nesse cenário de crise, Portugal começou a buscar novas fontes de riquezas, tendo sido a atuação dos bandeirantes, ainda no final do século XVII, preponderante na descoberta de minas de ouro, primeiramente, no atual Estado de Minas Gerais e, posteriormente, estendendo-se para os Estados de Goiás e de Mato Grosso. Essa cronologia da descoberta do minério é assim descrita por Sodré (1976, p. 72):

pelas suas andanças nos sertões, os paulistas descobriram, por volta de 1695, ouro em abundância na região do Rio da Velhas, em terras dos atuais municípios mineiros de Sabará e Caeté. Em 1696, a descoberta de novas jazidas deu início à ocupação do Vale do Ouro Preto. Os anos seguintes viram ser abertos caminhos auríferos em Mato Grosso e Goiás.

Durante todo o século XVIII o Brasil vivenciou o chamado “ciclo do ouro”, atraindo grande número de brasileiros e de portugueses para as regiões auríferas. Cáceres (1993, p. 88), por exemplo, muito bem sintetiza os tipos de trabalhadores envolvidos no âmbito da atividade mineradora:

havia todo tipo de gente: brasileiros de todas as vilas e regiões, brancos, pretos, pardos e indígenas a serviço dos mineradores paulistas e portugueses vindos do reino. A mistura era composta de homens e mulheres de diferentes condições sociais: nobres e plebeus, ricos e pobres, homens livres e escravos, religiosos seculares e de ordens religiosas, mendigos, foragidos, desertores, soldados, ladrões e assassinos.

Desse quadro depreende-se que as condições de vida na Colônia, em termos de alimentação, moradia, vestuário, animais para o transporte e comércio dificilmente seriam favoráveis a toda essa demanda de gente sonhadora e certa da obtenção de lucro rápido. Além disso, esse novo cenário instaurou um novo quadro nas relações sociais, pois todos os garimpeiros ficavam continuamente expostos à desconfiança dos líderes colonizadores, desconfiança essa advinda do fato de o ouro, dadas as suas características, ser uma mercadoria fácil de ser escondida em virtude do seu alto valor mesmo em pequenas quantidades.

Em face disso, a Coroa Portuguesa fixou o limite mínimo de cem arrobas (cerca de 1500 quilos) da produção total do ouro como cota anual a ser atingida por todo trabalhador. No caso do não alcance dessa meta, a população era obrigada a completar a soma. Nesse contexto de exploração, em curto espaço de tempo os trabalhadores podiam perder os seus bens, a liberdade e até a própria vida (PRADO JÚNIOR, 1945, p.162). Ressalte-se que o pagamento dessas cem arrobas só se efetivava após o período de recolhimento do quinto, ou seja, dos 20% da produção total que devia ser destinada à administração da Colônia.

Essa situação foi motivada pela “necessidade” de reforço à economia portuguesa que enfrentava séria crise. As vidas postas em risco pareciam justificar-se dada a necessidade de reorganização econômica da Coroa, já que a descoberta e a exploração das minas surgiram como elemento atenuante para a situação da economia metropolitana, cada vez mais decadente, após Portugal ter se libertado do domínio espanhol e, conseqüentemente, tornar-se dependente do comércio inglês, nas décadas finais do século XVII. Prova disso foi o Tratado de Methuen (1703), pelo qual a Inglaterra abria seus mercados ao vinho português e Portugal aos tecidos ingleses. Isso explica, em parte, a rígida fiscalização e a pesada tributação vigentes, durante o período da exploração das minas no Brasil.

No final do século XVIII a mineração do ouro começa a entrar em declínio, sendo, na visão de Prado Júnior (1945), o esgotamento das jazidas sua principal causa e a má administração pública que manteve a Colônia isolada do resto do mundo, não oferecendo o mínimo de conhecimento técnico relativo à atividade em questão aos colonos. Soma-se a isso o fato de os recursos necessários para amenizar a crise da mineração já estarem comprometidos com o sistema fiscal e com a compra de escravos importados da África. Enfim, uma soma de fatores contribuiu para a instauração desse quadro crítico na economia desse período da história do Brasil:

a ignorância, a rotina, a incapacidade de organização nesta sociedade caótica que se instalara nas minas, e cuja constituição não fora condicionada por outro critério que dar quintos a um rei esbanjador e a sua corte de parasitas, e no resto satisfazer o apetite imoderado de aventureiros, davam-se às mãos para completar o desastre (PRADO JÚNIOR, 1945, p.61).

A decadência da mineração, nas últimas décadas do século XVIII, trouxe conseqüências tanto positivas quanto negativas para o Brasil que se constituíram em elementos importantes para o desenvolvimento do Brasil, após o período colonial:

o desenvolvimento de um mercado interno, devido à ligação da economia mineira com outras regiões da colônia; - o deslocamento do eixo econômico do Nordeste para o Sudeste; - aumento da população colonial; - transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro (1763); - formação de uma camada social média; - enfraquecimento do equilíbrio do sistema colonial devido à opressão fiscal, provocando o rompimento entre a classe dominante da colônia e a metrópole (CÁCERES, 1993, p. 91).

Desde a descoberta das primeiras jazidas de ouro, a metrópole tomou providências destinadas a controlar e a regulamentar a atividade mineradora, seja em termos de distribuição das *datas*<sup>15</sup>, seja no que tange à arrecadação de tributos. Percebemos, pois, que esses fatores pesaram positiva e negativamente na formação do Brasil, após o Período Colonial, já afastado do domínio de Portugal.

As regiões auríferas eram de propriedade do rei que podia doá-las a quem quisesse para exploração. Quando alguém descobria uma jazida tinha a obrigação de comunicar o fato imediatamente à equipe do rei. Já as formas de arrecadação dos tributos estabelecidas pela Coroa variaram no decorrer do tempo.

Com o ciclo da mineração, compreendido entre o final do século XVII e início do XVIII, o Brasil atravessou a fase culminante da escravidão, uma vez que cidades inteiras assemelhavam-se a enormes senzalas: “Vila Rica, que pode ser tomada como exemplo frisante da época, atravessa a sua etapa de opulência e de esplendor, com uma população negra entregue aos labores da mineração. Nunca o escravo fora tão barato e o seu comércio tão intenso” (SODRÉ, 1998, p. 51). Relatos como esse, sobre o papel do escravo, referendam a importância de estudos como o aqui realizado que tenham como objeto o estudo da relação entre o universo lexical e a história social do período selecionado para a pesquisa, no nosso caso o Brasil Colônia.

Os progressos técnicos do século XVIII permitiram a renovação da atividade da agricultura, que se encontrava fora do centro da economia desde a decadência do ciclo do açúcar. Essa renovação se dará com a produção e a comercialização de dois novos produtos: o algodão e o café. O algodão não era produto de destaque na Europa, que já se destacava na produção e na comercialização do linho e da lã. Consequentemente, no Brasil, o produto se tornou a principal matéria-prima industrial, fixando-se no comércio internacional. O algodão já era um produto nativo do Brasil conhecido pelos indígenas, que utilizavam seus fios para tecer as redes de

---

<sup>15</sup> O termo *data*, no Brasil Colônia, nomeava os espaços de terra previamente estabelecidos pela Coroa Portuguesa que delimitava quem “por direito” poderia explorar as minas. Além da acepção específica de espaço destinado à exploração de minérios, o termo *data* também designa, genericamente, “porção ou faixa de terra” (CALDAS AULETE, 1980).

dormir, sendo o cultivo dessa planta apenas destinado ao consumo interno, principalmente à confecção de roupas e de rendas. Com a colonização o cultivo do algodão se difundiu, passando a servir, depois de tecido e fiado, também para a confecção da vestimenta dos escravos. Assim, de insignificante cultura de expressão local, sem projeção econômica, a partir de 1775, quando se tornou mercadoria de grande importância no mercado internacional, o algodão torna-se uma das maiores riquezas da Colônia. Nesse particular, como em todas as outras atividades econômicas no Brasil Colônia, o quesito exportação assume grandes proporções que acabam por determinar o sucesso ou insucesso do ramo econômico.

No caso do cultivo do algodão, o progresso foi muito facilitado pela considerável simplicidade da produção. Ao contrário do açúcar, quase nada exigia em termos de infraestrutura: “seu benefício se limitava à separação do caroço e ao enfardamento, operações simples que não exigem senão instalações sumárias” (PRADO JÚNIOR, 1945, p. 80-84).

Já o café começa a ser cultivado no Brasil em larga escala no final do século XVIII. As grandes demandas feitas pela Inglaterra ativaram o cultivo do produto no Brasil, chegando a emparelhar-se ao açúcar em termos de importância comercial. Durante o século XVIII, o cultivo do café limita-se ao Nordeste brasileiro, embora a qualidade do solo não fosse propícia para a cultura desse produto. Somente no século XIX, quando começa a ser implementada, na região Sudeste, a cafeicultura atinge o seu apogeu na economia brasileira, adquirindo importância nos mercados internacionais e tornando-se o principal alimento de luxo nos países do Ocidente. A esse respeito Prado Júnior (1945, p. 167) destaca:

a famosa frase “o Brasil é o café,” pronunciada no Parlamento do Império correspondia legitimamente a uma realidade [...] café deu origem, cronologicamente à última das três grandes aristocracias do país, depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os fazendeiros de café se tornam a elite social brasileira.

Em matéria de organização, a atividade cafeeira sustenta-se, pelo menos de início, na exploração da mão-de-obra de escravos negros. Nesse contexto, não pode ser desconsiderado o fato de, no auge econômico da cultura do café, já no século XIX, diante das políticas abolicionistas, a exploração escrava foi substituída pelo trabalho assalariado dos escravos.

Todavia, fato assente é que a colonização da América alicerçou-se fundamentalmente na força de trabalho dos escravos africanos. Na agricultura, na mineração ou na pecuária, os portugueses, espanhóis, franceses, ingleses ou holandeses, com maior ou menor intensidade,

exploraram a mão-de-obra de escravos africanos, sendo os portugueses os precursores dessa exploração.

## **2. A mão-de-obra na formação histórica da sociedade colonial**

Dos três grupos que estão na base da formação étnica da população brasileira (branco, índio e negro), a indígena e a africana até na atualidade são vítimas de problemas étnicos consideravelmente complexos. Para o branco ainda há certa homogeneidade, se considerado o campo estritamente histórico, o que não ocorre às etnias indígena e africana que apresentaram, desde o início da história colonial, grande diversidade étnica a ponto de nem o impositivo sistema de escravidão operado no Brasil conseguir evitar segregações.

O avanço português pelo litoral africano a partir do século XV representou um importante marco para o comércio escravista de negros. O crescimento das atividades econômicas, em especial a indústria da cana-de-açúcar, e a redução da população indígena acabaram por favorecer o crescimento do tráfico negreiro para o território brasileiro.

Os primeiros a serem utilizados pelos portugueses como escravos foram os grupos indígenas, habitantes nativos. Vivendo junto ao litoral e de custo quase simbólico constituíram um 'prato cheio' à Colônia em termos de mão-de-obra. Ainda se propagou a ideia de que os indígenas limitavam-se a assistir a ocupação da terra pelos portugueses e a sofrer passivamente os efeitos dessa colonização. A tese de que a população autóctone encontrava-se em um nível civilizatório muito baixo é responsável por essa presunção. Sabe-se, todavia, que nos limites de suas possibilidades, os indígenas lutaram bravamente por suas terras, pela segurança e, sobretudo, pela liberdade.

Essa resistência resultou no declínio do emprego do trabalho indígena. Sodré (1976, p. 69), por exemplo, assim descreve o quadro encontrado pelo colonizador com relação aos nativos, o que resultou no 'afastamento' da população autóctone como mão-de-obra:

O colonizador encontra no Brasil o regime de comunidade primitiva, no qual não havia mercadoria, não havia excedente de produção, a produção era consumida pela própria comunidade, nada era objeto de troca. As comunidades indígenas, não tendo atingido fase de sua desintegração, por força do desenvolvimento histórico dos instrumentos e da divisão social do trabalho, resistiram às novas relações de produção impostas pelos colonizadores. O indígena não conhecia a atividade agrícola como o colonizador a encarava. A terra lhe servia para caçar ou para plantar e colher o suficiente ao consumo da comunidade.

Sendo o problema fundamental o trabalho, tornava-se difícil solucioná-lo, pois, de um lado, havia a administração colonial visando somente aos lucros e, de outro, numerosas comunidades, buscando simplesmente a subsistência. Daí a impossibilidade, na maior parte do período, de o indígena participar como mão-de-obra ativa na esfera da grande empresa colonial.

Consoante Ab'Saber (2004, p. 75), a divisão do trabalho dos povos indígenas obedecia a critérios baseados no sexo e na idade. Assim, as mulheres ocupavam-se com os trabalhos agrícolas (desde o plantio até a colheita dos alimentos); com as atividades de coleta de frutas silvestres; colaboravam nas pescarias; transportavam produtos das caçadas; preparavam farinha; cuidavam dos animais domésticos; realizavam todos os serviços domésticos; faziam depilação e tatuagem dos homens pertencentes a seu lar. Já os homens derrubavam o mato e preparavam a terra para a horticultura, entregando-a pronta para o plantio às mulheres; praticavam a caça e a pesca; fabricavam canoas, arcos, flechas, tacapes e adornos; obtinham o fogo por processo rudimentar, construíam malocas, cortavam lenha, fabricavam redes, realizavam expedições guerreiras e, como manifestação do carinho, podiam tatuar as mulheres e auxiliá-las no parto.

Percebe-se, pelo exposto, que o trabalho das populações nativas voltava-se somente para a subsistência, logo, não havia espaço e nem aceitação para a exploração econômica. As mulheres, por exemplo, suportavam uma carga extremamente pesada de atividades, porém, menos intensa que a carga cumprida compulsoriamente pelas mulheres negras africanas.

Com a utilização de escravos índios na lavoura canavieira os portugueses despertaram a oposição dos jesuítas, empenhados em catequizar os nativos. Segundo Freyre (2004, p. 229), enquanto era exigido do escravo índio abater árvores, caçar, pescar, guiar os exploradores através do mato virgem e outras atividades parecidas, o indígena ainda conseguia corresponder. Já não era o mesmo ser humano livre de antes da colonização, mas a nova condição de vida ainda não o massacrara física e moralmente: “esse desenraizamento viria com a colonização agrária. Com a monocultura, representada principalmente pelo açúcar. O açúcar matou o índio. Para livrar o indígena da tirania do engenho é que o missionário o segregou em aldeias”.

Segregando o indígena em aldeias, por um lado, a igreja católica, representada pelos padres jesuítas, ia, aos poucos, sutilmente reconhecendo a liberdade civil dos índios e, com isso, gradativamente, distanciando-os do estigma social ligado à escravidão, mas, por outro lado,

o regime disciplinar, quase de caserna, a que eram submetidos, e que fazia deles verdadeiros autômatos impelidos pela voz incontestável e insubstituível de seus mestres e chefes, os integrava de tal forma na vida e rotina das reduções, que

fora delas o índio se tornava incapaz de aproveitar os ensinamentos da civilização que lhe tinham sido ministrados; tudo isto não era de molde a formar membros da comunhão colonial, mas sim coletividades enquistadas nela e visceralmente dependentes de seus organizadores (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 92).

Vale ressaltar, todavia, que a notória defesa do índio por parte dos jesuítas não era nem de longe uma proteção inocente e desinteressada: “embora defensor do índio, o missionário, na prática e na generalidade dos casos, preparava-o para coexistir com o colonizador, com todas as graves consequências que essa preparação trazia inclusive a de ser precursora da escravização” (SODRÉ, 1976, p. 113). Uma das razões do tratamento nem sempre fraterno dos jesuítas para com o indígena resultava da resistência de muitos deles à pregação. Segundo Freyre (2004, p. 217), “da boca de um deles, e logo do qual, do mais piedoso e santo de todos, José de Anchieta, é que vamos recolher estas duras palavras: espada e vara de ferro que é a melhor pregação.”

Uma das estratégias dos jesuítas para evitar a rebeldia dos nativos foi focar a atenção na educação da criança indígena. Inculcando-se a doutrina cristã na criança desde muito cedo se amenizavam e por vezes até extinguíam-se os conflitos entre os valores nativos e os cristãos: “ainda indefinido na moral e vago nas tendências. Pode-se dizer que foi o eixo da atividade missionária: dele o jesuíta fez o homem que quis” (FREYRE, 2004, p. 218). Logo, a educação precoce favorecia “cortar-se o mal pela raiz”, em termos de formação religiosa e valores.

Prado Júnior (1994, p. 91) destaca o indígena como elemento de grande interesse de três instituições: a colônia, a metrópole e as missões jesuíticas. Para os colonos era um mero trabalhador; para a metrópole, um povoador e, para o terceiro grupo, o alvo de propagação da fé. Nota-se que, aparentemente, os três grupos parecem evidenciar interesses distintos, mas o processo de contato resultou em interesses semelhantes e complementares, ou seja, a estratégia de primeiro conquistar e agradecer para posteriormente explorar.

Na visão de Ab'Saber (2004, p. 140), a influência dos jesuítas foi destrutiva no processo de desenvolvimento dos indígenas, se comparado às atividades dos colonos e da Coroa, apesar da forma branda de agir e dos motivos espirituais que inspiravam as ações desses religiosos. Coube-lhes desempenhar as funções de agentes de assimilação dos índios à civilização cristã. Em termos práticos, isso significou que os jesuítas conduziram a política de *destribalização* dos indígenas, à medida que os líderes religiosos concentravam seus esforços na destruição de grande parte da tradição tribal. Além disso, instalaram nas crianças dúvidas a respeito da interioridade da opinião dos pais e da legitimidade das tradições.

A inserção do escravo africano em substituição ao indígena também representou aumento de lucros para a Coroa, pois o tráfico assegurava uma forma de ampliação de capital. Além disso, a dificuldade de captura dos índios e a expressiva diminuição da população indígena, como resultado dos maus tratos, da fome e da violência criaram dificuldades para a manutenção da mão-de-obra indígena.

Ao contrário das comunidades primitivas, em que não havia excedentes de produção, trocas, mercadorias, classes sociais e divisão social do trabalho, no regime escravista, ocorria tudo isso. Embora o tráfico tenha iniciado meio timidamente, com o predomínio de uma economia natural, acaba por desembocar na aquisição compulsiva de escravos africanos que, quando chegavam ao território brasileiro tinham que conviver com um tipo de tratamento altamente diferenciado, segundo a condição social. Conforme Antonil (1982, p. 90), um provérbio corrente na Colônia era: “O Brasil é o inferno dos negros, o purgatório dos brancos e o paraíso dos mulatos e das mulatas”.

A primeira associação do provérbio pode ser explicada pela ausência de liberdade e pela extensa carga de trabalho imputada ao escravo negro, fatores que geravam grande sofrimento. Tendo em vista a força da sociedade cristã na época colonial e os tipos de exploração existentes, os brancos careciam do perdão de Deus, enquanto os mulatos e as mulatas gozavam de muitos privilégios, uma vez que ser meio branco, meio negro significava ser aceito na sociedade e livre de preconceitos. Um verdadeiro “paraíso” na sociedade de então.

É preciso considerar ainda que a escravidão tornou possível a divisão do trabalho em grande escala, pois os colonizadores não adquiriam somente a força de trabalho do escravo, mas sim o próprio escravo. Desde o início da história do Brasil a relação entre os aspectos econômicos e sociais sempre se mostrou muito forte e efetivamente presente no Brasil Colônia. Para Sodré (1998, p. 68), poucos fatos ilustram com tamanha veracidade a sucessão de acontecimentos econômicos como aqueles que dizem respeito à escravidão. A interligação ou entrelaçamento dos acontecimentos de ordem agrícola, industrial e comercial com os de ordem moral na constituição social e política, desse período, aparece tão claramente no processo de escravidão que, mesmo uma rápida análise das etapas desse quadro, é suficiente para ressaltar a ligação profunda entre a marcha econômica e a marcha social.

Ao perceberem que aceitar ou fingir aceitar os valores dos brancos tornava-lhes menos penosa a vida, os escravos também adotaram uma estratégia: na presença dos seus senhores seguiam os rituais da igreja católica e às escondidas mantinham resguardadas as crenças e os seus próprios valores de fé. Além dessa forma organizada de resistência (e sobrevivência), havia as fugas e a formação de agrupamentos chamados quilombos que se constituíram o melhor exemplo da reação coletiva do negro.

No entanto, a revolução industrial na Inglaterra motivou o surgimento de novas técnicas de produção e de novas formas de aumento dos lucros que passaram a ser utilizadas no Brasil do século XVII. A Inglaterra se transformara num país capitalista e os interesses econômicos ingleses impunham mercados consumidores cada vez mais amplos. O tráfico negreiro brasileiro e a escravidão constituíam problemas à concretização dos interesses ingleses. Para Renault (1976, p. 86),

o governo inglês vai decidir pelo término do cativo, não inspirado por razões humanitárias. As razões são outras: a industrialização daquele país anula as vantagens do tráfico negreiro, a perda dos Estados Unidos como colônia e a emancipação das colônias portuguesas e espanholas retiram do tráfico de africanos os lucros compensadores. A pressão exercida sobre o Brasil pode ser interpretada como um jogo de interesses da Inglaterra industrializada contra os latifundiários escravagistas.

Todavia, mesmo após pressões, o Brasil continuava a traficar escravos, embora em menor quantidade. Nesse sentido, três leis foram criadas no período de transição entre a escravidão e a abolição: a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885) e, por fim, a Lei Áurea (1888). É preciso considerar que a abolição não pode ser entendida como um fato isolado ou como medida política idealista. As tímidas alforrias ocorridas anteriormente às leis davam mostras dessa preparação. Na verdade, a abolição segue uma evolução que se processa desde o início da escravidão.

Concretizada a sonhada libertação, os escravos passaram a enfrentar outro sério problema:

Treze de maio de 1888 proporciona ao país um problema que a índole da nossa gente ajudaria em muito a resolver: a absorção, pela sociedade, da massa enorme e a transformação do trabalhador escravo em trabalhador assalariado. Grande número de libertos permanece com os senhores. Senzalas inteiras tornam-se habitações de homens livres (SODRÉ, 1998, p. 66).

Tanto no campo como nas cidades parecia não haver espaço para absorver essa população, pois o estigma de ex-escravo falava muito alto deixando-o à margem de tudo, de todos, enfim, da própria sociedade.

### 3. A formação histórico-cultural brasileira

A introdução do elemento europeu no território brasileiro, como já assinalado, não foi nada pacífica. Embora o grupo recém-chegado fosse minúsculo, se comparado às populações autóctones, era, em muitos aspectos, radical e capaz de infiltrar-se destrutiva e negativamente de múltiplas formas. Ribeiro (1995, p. 153-155) enumera alguns tipos de conflitos que efetivamente existiram entre indígenas, negros e colonizadores brancos: biótipo, ecológico, econômico-social, étnico-cultural, administrativo e classista.

Há de se assinalar que conflitos interétnicos sempre existiram desde o início da história do Brasil entre as diversas tribos indígenas, porém, os embates que se travavam não traziam grandes problemas, haja vista a impossibilidade de imposição entre elas, quadro que mudou completamente com a entrada de um novo elemento, o dominador europeu. Esse sim tentou e conseguiu instaurar uma hegemonia aos demais elementos, o que tornou o processo de formação histórico-cultural do Brasil cada vez mais conflitivo.

Passemos a uma visão geral sobre a caracterização dos seis tipos de conflitos interétnicos já mencionados. A classificação *biótipo* refere-se a uma espécie de guerra travada pelas doenças que o colonizador europeu trazia no corpo e que eram mortais para a população indefesa; já o tipo *ecológico* remete às grandes disputas de territórios e de matas para fins exclusivamente lucrativos. No que diz respeito à modalidade econômico-social, o conflito se travava pela escravização escancarada, em que a força de trabalho do ser humano era a mais expressiva mercadoria do sistema. O tipo *étnico-cultural*, por sua vez, processa-se pelo surgimento de uma nova etnia, construída da mescla de índios, europeus e negros. A tentativa de unificação da língua e dos costumes resultou nessa modalidade de conflito. Com relação ao nível *administrativo*, o autor assinala como ponto crucial a deportação dos jesuítas, motivada pela cobiça despertada nos colonos com o enriquecimento de algumas Missões. E, por último, o tipo *classista*, modalidade motivada pelo enfrentamento entre grandes proprietários de terras, predominantemente brancos e escravos majoritariamente negros (RIBEIRO, 1995, p. 153-155).

Na verdade, reconstituir o processo de aplicação desses níveis de conflitos constitui-se tarefa das mais complexas, haja vista que os relatos e registros sobre o assunto evidenciam apenas um olhar sobre a questão: o do colonizador. Ao longo de todo o período colonial raramente foram dados vez e voz aos escravos indígenas e africanos.

Em estudo destinado à análise do processo de formação dos povos americanos e das causas do seu desenvolvimento desigual, Ribeiro (1987, p. 60-72) distingue quatro configurações de povos: *povos transplantados*, *povos testemunho*, *povos novos* e *povos emergentes*.

O autor pondera que essa classificação tipifica situações resultantes da expansão européia posterior a 1500 e destaca que a maioria desses povos foi reduzido, no plano socioeconômico, a trabalhadores de seus dominadores. Já no plano étnico-cultural experimentaram alterações profundas resultantes dos conflitos entre a própria cultura e a cultura dos dominadores.

Começamos pelos *povos transplantados*. Esses povos não representaram mais do que uma transposição para amplos espaços exteriores de populações européias. Por conservar as características do dominador ou por alterá-las no plano superficial, os transplantados tiveram maior facilidade até à dominação da tecnologia avançada que se propagou pela nova civilização e puderam se estruturar em comunidades semelhantes às deixadas em suas pátrias de origem, crescendo, assim, “réplicas das sociedades européias” (RIBEIRO, 1987, p. 60). Isso resultou no cultivo das mesmas crenças, sustentando os mesmos valores e tendo as mesmas aspirações de educação e de consumo.

Já os *povos testemunho*, segundo a classificação do mesmo autor, têm como principais integrantes as civilizações Azteca, Maya e Inca que se configuram como representantes contemporâneos de civilizações que foram “avassaladas, saqueadas e traumatizadas pela expansão européia” (RIBEIRO, 1987, p. 65).

Esses *povos testemunho* das Américas possuíam imensas riquezas acumuladas que representavam o resultado de séculos de trabalho de seus povos, que foram saqueadas pelo colonizador. Contando com populações muito mais numerosas que a da Espanha, esses povos viram-nas dizimadas durante séculos pelo sistema colonial escravista. Todo o processo de massacre da população trouxe as seguintes consequências para essas etnias:

a contaminação por enfermidades européias desconhecidas antes, que potencializou a mortandade; o rigor do regime de trabalho a que foram submetidos, que consumiu milhões de pessoas como o combustível do processo produtivo; e, finalmente, a liquidação de sua economia de subsistência, baseada numa agricultura altamente desenvolvida que acabou por generalizar a fome (RIBEIRO, 1987, p. 66).

Em consequência dessas formas de dizimação, os *povos testemunho* foram transformados em trabalhadores e escravos organizados com o objetivo de encontrar metais preciosos e produzir mercadorias exportáveis para as colônias.

Já os *povos novos*, ao contrário dos *povos transplantados* que conservam o perfil europeu e dos *povos testemunho* que acumulavam as duas tradições sem conseguir fundi-las, são povos considerados, pelo colonizador, em disponibilidade, como que ‘abertos ao novo,’ usados como produto da expansão colonial europeia para criar empresas produtoras de artigos exportáveis para seus mercados, originaram-se do contato entre o colonizador ibérico, o indígena e o escravo africano dentro de um contexto colonial escravista. Ressalte-se que é nessa modalidade que se situa a condição do Brasil.

Os primeiros instrumentos de implantação dos *povos novos* foram as feitorias de escambo que trocavam com os índios bugigangas por produtos da terra e a implantação de instituições como a fazenda e a escravidão. Destaque-se, aqui, o sistema escravagista que permitiu reunir inúmeros homens e torná-los o principal elemento pela produção do açúcar, do algodão, do café e da busca de ouro, prata e de muitos outros gêneros tropicais. Ao tratar da questão do escravo africano e do seu papel na estrutura dos *povos novos* na América, Ribeiro (1987, p. 70) pontua:

No caso do Brasil, da Colômbia e da Venezuela, o negro não só esteve presente, mas foi chamado a integrar-se em comunidades preexistentes já capazes de preencher requisitos mínimos de sociabilidade antes de sua chegada. O negro saía, assim, do desenraizamento de sua própria tradição – através da deculturação – para aculturar-se num corpo de compreensões co-participadas, de técnicas bem definidas de provimento da subsistência, de crenças e de valores de uma etnia embrionária.

A formação dos *povos novos* contou com a contribuição de cada contingente de população em proporções distintas. O indígena, por exemplo, contribuiu como agente cultural de transmissão de uma experiência milenar de adaptação ecológica às terras recém-conquistadas. Já o negro, sobretudo na qualidade de força de trabalho, trouxe como resultado a sustentação da grande e lucrativa empresa chamada Brasil. Por fim, o branco desempenhou o papel promotor da colonização e implantador proposital de grandes réplicas europeias no continente Sul Americano.

A quarta e última configuração apontada por Ribeiro (1987, p. 72) refere-se aos *povos emergentes*. Integram esse grupo as nações que surgiram na África e na Ásia em movimentos de descolonização, na tentativa de saída do nível tribal e conseqüente encaixe em sociedades nacionais autônomas. Na América não se registra efetivamente a categoria de *povos emergentes*, provavelmente porque o processo de colonização foi muito mais prolongado e compulsório e também porque os poucos povos indígenas que sobreviveram para assumir essa configuração, por

inúmeros motivos, não tiveram condições de batalhar por uma grande autonomia. Os Araucanos do Chile e da Argentina constituem o principal exemplo dessa categoria<sup>16</sup>.

Pelo exposto, pôde-se perceber que a explanação, em forma de contextualização histórica, apresentada ao longo deste Capítulo teve como objetivo situar os feitos e os acontecimentos político-sociais e, sobretudo, econômicos que, direta ou indiretamente, influenciaram na questão linguística no Brasil Colônia, assunto do capítulo subsequente.

---

<sup>16</sup> “Na segunda metade do século passado se levantou na América o único grupo indígena aparentemente capaz, por sua importância numérica e por seus ethos, de afirmar-se como Povo-emergente: as tribos araucanas e as araucanizadas dos pampas e dos vales andinos. Acossados por argentinos e chilenos, esses índios foram finalmente dizimados; seus sobreviventes, os Mapuche chilenos, confinados em reservas, sofreram uma decadência muito acentuada, da qual ascenderão, provavelmente, como um modo variante de ser chileno” (RIBEIRO, 1987, p. 72).

## CAPÍTULO II

### BRASIL COLÔNIA: CONTEXTUALIZAÇÃO LINGUÍSTICA

Discorrer sobre o caminho histórico-linguístico constitutivo da língua portuguesa no Brasil exige o estabelecer de uma relação com o processo da colonização portuguesa que visava a educar e a instruir a nova fonte de riquezas de Portugal. Esse processo de colonização, no que tange à língua, iniciou, em linhas gerais, por meio do ensino sob a responsabilidade dos religiosos jesuítas que tinham também o objetivo de evangelizar e dominar, nos mais diversos aspectos, o território recém “descoberto”.

Com o início da colonização portuguesa em 1500, inicia-se, também, a fase de transplantação da língua portuguesa para o Brasil. Nesse período instaura-se o princípio de uma relação linguística, pois nesse momento talvez não seja oportuno falar em contatos com outras línguas, no caso, as de base indígena faladas em território recém-conquistado. Mariani (2004), por exemplo, traça o seguinte perfil sobre a questão da língua portuguesa no período colonial:

até o século XVIII, a linguagem, enquanto elemento simbólico constitutivo de qualquer comunidade linguística, era um elemento de diferenciação da colônia brasileira relativamente à metrópole portuguesa. Porém, devido à cultura de seu próprio tempo, os colonizadores portugueses não compreendiam dessa forma. Sem dúvida, a língua portuguesa era a língua da elite administrativa, das autoridades jurídicas e eclesásticas, dos donatários das capitanias hereditárias e, nessa medida, compartilhada com a corte (MARIANI, 2004, p. 21).

Sabe-se que a língua portuguesa não era, nem de longe, exclusividade, em termos de uso, na Colônia, e o seu *status* de grande importância advinha da influência dos colonizadores. Mattos e Silva (2006, p. 236), por exemplo, argumenta que, na cena linguística do Brasil colonial, três atores configuram-se como principais: o português europeu, as línguas gerais indígenas e o português geral brasileiro em formação. Para Bolognini e Payer (2005, p. 42), a ambientação linguística no início do período colonial era bem diversificada e resultava do contato entre a língua portuguesa, as línguas indígenas, as *línguas gerais* e a língua holandesa<sup>17</sup>.

Quando chegaram às terras brasileiras os portugueses encontraram os habitantes nativos falando uma diversidade de línguas. Esse fato mostra que, para fins de evangelização e de

---

<sup>17</sup> “No século XVII houve a tentativa de colonização do país por parte dos holandeses. A importância desse período deve-se ao incentivo cultural pelo governo holandês estabelecido no Brasil. Como resultado, temos a criação de uma biblioteca, da imprensa e o testemunho da época retratado em quadros e escrito em livros de holandeses” (BOLOGNINI; PAYER, 2005, p. 43).

dominação cultural, a doutrinação e o ensino não poderiam ser desenvolvidos na língua do conquistador, tamanha a aparente homogeneidade linguística do litoral, por onde se inicia a colonização do Brasil. Por isso, os religiosos portugueses, valendo-se do conhecimento em Latim, logo envidaram esforços no sentido de adaptarem uma língua que se constituiria no veículo geral de comunicação ao longo dos primeiros séculos de colonização brasileira (HOUAISS, 1992, p. 57). Segundo Rodrigues (1996, p. 65), nos dois primeiros séculos de colonização, a língua falada no Brasil era denominada de língua brasílica e não de língua geral. A obra *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil* (1595), de autoria do Padre José de Anchieta, foi de relevante papel para a dominação da língua brasílica.

Nesse cenário, os indígenas mantinham a sua língua materna para comunicação interna na comunidade e “aceitavam” a denominada língua geral para a comunicação com a comunidade externa. Conforme Silva Neto (1976, p. 31)<sup>18</sup>, o Padre Anchieta orientava o grupo responsável pela educação linguística dos silvícolas para que ensinasse as orações aos índios não somente em português, mas também “na própria língua”. Para o autor, a língua geral “era simples e de reduzido material morfológico, não possuía declinação nem conjugação”, característica que facilitava o seu aprendizado.

As línguas gerais eram línguas de base tupi, em uso por grande parte da população. As mais importantes foram a Geral Paulista e a Geral Amazônica. Constituíam a língua do contato entre os indígenas de diferentes etnias, entre os portugueses e todos imigrantes que iam se agregando ao novo território. Em termos gerais, era a língua da informalidade, comum a nativos e não nativos, sendo instrumento básico no processo de catequização dos povos indígenas. Já o português era a língua oficial do Estado, empregada em atos e em documentos oficiais, relacionados à administração colonial.

Segundo Rodrigues (1996, p. 58), a língua geral paulista era falada, no século XVII, pelos bandeirantes que saíram de São Paulo para exploração dos territórios de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e o Sul do Brasil. A língua geral paulista originou-se da língua dos índios tupis de São Vicente e do Alto Rio Tietê. Por ter sido a língua de pioneiros e de aventureiros, expandiu-se rapidamente, deixando sua marca no vocabulário e na toponímia. Já no século XVIII, começa a ser suplantada pela língua portuguesa.

---

<sup>18</sup> A primeira edição da obra “Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil”, de Silva Neto é de 1950. Para este trabalho foi consultada a 3ª edição, de 1976.

Para Rodrigues (2006, p.149), grande parte da população indígena da região que compreendia a Amazônia falava uma língua bem próxima ao tupi da população de São Vicente – o *tupinambá*. A língua geral amazônica foi levada pelos exploradores, soldados, colonos e missionários para o interior da Amazônia e aí prevaleceu até o século XIX, como a língua dos colonizadores e dos brasileiros. Os indígenas conquistados para o sistema colonial aprendiam forçadamente a língua geral amazônica, usando-a como segunda ou como primeira língua. Ainda segundo esse autor, entre 1835 e 1840, por motivo da repressão à revolta denominada Cabanagem, ocorreu uma grande redução da população que falava a língua geral amazônica. Já no século XX, o seu uso foi restringido a algumas ilhas nos rios Tapajós, Madeira e Solimões. Atualmente, a língua geral amazônica tem como importante núcleo de falante os moradores da cidade de São Gabriel da Cachoeira, no Rio Negro.

Para Borges (2001, p. 211), a expressão *língua geral* aponta para três acepções: a) designação atribuída às línguas surgidas no Brasil, decorrentes dos contatos entre o grupo colonizador e o grupo indígena; b) nome das línguas de base indígena desenvolvidas em São Paulo e na Amazônia; c) gramatização das línguas denominadas gerais.

Por meio da reconstituição linguística, percebe-se que os portugueses faziam uso da língua geral com o objetivo de garantir a comunicação com os indígenas, mas consideravam-se em condição superior, inclusive, no quesito língua. Para eles, o tupi constituía uma língua pobre, rústica, de difícil interação com a língua materna – a lusa.

Com a vinda da Família Real portuguesa ao Brasil (1808), intensifica-se, na população brasileira, a chegada, em número cada vez maior, de portugueses e de negros trazidos da África para o trabalho escravo, o que leva a relação linguística, até então estabelecida entre o português e o índio, estender-se também para as línguas africanas. Não pode ser desconsiderado o fato de, com o aumento da população portuguesa no Brasil, também crescer o número de falantes específicos da língua portuguesa. Todavia, como esses portugueses não vinham todos da mesma região de Portugal, a comunicação em português, segundo variantes específicas de diferentes regiões de Portugal, também contribuiu para a configuração plurilinguística da língua portuguesa no Brasil.

Na segunda metade do século XVIII, a língua geral começa a entrar em decadência. Entre as razões para isso, Teyssier (2007, p. 95) aponta a descoberta das minas de ouro e diamantes, que abriu caminhos para a chegada de novos contingentes de imigrantes portugueses; a decisão

do diretório criado pelo Marquês de Pombal, em 1758, obrigando, oficialmente, o uso da língua portuguesa, e proibindo o uso da língua geral e, por fim, a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759.

A obrigatoriedade do uso da língua portuguesa gerou uma grande mudança no modo de vida das populações indígenas, interferindo diretamente no aspecto cultural. Sobre esse processo Isquerdo (2006)<sup>19</sup> salienta:

O ensino do português aos *índios* pelos jesuítas, por exemplo, desencadeou o processo de aculturação das populações nativas que culminou na substituição das línguas faladas pelas diferentes etnias pelo português. Isso em consequência, não só do contato entre línguas na comunicação cotidiana e do processo de catequização, mas também de decisões políticas do governo imperial quanto à obrigatoriedade do uso do português e à consequente proibição da comunicação por meio da língua materna das diferentes etnias.

Embora oficialmente houvesse o decreto de instituição oficial do uso da língua portuguesa na Colônia, a prática continuava mostrando uma crescente variedade de línguas ao longo de todo o período colonial, nas mais variadas situações comunicativas.

Alguns linguistas não acreditam que a proibição quanto ao uso da língua geral imposta pelos portugueses à comunidade colonizada tenha sido de cunho totalmente negativo. Biderman (2002, p. 68), por exemplo, defende que “o português não se impôs aos nativos de modo violento. Impôs-se por causa de seu prestígio e por representar uma civilização mais avançada que a dos aborígenes. E também porque era a língua da escola, da administração e da comunicação com o resto do mundo”. Já Silva Neto (1976, p. 92), no capítulo intitulado *Contato e Interação Linguística no Brasil Colônia*, quando trata da fixação da língua portuguesa no novo território, defende que

as sociedades assemelham pirâmides em que os grupos sociais estão dispostos uns acima dos outros. Cada grupo ou camada procura assimilar as particularidades da camada adjacente superior e evitar as de camada inferior. O cume da pirâmide é constituído pela classe mais elevada, ideal a que aspiram, grau por grau, os demais grupos sociais [...] uma das características da classe social é, precisamente, a linguagem. Ela até classifica os indivíduos.

Na tentativa de elucidar as ideias de Silva Neto (1976) elaboramos a figura a seguir que tem como objetivo visualizar o quadro étnico do Brasil Colônia:

---

<sup>19</sup> Publicação em mídia eletrônica (CD-ROM) que não contém paginação.



Figura I: Quadro étnico do Brasil Colônia

Nota-se, pela figura, que os oficiais e os colonos formavam a casta superior; os nascidos em Portugal ganhavam um degrau acima dos que nasciam na Colônia. Em seguida, situavam-se os mestiços de índios com brancos que não admitiam receber o mesmo tratamento dispensado aos mulatos, haja vista a ascendência paterna e a proteção a eles dispensada pela Coroa à medida que promovia os casamentos mistos entre europeus e indígenas; na sequência situavam-se os mulatos e, depois deles, o mulato-índio e índio-negro. A base da pirâmide era constituída por escravos indígenas (vermelhos) e, sobretudo, por escravos africanos (negros). Essa base tendia sempre, inclusive na linguagem, a imitar a camada superior. Já a classe localizada no topo evitava tudo o que era característico nas outras camadas, como forma de manutenção do poder sobre as demais.

Do ponto de vista cronológico, pode-se falar em índios, portugueses e africanos, em termos de presença de etnias em terras brasileiras, embora o espaço de tempo entre a fixação de portugueses e de africanos seja extremamente pequeno. A perda da diversidade de línguas foi, pois, consequência de um processo colonizador que não propiciou uma integração e interação entre as línguas envolvidas, desembocando na crescente e permanente redução das línguas indígenas em todo o território brasileiro.

A redução da população indígena desde o primeiro século de ocupação europeia, em virtude do trabalho forçado imposto pelo colonizador que ia muito além das possibilidades físicas do grupo, como também em consequência das epidemias trazidas pelo homem branco, contra as

quais os índios não tinham defesa, também resultou no fenômeno da redução do homem e por extensão das línguas, como atesta Houaiss (1992, p. 57): “com o etnocídio ocorria o glotocídio, pois línguas são fatos culturais que demandam homens e culturas”. Rodrigues (2005, p. 36), por sua vez, focaliza a perda da diversidade linguístico-cultural pela qual passou/passa o Brasil, esclarecendo que:

a redução de 1200 para 180 línguas indígenas nos últimos 500 anos foi o efeito de um processo colonizador extremamente violento e continuado, o qual ainda perdura, não tendo sido interrompido nem com a independência política do país no início do século XIX, nem com a instauração do regime republicano no final do mesmo século, nem ainda com a promulgação da “Constituição Cidadã” de 1988.

A exemplo do ocorrido com as línguas indígenas, as línguas africanas também padeceram de drástica redução, desde o início do período escravagista:

de línguas plenas, documentadas nos séculos XVII e XVIII (quimbundo e ‘língua de mina’, respectivamente), as línguas africanas transformaram-se, no Brasil, em *línguas especiais - secretas ou rituais* – que resistem hoje como um repertório lexical, cujo uso e difusão para outros domínios linguísticos só ocorre com os termos utilizados nos cultos religiosos (PETTER, 2002, p. 127).

A designação *línguas especiais*, segundo a autora, refere-se ao modo de falar próprio de uma faixa etária, ou de um grupo de pessoas dedicadas a uma atividade específica. Já o termo *língua secreta* relaciona-se à demarcação social, utilizada em comunidades negras como Cafundó e Tabatinga<sup>20</sup>.

Na verdade, o enfraquecimento linguístico já começava nos portos de embarcação, estendendo-se à chegada ao Brasil, momento em que os escravos eram separados, com o objetivo de impedir agrupamentos por família, por localidade e principalmente pela língua. Essa distribuição auxiliava no impedimento da prática de eventuais atos de rebeldia pela nova população.

A comunicação entre índios, portugueses e negros, cada um com sua parcela de contribuição e influência, fez com que o Brasil apresentasse, já no início do século XIX, uma língua comum falada com diferenças dialetais que não prejudicavam o processo de comunicação entre os habitantes do novo território.

---

<sup>20</sup> “O Cafundó é um bairro rural da cidade de Salto de Pirapora, situada a 150 Km de São Paulo, constituído por descendentes de africanos que mantém o uso de um léxico africano, de origem banta, basicamente. A descoberta desse núcleo, no final da década de 70, provocou o debate sobre aspectos da realidade linguística brasileira pouco investigados: a presença e a permanência de línguas africanas no Brasil e o questionamento da possível origem crioula dessa fala. Já a “língua da Tabatinga” é falada por um grupo de negros da cidade de Bom Despacho (MG). “Língua” muito próxima gramaticalmente do “português popular brasileiro” (PETTER, 2006, 120-121).

Essa contribuição e influência propiciaram a ampliação do léxico do português do Brasil, uma vez que o contato entre as populações autóctone, branca e africana, ocorrido por diversos motivos, no que tange ao aspecto linguístico, resultou no processo natural de renovação lexical.

A comunicação com o mundo fez toda a diferença no início da história social da população brasileira. Na verdade, as populações autóctones e africanas exerciam pouca influência nas cidades, pois a elas faltavam dois tipos de prestígio: o literário, pois a língua em uso não podia ser escrita, e o social, por motivos já bem conhecidos como cor, origem, poder aquisitivo, fatores que remetiam essa parcela da população diretamente ao universo das classes menos favorecidas.

Estudos contemporâneos, como por exemplo, os realizados por Lucchesi (2003) e de Matos e Silva (2006), *História do contato entre línguas no Brasil e Uma compreensão histórica do português brasileiro*, respectivamente, mostram que a propagada hegemonia da língua portuguesa cede lugar à heterogeneidade, com caráter plural e polarizado, ao ser considerada a amplitude do português brasileiro com base numa compreensão histórica, que analise de forma equilibrada as línguas que mantiveram contato com a portuguesa no período colonial. Assim sendo, o propagado prestígio da língua portuguesa começa a ser analisado sob uma perspectiva mais ampla.

Vale ressaltar que, ao longo dos séculos de colonização, o contato linguístico e a consequente interação que dele resultou foram de suma importância para a configuração do português do Brasil. Consciente ou inconscientemente, aceitando ou resistindo, os indivíduos aprendiam novas línguas e modificavam as suas línguas maternas à medida que integravam o processo de comunicação cotidiana.

A importação de escravos africanos ao longo do período colonial resultou não somente na entrada de força física em território brasileiro, mas também numa entrada/permanência/convivência de novas línguas, costumes e culturas que influenciaram uma sociedade em período de construção.

Silva Neto (1986, p. 595), por exemplo, ao focalizar a formação do português brasileiro, retoma o conceito de deriva proposto pelo linguista americano Edward Sapir, defendendo que, desde o início do período colonial, ocorreu a manifestação de duas *derivas*, no que tange à língua: “a) uma *deriva* bastante conservadora, que se desenvolve lentamente e, b) uma *deriva* a que condições sociais próprias imprimem velocidade inesperada”:

No primeiro caso temos o falar de uma população proveniente de vários pontos de Portugal que, postas em contacto num meio tão diverso, elaborou um denominador comum que não participava das mudanças operadas na metrópole e que, por isso mesmo, era muito conservador. No segundo, pelo contrário, temos o falar de grandes massas que tiveram de aprender a língua dos senhores de modo imperfeito e muito rapidamente (SILVA NETO, 1986, p. 595).

Essas ponderações justificam o sentido de *deriva* da língua atribuído pelo autor, embasado na concepção de Sapir (1961): “determinada direção, que já encerra uma série de possibilidades. A rapidez ou lentidão com que se caminha por essa estrada depende de condições histórico-sociais” (SILVA NETO, 1986, p. 594).

## 1. Características do português brasileiro

Somente no século XVIII surgem os primeiros documentos com características marcantes do português em uso no Brasil. Em *A História da Língua Portuguesa*, Teyssier (2007, p. 98-110)<sup>21</sup>, aponta como principais características do português do Brasil: a diversidade geográfico-cultural, fonético-fonológica, morfológico-sintática, tratamento e vocabulário.

O primeiro aspecto, diversidade geográfico-cultural, está diretamente relacionado às áreas dialetais brasileiras, cuja complexidade é expressa nas palavras de Teyssier (2007, p. 98):

A realidade, porém, é que as divisões “dialetais” no Brasil são menos geográficas que socioculturais. As diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra.

Assumindo esse ponto de vista, o nivelamento linguístico assume diferentes dimensões: a linguagem da população culta/instruída, a linguagem da população menos instruída escolarmente e a linguagem peculiar a cada região.

Ao abordar a segunda característica do português do Brasil, aspectos fonético/fonológicos, o autor aponta algumas características fonéticas e fonológicas, dentre outras, a pronúncia do -s e do -z implosivos com destaque para duas formas em uso: “a pronúncia sibilante, largamente majoritária, e a pronúncia chiante, característica principalmente do Rio de Janeiro” (TEYSSIER, 2007, p. 100). Vale ressaltar que a pronúncia usual no Rio de Janeiro é permeada por uma aceitação de cunho sociocultural em virtude da importância política exercida

---

<sup>21</sup> Essa obra foi publicada originalmente em francês com o título *Histoire de la langue portugaise*, em 1980. Neste trabalho foi consultada a 3ª edição brasileira, tradução de Celso Cunha, 2007.

por esse Estado no final do período colonial. O uso do -s implosivo como chiante aparece na fala de Portugal em palavras como 'descer' e 'piscina', enquanto no português brasileiro essas mesmas palavras são pronunciadas como 'decer' e 'picina'. No Brasil, o uso de -s e de -z em final de palavras resulta muitas vezes no Brasil no “aparecimento de um iode; ex.: *atrás, luz, pés*, pronunciados como [atrays], [luys] e [peys]” (TEYSSIER, 2007, p. 103).

A terceira característica apontada pelo autor diz respeito às especificidades nos campos da morfologia e da sintaxe. O fenômeno ilustrado a seguir representa uma inovação do português do Brasil: *'me parece que'*, *'me diga uma coisa'*. Outro caso é a ligação do pronome como complemento “de um infinitivo, de um gerúndio ou de um particípio: *Pode me dizer? E não pode-me dizer?; Ia pouco a pouco se afastando e não ia-se pouco a pouco se afastando*” (TEYSSIER, 2007, p. 106).

A quarta característica diz respeito à forma de tratamento que, segundo o autor, evidencia duas formas em uso no Brasil: o informal *você* e o mais formal *o senhor* e *a senhora*. O uso do *tu* restringiu-se a uma parte do sul e do norte do Brasil e o *vós* praticamente desapareceu (TEYSSIER, 2007, p. 107).

Ilari e Basso (2006, p. 108), ao tratarem das características do português brasileiro no nível morfológico, assinalam que o estudo das classes de palavras “nasce da constatação de que há em toda língua conjuntos numerosos de palavras que possuem as mesmas propriedades morfológicas e sintáticas e, portanto, podem ser descritas da mesma maneira”. Todavia, esclarecem os autores o fato de essa constatação ter motivado, por parte de grande número de gramáticos, uma simplificação das descrições da língua, o que resultou em classificações simplistas das classes de palavras.

O quinto traço característico do português brasileiro apontado por Teyssier (2007) diz respeito ao léxico que, em algumas áreas, diferencia-se muito do vocabulário usual em Portugal. Vejamos alguns exemplos: comboio (Port.), trem (Bras.); eléctrico (Port.), bonde (Bras.); hospedeira (Port.), aeromoça (Bras.); fato (Port.), terno (Bras.) (TEYSSIER, 2007, p.108).

No que tange ao vocabulário, merece destaque no português do Brasil a contribuição fornecida pelas línguas indígenas e africanas ainda no início do período colonial. Vejamos alguns exemplos de palavras de origem tupi: *capim, cupim, guri, caatinga, mingau, curumim, cunhã, abacaxi, buriti, carnaúba, mandioca, jacarandá, araticum, ipê, cipó, pitanga, maracujá, jaboticaba, caju, capivara, quati, sucuri, urubu, sabiá* (TEYSSIER, 2007, p.110).

Em seu *Dicionário histórico de palavras portuguesas de origem tupi* (1978), Antônio Geraldo da Cunha elaborou um *corpus* exaustivo, sobre fontes escritas dos séculos XVI ao XVIII e uma parte menos extensa dos séculos XIX ao XX. Vejamos alguns exemplos de tupinismos arrolados por esse autor: *abacaxi, acaju, aguapé, aipim, amendoim, andiroba, Aracati, araponga, arara, araticum, ariranha, bacuri, baiaçu, boitatá, caipora, canindé, carapina, cipó, cuia, cupim, guanandi, Itaipava, jabuti, jacarandá, jequitibá, jerimum, macaúba, macaxeira, maracanã, maracujá, samambaia, traíra*, dentre muitos outros (CUNHA, 1978).

Já o vocabulário africano suscita algumas questões quanto à origem, pois muitas palavras chegaram a Portugal, vindas da África, sendo transplantadas para o Brasil pelos portugueses. Como exemplos podemos citar os seguintes vocábulos de base africana: *vatapá, abará, acarajé, acará, caçula, cafuné, moleque, orixá* (TEYSSIER, 2007, p. 110).

A influência dos idiomas africanos sobre o português brasileiro foi expressiva, com destaque para os africanismos no campo do vocabulário. A esse respeito, Pessoa de Castro (2006, p. 89) destaca que somente em 1933, com a publicação de *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, de Jacques Raimundo, é feita uma primeira “tentativa de classificação dos aportes lexicais africanos no português do Brasil”, resultando em 132 topônimos e 309 palavras de base africana em uso no português do Brasil.

De acordo com Petter (2001, p. 223-224), considerando as regiões de origem dos escravos africanos, pode-se calcular que vieram, para o Brasil, falantes de 200 a 300 línguas, quantidade ínfima, se considerado o número aproximado de 1.900 línguas então existentes no continente africano, mas fato é que a maioria dos trabalhos relacionados à influência das línguas africanas no Brasil faz referência a apenas duas dessas centenas de línguas – iorubá e quimbundo. Há de se reconhecer que o processo de escravidão modificou a estruturação de muitas línguas, tornando-as espécies de línguas gerais, como o quimbundo e o iorubá, nos séculos XVII e XVIII, respectivamente. Entretanto, a alusão à existência de apenas duas línguas africanas denota uma drástica redução dos dados e demonstra desconhecimento da realidade linguística do continente africano.

## 2. A unidade *versus* diversidade linguística do português do Brasil

Ao discutir o conceito de unidade linguística no português do Brasil, Melo (1975, p. 28) esclarece que as línguas são fatos humanos e, portanto, participam da variedade e da instabilidade naturais do homem e das sociedades. Isso porque a partir do momento em que uma língua começa a ser falada, passa a sofrer influências de diversos fatores, que propiciam, na análise geral do processo, um resultado não uno, mas diverso do ponto de vista linguístico. Silva Neto (1976, p. 18) também destaca a língua como um produto social e como atividade do espírito humano, não se sujeitando a leis determinadas, mas seguindo o destino dos que a empregam.

A influência do contato entre as línguas portuguesa, indígenas e africanas é admitida em diferentes graus e com diferentes justificativas. Raimundo (1933), por exemplo, enfatiza que a língua dos escravos no Brasil foi uma linguagem própria, construída a partir do idioma natal, do português e da contribuição em termos de vocabulário, dos idiomas indígenas. Melo (1946), por sua vez, admite a influência das línguas africanas particularmente no ramo da morfologia, na simplificação e redução das flexões de plural e das formas verbais na fala popular. Já Silva Neto (1963) é mais cauteloso ao afirmar que não enxergava facilmente influência linguística, mas que, em ambientes específicos como o Brasil dos séculos XVI, XVII e XVIII, era preciso examinar o material como eventual proposta de trabalho, posição essa corroborada por Câmara Jr. (1976), ao destacar uma possível atuação de bases indígenas e africanas na estrutura fonológica e gramatical do português do Brasil (LUCCHESI, 2001, p. 99-100).

Silva Neto (1976, p. 19) trabalha com a hipótese de existência de, pelo menos três tipos de “linguagens brasileiras”: a linguagem corrente falada, considerada a correta, utilizada por pessoas da classe média e detentoras de considerável instrução; a linguagem popular, praticada por pessoas humildes, das classes mais modestas, com um grande percentual de analfabetos e, a linguagem dialetal que, tomando como referência uma linguagem padrão, é considerada de reduzido prestígio social e de uso mais restrito, regional. Essa classificação permite analisar o português brasileiro também sob os pontos de vista social e cultural e não somente pela perspectiva linguística.

Tratando especificamente da realidade linguística do Brasil, Matos e Silva (2004, p. 132) explicita que somente a partir da segunda metade do século XVIII é que o Brasil começou a ser, de fato, um país de língua predominantemente portuguesa, em decorrência da política linguística

do Marquês de Pombal, que proibiu o uso de línguas indígenas. Mas há que se ressaltar que os séculos XVI, XVII e a primeira metade do XVIII foram palco de variadas situações de contato linguístico que, ainda, em pleno século XXI, carecem de estudos linguísticos específicos, tendo como pano de fundo a sócio-história do Brasil Colônia, que envolve o contato linguístico entre falantes da língua portuguesa, falantes de centenas de línguas autóctones e de múltiplas línguas africanas, bases do início do processo de diversidade linguística do português do Brasil.

A menção a falantes de línguas autóctones, da língua portuguesa e de línguas africanas deve ainda, segundo a mesma linguista brasileira, considerar o fator demográfico que envolve esses três grupos, pois “sabe-se que a demografia fornece pistas interessantes sobre o destino histórico das línguas” (MATTOS e SILVA, 2004, p. 133). Entre os séculos XVI ao XVIII há o predomínio de indígenas e de africanos em relação a portugueses; do século XVIII em diante há o decréscimo gradativo desses grupos, cedendo lugar ao crescimento de grupos mestiços e de brancos nascidos no Brasil, mas “é óbvio que, nesse contexto demográfico-linguístico, o português europeu, embora minoritário, era a língua de prestígio e por isso já trazia traçado o seu destino como língua hegemônica, que ficou reforçado pela política de Pombal” (MATTOS e SILVA, 2004, p. 133). Frente a esse quadro infere-se que as várias faces do contato linguístico ainda no princípio da colonização resultaram em um português tipicamente brasileiro e heterogêneo, se tomados como ponto de partida o aspecto geográfico e principalmente o social.

O português aceito pela Sociolinguística atual como heterogêneo e polarizado<sup>22</sup>, foi transmitido à população brasileira ainda no período colonial por meio da oralidade, como língua estrangeira e sem organização escolar. Há de se compreender, por um lado, aspectos de distinção entre o português europeu e o português brasileiro e, por outro lado, aspectos de intersecção, como “o padrão escrito formal e, sistemicamente, características morfológicas e lexicais comuns que permitem a intercompreensão, desde que haja boa vontade, tanto do lado de cá como do lado de lá do Atlântico” (MATTOS e SILVA, 2006, p. 235).

Para Lucchesi (2001, p. 97), a caracterização da realidade sociolinguística brasileira é bipolarizada entre uma norma culta e uma norma popular. A norma culta é representada pelas

---

<sup>22</sup> Lucchesi (2009, p. 30) esclarece: “a polarização sociolinguística que marca a formação histórica da realidade linguística brasileira, apartando a fala de uma elite que sempre teve os olhos voltados para a Europa, em busca de seus modelos culturais e linguísticos, da fala da grande maioria da população que, no cadinho de sua pluralidade étnica, cultural e linguística, forjou os elementos definidores da originalidade cultural e linguística do Brasil, que tanto assombram e encantam o mundo ocidental, desautoriza todos os estudos que apresentam *uma história única para o português brasileiro*”.

classes média e alta que já nos primeiros séculos da colonização do Brasil apresentavam um comportamento linguístico conservador voltado para os padrões linguísticos da Metrópole. Já a norma popular, representada pelas camadas populares, sofre grandes transformações linguísticas decorrentes do contato da língua portuguesa com as línguas indígenas e africanas.

A polarização e a heterogeneidade do português brasileiro podem ser interpretadas mediante a compreensão de fatores de natureza histórica. Mattos e Silva (2008, p. 394-395), por exemplo, elege quatro fatores significativos que desencadeiam essa questão: “- o multilinguismo característico do Brasil colonial e pós-colonial; - a demografia histórica; - a escolarização ou sua ausência; - a mobilidade dos escravos africanos ou afrodescendentes e suas consequências na conformação do português brasileiro”.

O multilinguismo decorre do contato do português europeu com as centenas de línguas indígenas autóctones no âmbito do território brasileiro e foi posto no centro da questão em meados do século XVIII, com as intervenções e legislações do Marquês de Pombal. Esse fator relaciona-se diretamente à demografia histórica, isso porque “a população escravizada fez entre 1538 e 1850 cerca de 70% da população brasileira, enquanto a etnia branca – portugueses e luso-descendentes – apenas 30% da população” (MATTOS e SILVA, 2008, p. 395). Com as intensas ondas migratórias de europeus e de asiáticos, já no século XIX, a aquisição da língua portuguesa como língua politicamente dominante tornou-se impossível, tanto para os indígenas, como para os africanos e imigrantes que acabavam por acrescentar, à língua oficial, traços de suas próprias línguas.

No que tange à escolarização, dado significativo é que “até o final do século XVIII, não ultrapassariam 0.5% dos letrados. Esse percentual dá um grande salto somente entre o final do século XVIII e 1920, quando os escolarizados atingem o patamar de 20 a 30%” (MATTOS e SILVA, 2008, p. 395). Esses dados dão mostras da estreita relação entre baixa escolarização e caracterização do português brasileiro.

Já o último ponto elencado por Mattos e Silva (2008) – mobilidade dos escravos africanos – decorre do fato de os escravos acompanharem seus senhores para onde a mão-de-obra escrava fosse necessária, razão pela qual partiam das plantações de açúcar e fumo da Bahia e Rio de Janeiro para a mineração de ouro e de diamantes em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Há uma relativa concordância entre os linguistas da atualidade quanto ao desenvolvimento, a partir do final do século XIX, dos dois pólos constitutivos da língua

portuguesa do Brasil, haja vista o padrão europeu deixar, gradativamente, de exercer influência dominante entre os falantes brasileiros, o que propicia um nivelamento linguístico da fala popular brasileira, levando, conseqüentemente, ao desaparecimento de traços gerados pelo contato entre línguas. Outro ponto de concordância entre os linguistas diz respeito à compreensão dos mecanismos pelos quais se processaram os aspectos unidade e diversidade da língua, desde o período colonial, para uma fundamentada caracterização da realidade linguística brasileira.

Considerando a natureza e os objetivos desta pesquisa, o capítulo seguinte trará considerações sobre o *léxico*, a Lexicologia, a Teoria dos Campos e aspectos decisivos no processo de formação da norma lexical no português do Brasil, iniciada no período colonial.

### **CAPÍTULO III**

## **BRASIL COLÔNIA: CONSTRUÇÃO DA NORMA LEXICAL**

Há um reconhecimento crescente por parte das diferentes correntes linguísticas de que a língua seja um norte cada vez mais aceitável no estudo científico de determinada cultura. Os elementos que compõem o patrimônio cultural de uma civilização estão presentes e sinalizados na língua usada por essa civilização. Segundo Isquierdo (1996, p. 27),

toda língua se sustenta, se mantém e funciona numa sociedade. Em razão disso, não há como pensar a língua sem considerar o elemento social. Como instituição social, serve para concretizar o intercâmbio de ideias e a interação entre os membros de uma sociedade; como elemento produtor e veiculador de cultura, a língua se define como uma atividade cultural, pois reflete a cultura de grupo que representa e é, também, parte significativa dessa mesma cultura.

Para Sapir (1961, p. 20), a linguagem constitui um direcionamento para a realidade social. O ser humano é dependente da língua que se tornou o meio de expressão de seu grupo social. Na realidade, o mundo se constrói, de forma inconsciente, em grande parte, pelos princípios linguísticos do grupo.

O léxico é o nível linguístico responsável por nomear e representar o universo de uma sociedade, por isso a ele estão relacionados a história, a tradição, os feitos e os costumes de um povo, assumindo, assim, uma configuração processual de alteração e expansão, não podendo ser considerado pronto, acabado, mas como um nível linguístico abrangente e dinâmico.

Na visão de Sapir (1961, p. 45), “o léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade”. Esse linguista americano, ao se referir ao 'complexo inventário de todas as ideias', atribui ao léxico uma carga de criação, assimilação e repasse de novos conhecimentos, e não somente um meio pelo qual o homem se expressa e se comunica.

Essas ponderações ultrapassam, e muito, a visão primária de concepção do léxico como um conjunto de palavras que compõem um dicionário, ao qual se recorre para sanar

dúvidas, dentre as quais as ortográficas ou as semânticas. O léxico, dado o seu nível de abrangência, também se associa a outros diferentes níveis da linguagem: fonético, fonológico, morfológico, sintático e semântico. Em face disso, é possível pensar numa relação de intermediação entre o léxico e os demais níveis da linguagem.

Em meio às reflexões sobre essa intermediação, cabem aqui as palavras de Marcuschi (2005, *apud* ISQUERDO; FINATTO, 2008, p. 13-14):

[...] sem léxico não há língua. O léxico é o nível da realização linguística tido como o mais instável, irregular e até certo ponto incontrollável. Podemos ver que tanto a sintaxe como a fonologia dispõem de um conjunto fechado de possibilidades básicas de realização numa língua, mas o léxico é aberto e todo dia presenciamos o surgimento de novos termos e o desaparecimento de antigos. Esta volatilidade não se dá por mero capricho dos falantes e das línguas, e sim porque o léxico recebe usos sempre renovados [...].

Toda essa ‘abertura’ de realização confere ao léxico uma caracterização dinâmica que acaba por sinalizar, além da mudança linguística, uma série de transformações socioculturais que o colocam como elemento propulsor para a leitura da sociedade. Isso porque existe um processo de relação entre a sociedade, a cultura, o ambiente e toda a realidade da comunidade de falantes. Este estudo pauta-se, pois, na visão do léxico como o nível linguístico “que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as idéias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade” (SAPIR, 1961, p.45).

Georges Matoré (1953, p. 53), lexicógrafo francês, apresenta a noção de *palavra-testemunha*, concebendo-a como “elementos particularmente importantes em função dos quais a estrutura lexicológica se hierarquiza e se coordena”. Trata-se, pois, das unidades fundamentais que expressam noção de valor e que possuem peso semântico significativo no âmbito de determinado vocabulário (MATORÉ, 1953 *apud* ISQUERDO, 1994, p. 181).

Nessa perspectiva, o estudo do léxico conduz a deduções sobre o ambiente sociocultural e físico daqueles que o empregam, portanto, é no nível lexical que desencadeia a identificação e a tentativa de explicação da visão de mundo de uma época.

Na atualidade, percebe-se a ascensão dos estudos sobre linguística cultural. Segundo Palmer (2000, p. 61), desde os anos 70, os estudos sobre linguística cultural têm

referendado a tese de que o significado surge no discurso segundo a interpretação dos falantes. Assim, os significados dependem, hierarquicamente, dos acontecimentos: “una parte fundamental del significado de cualquier expresión incluye la aprehensión por el hablante del contexto total (lingüístico, social, cultural e interaccional)<sup>23</sup>” (PALMER, 2000, p. 63).

Buscamos, nesta pesquisa, verificar, em que medida determinados itens lexicais veiculados no Brasil Colônia espelham aspectos da administração, da economia, da política das invasões, dos costumes, enfim, a uma cultura relacionada ao *negro* e ao *índio*, nessa fase da história do Brasil, fase essa que marca o início do processo de construção da norma lexical do português brasileiro.

## 1. Norma lexical

A preocupação em elucidar as causas pelas quais os falantes de um grupo social falam habitualmente de um mesmo modo e as razões da manutenção desse comportamento através de gerações, como se existisse uma “lei” que lhes indicasse a melhor forma de comunicação dentro de seu grupo é um dos objetos de estudo da norma linguística.

A sistematização do conceito de norma tem início nos estudos do linguista Eugenio Coseriu (1979, p. 72) que formula a tríade *sistema, norma e fala*, enfatizando importantes aspectos não trabalhados por Saussure em seu sistema dicotômico *língua e fala*. Segundo esse estudioso, podem-se distinguir na língua três características, segundo o grau de abstração: a *fala*, que corresponde às características concretas e variadas manifestas individualmente; a *norma*, que correspondente às características normais, comuns e, até certo ponto, constantes e o *sistema*, que se refere às características funcionais e/ou indispensáveis da linguagem.

Para esse linguista, a fala representa o conjunto dos atos linguísticos realizados pelos falantes de um idioma, enquanto a norma corresponde ao primeiro nível de abstração na análise dos fatos linguísticos nas tradições e costumes manifestos na fala e na escrita de determinado grupo de falantes. Já o sistema, considerado o segundo nível de abstração,

---

<sup>23</sup> “Uma parte fundamental do significado de qualquer expressão inclui a apreensão pelo falante do contexto total (lingüístico, social, cultural e interaccional)” (TN).

corresponde à estrutura da língua e representa um código para a sociedade, eliminando da norma tudo o que é hábito, tradição. Em síntese, “a norma é, com efeito, um sistema de realizações obrigatórias, de imposições culturais e sociais, e varia segundo a comunidade” (BIDERMAN, 2001, p. 20). Sendo obrigatória, ela se impõe ao indivíduo, podendo limitar sua liberdade de expressão diante das possibilidades oferecidas pelo sistema.

Além da norma geral, existem também as normas parciais ou regionais. Ressalte-se que o estudo de um léxico regional requer considerações não só de ordem espacial, mas também de cunho temporal. Nesse particular, Isquierdo (2003, p. 166) esclarece que

examinar um léxico regional significa necessariamente considerar o eixo espacial e o eixo do tempo. O primeiro, ligado às especificidades regionais e à conseqüente mobilidade dessas especificidades de um espaço geográfico para outro, em decorrência de processos migratórios; o segundo, relacionado à tendência conservadora da língua, que normalmente se manifesta de forma mais acentuada em regiões menos susceptíveis a influências dos meios de comunicação de massas.

Nota-se que tanto os regionalismos como os arcaísmos manifestos acentuadamente no nível da fala contribuem para o processo de manutenção e de ampliação dos repertórios lexicais e, a partir do momento que entra em cena o fator uso, fazem parte da composição da norma regional. Em se tratando do surgimento da norma brasileira do português, “não se pode esquivar de um olhar para o passado histórico da formação dessa norma, o que implica considerar que ela começou a ser construída e definida no século XVI com os primeiros contatos do colonizador com as populações autóctones” (ISQUERDO, 2006). Nesse processo de construção não somente a participação dos indígenas foi de grande importância para a configuração do léxico brasileiro, mas também a dos escravos africanos, por meio da comunicação diária.

A diversidade de normas existentes em uma comunidade linguística é motivada por fatores como classes sociais, faixa etária, a modalidade (oral ou escrita), ao espaço geográfico, ao sexo, etc. Preti (1974, p. 50-51) registra que são três os principais agentes que atuam sobre a língua de uma comunidade, influenciando na sua unidade: a escola, a literatura e os meios de comunicação de massa.

Para o autor, a escola busca uma uniformização linguística, assumindo como referência os níveis mais elevados da linguagem, ou seja, a escola focaliza a norma culta objetivando, sobretudo, uma escrita eficiente. A literatura, por sua vez, segue a escola,

contribuindo para a unificação e o nivelamento da linguagem, todavia, esse quadro começa, gradativamente, a modificar-se, pois,

pode-se dizer que as grandes conquistas modernas no plano literário têm procurado aproximar a língua literária da língua falada, no sentido de descobrir-lhe valores expressivos e originais. Essa atitude encontra em geral boa receptividade do leitor moderno. E, de certa maneira, foi uma preocupação de alguns prosadores, praticamente em todos os tempos, no plano do diálogo escrito (PRETI, 1974, p. 50).

Já os meios de comunicação de massa constituem o terceiro e o mais importante fator que atua sobre a norma. Em geral, a mídia, por um lado, age divulgando a língua comum, contribuindo para a fixação das estruturas e do léxico e, por outro lado, age sobre o próprio falante, “no sentido de restringir-lhe as maneiras de dizer, diminuir-lhe as possibilidades criativas na linguagem, fazendo-o pensar, falar e, conseqüentemente, agir dentro de padrões predeterminados” (PRETI, 1974, p. 51).

Elia, em seu livro *Fundamentos histórico-linguísticos do português do Brasil* (2003), traça um perfil da presença da língua portuguesa transplantada para o Brasil no início do século XVI e seus desdobramentos até o século XIX. O estudo é dividido em três seções, a saber: quadro histórico, literatura e língua.

Na seção quadro histórico, por exemplo, o autor destaca, no século XVI, dois eventos preponderantes: a catequese e a escravidão. Já no século XVII o destaque recai no movimento das *entradas e bandeiras*, enquanto no século XVIII, último século do período colonial, destacam-se: “os franceses no Rio de Janeiro, a corrida do ouro, expansão territorial, fixação de fronteiras, lutas com os espanhóis, a colonização do Sul, o Iluminismo e a expulsão dos jesuítas” (ELIA, 2003, p. 91). Na seção literatura, o autor traça um retrospecto da produção escrita portuguesa, iniciando pela Carta de Pero Vaz de Caminha, passando pelos escritos dos missionários até a literatura dos viajantes e artistas. No que tange à língua, há a discussão acerca da transplantação da língua portuguesa para o território brasileiro e do contato com as línguas indígenas e africanas, fundamentadas com estudos de filólogos como Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto e Gladstone Chaves de Melo, discussões fundamentais no exame do processo histórico de formação do português do Brasil, uma vez que, “ao se discutir a questão da norma na variante brasileira do português, não se pode esquivar de um olhar para o passado histórico da formação dessa norma, o que implica considerar que ela começou a ser construída e definida no

século XVI com os primeiros contatos do colonizador com as populações autóctones” (ISQUERDO, 2006).

Logo, os aspectos históricos, desde o período da colonização, serviram, ora como pano de fundo, ora como papel decisivo, para formação da norma lexical do português do Brasil, sendo, portanto, preciso ter, não somente cuidado, mas critérios bem definidos para o estudo dessa norma, haja vista a complexidade desse conceito e a série de implicações geográficas, culturais e linguísticas que ele recobre. Nesse sentido, as contribuições teórico-metodológicas fornecidas pelas várias áreas que integram as chamadas ciências do léxico, particularmente as oriundas da Lexicologia, são fundamentais para a descrição e a interpretação da norma lexical. É sabido que o léxico configura-se como objeto de estudo de três ramos do saber, vinculados às ciências do léxico: i) a Lexicologia, que se ocupa dos problemas teóricos que embasam o estudo científico do léxico; ii) a Lexicografia, que se volta para as técnicas de elaboração de dicionários e, iii) a Terminologia, área voltada para o estudo do termo, os conceitos próprios de diferentes áreas de especialidade (OLIVEIRA; ISQUERDO, 1998, p.07). Essas áreas, embora muito próximas, apresentam metodologia e pressupostos teóricos distintos. Vejamos, a seguir, algumas posições teóricas que singularizam essas áreas.

Biderman (1998, p.14), por exemplo, aponta três objetivos da Lexicologia que, segundo a óptica dessa respeitada estudiosa do léxico, configuram-se como entraves teóricos: i) estudo e análise da palavra; ii) a categorização lexical e iii) estruturação do léxico. Tendo como foco a formação de palavras, a Lexicologia trabalha paralelamente à Morfologia lexical. Nesse sentido, a criação lexical (os neologismos) tem ganhado cada vez mais espaço no interior dos estudos lexicológicos. Outras ciências relacionam-se com a Lexicologia, umas em maiores, outras em menores proporções: a Glotocronologia (estudo da origem e filiação de famílias linguísticas), a Dialetoлогия e a Etnolinguística (estudam as relações entre língua e cultura), a Psicolinguística e a Neurolinguística (estudo do acesso ao léxico armazenado na memória) (BIDERMAN, 1998, p. 14).

Para Lorente (2004, p. 20), a Lexicologia embora normalmente não figure abertamente nos currículos das instituições de pesquisa, é apresentada de maneira parcial sob as designações de “morfologia lexical, semântica lexical, lexicografia ou

terminologia”. A mesma autora entende o léxico, metaforicamente, como uma *intersecção de caminhos*, ou seja,

o léxico está situado em uma espécie de intersecção linguística que absorve informações providas de caminhos diversos: dos sons (fonética e fonologia), dos significados (semântica), dos morfemas (morfologia), das combinações sintagmáticas (sintaxe) ou do uso linguístico e das situações comunicativas (pragmática). Não há unidade lexical sem que algum destes aspectos esteja presente, de modo que a variação que afeta as palavras também tem origem em algum destes componentes (LORENTE, 2004, p. 20).

Entretanto, dentre todas as ciências relacionadas à Lexicologia, a Semântica merece/requer particular atenção, visto que léxico e significado assumem conceitos complementares. Para Vilela (1994, p. 10), “a Lexicologia estuda as palavras de uma língua em todos os seus aspectos: pode incluir a etimologia, a formação de palavras, a morfologia, a fonologia, a sintaxe, mas tem uma ligação especial com a semântica”. Logo, na perspectiva desse linguista português, a Lexicologia está relacionada à semântica lexical, uma vez que, ocupando-se do léxico, automaticamente considera o aspecto significativo da palavra.

Já a Terminologia firma-se como uma área do saber com identidade particular, elegendo o termo como objeto de estudo e tratamento. Para Cabré (1993 *apud* BIDERMAN, 1998, p. 17), “a teoria geral da Terminologia baseia-se na natureza do conceito, nas relações conceptuais, na relação termo-conceito e na atribuição de termos aos conceitos”. Barros (2004, p. 34), por sua vez, pondera: “o objeto de estudo da Terminologia é o conjunto de termos de um domínio e dos conceitos (ou noções) por ele designados”. E dentro desse contexto da Terminologia, surge, na década de 40, segundo Tristá (1988, p. 8), estudos específicos que resultam numa disciplina linguística denominada Fraseologia,<sup>24</sup> objetivando o seguinte aspecto:

el estudio de las leyes que condicionan la falta de libertad de las palabras para combinarse, y la descripción sobre esta base de las combinaciones fijas de palabras según sus tipos, tanto en su estado actual como en su desarrollo histórico<sup>25</sup> (TRISTÁ, 1988, p.8).

<sup>24</sup> “A unidade fraseológica é, quase com toda certeza, o termo mais amplamente aceito na atualidade e adotado pela maioria dos estudiosos para dar conta dos fenômenos linguísticos que recobrem todas essas denominações, o arquilexema desse impreciso e heterogêneo conjunto de nomes; e a Fraseologia representa a disciplina linguística que estuda as unidades fraseológicas” (SÁNCHEZ, 2008, p.16).

<sup>25</sup> “O estudo das leis que condicionam a falta de liberdade das palavras para combinação e a descrição sobre

A outra área que se ocupa dos estudos lexicais é a Lexicografia, em linhas gerais, definida como a ciência dos dicionários e que teve seu início efetivo nos séculos XVI e XVII. Antes desses séculos existiam apenas glossários latinos medievais, no formato de listas de palavras com o objetivo de auxiliar os leitores na interpretação de textos clássicos e bíblicos. No âmbito da língua portuguesa, duas obras lexicográficas destacam-se: o Vocabulário Português-Latino de Rafael Bluteau (1712-1728) e o Dicionário da língua portuguesa de Antônio de Morais Silva (1789). Segundo Biderman (1998, p. 15), “é muito recente o advento de um fazer lexicográfico fundamentado numa teoria lexical e com critérios científicos”.

De acordo com Lara (2004, p. 142),

A Lexicografia nasceu como uma necessidade social e informativa muito tempo antes de que a lingüística se constituísse como ciência. Suas tradições e método forjaram-se na relação entre o lexicógrafo e o seu público, e inclusive seria possível sustentar que a própria idéia de língua, que depois daria origem à lingüística, se criou com a ajuda dessa lexicografia.

Se se entende que é necessário ter teorias que expliquem e explicitem os fenômenos verbais, tais como o fonema, a palavra, a sintaxe e outros, o dicionário, mediante a complexidade do discurso, merece uma teoria correspondente (LARA, 2004, p.145). Não há como negar a complexidade da prática lexicográfica, assim como não se pode abrir mão de um conhecimento teórico-metodológico sobre o léxico e seu tratamento, como condição para a elaboração de obras de qualidade, que justifiquem a confiança que o público em geral deposita nos dicionários. Com esse viés de aplicabilidade e com as contribuições da Lexicologia, da Semântica e da Linguística de *corpus* a Lexicografia será capaz de avançar e alcançar, cada vez mais, a comprovação científica.

Além das questões teóricas, há a preocupação com o aspecto social da prática lexicográfica. Haensch (1982, p. 97), por exemplo, defende “uma lexicografia baseada fundamentalmente na comunicação, que parte do valor intrínseco do vocabulário no processo comunicacional, dos modos de uso e das situações de uso de uma unidade léxica dentro de uma coletividade linguística”.

---

esta base das combinações fixas das palavras segundo seus tipos, tanto em seu estado atual como em seu desenvolvimento histórico” (TN).

Ao tratar das finalidades específicas de diversos dicionários Biderman (2002, p. 21), apresenta uma tipologia de dicionários tomando por base a extensão da nomenclatura. Assim, tem-se o dicionário geral ou tesouro, que tem como propósito abranger o léxico de uma língua; o dicionário padrão (com aproximadamente 50.000 verbetes); o dicionário escolar (15.000 a 30.000 entradas) e o dicionário infantil (com 4.000 a 5.000 entradas).

Um importante aspecto a ser considerado na construção de um dicionário é, segundo Isquerdo (2006),

o estágio da língua a ser contemplado. Nessa perspectiva, uma obra de referência pode reunir o acervo vocabular de uma língua na sua contemporaneidade, ou ocupar-se do registro do léxico dessa língua num determinado período da sua história, fazendo um recorte de uma ou mais sincronias. É o caso dos dicionários históricos<sup>26</sup> que têm como objetivo perenizar o léxico de uma língua em determinado período da sua história.

Neste trabalho é importante ressaltar a tipologia “dicionários históricos”, pois, como já assinalado, o *corpus* organizado para este estudo foi obtido por meio de consulta à base de dados do Projeto *Dicionário Histórico do Português do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII*. Para Murakawa (2008), o DHPB “é um dicionário de língua com um método histórico, não enfocando a etimologia”. Biderman (1984, *apud* WELKER, 2004, p. 52) salienta que há vários tipos de dicionários históricos, destacando dois deles: “um que se baseia no vocabulário e na língua de determinada época histórica e outro que é o panorâmico, muitas vezes rotulado de etimológico”. Idealizado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Tereza Camargo Biderman, o Projeto Dicionário Histórico do Português do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII se encaixa no primeiro tipo descrito pela autora.

O DHPB<sup>27</sup> constitui, no Brasil, uma obra inédita no gênero e de grande importância para a história da língua portuguesa. A base de dados informatizada do dicionário é

---

<sup>26</sup> Hernández (1989, p. 26-28), ao tratar da tipologia das obras lexicográficas, estabelece dois critérios para a classificação dos dicionários – teórico-lingüísticos; histórico-culturais e práticos – e enquadra os dicionários históricos entre os que têm pouca relação com o “papel do emissor e do receptor no processo de comunicação”, uma categoria apontada pelo autor para classificar as obras lexicográficas, segundo “aspectos distintos da descrição lingüística”. O autor inclui nessa subcategoria, a par dos dicionários históricos, os etimológicos; os voltados para o desenvolvimento histórico dos sistemas lingüísticos; os baseados nas relações estruturais do léxico (sinônimos, antônimos); os de frequência e os dicionários inversos e de rimas.

<sup>27</sup> O projeto DHPB foi aprovado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) no âmbito do Programa Instituto do Milênio, edital de 2005. Nesse edital, foram inscritos 236 projetos de pesquisa referentes a diversas áreas do conhecimento, sendo 36 deles aprovados por um Comitê Científico Internacional de Avaliação. O projeto Dicionário Histórico para o Português do Brasil foi o único selecionado da área da Linguística. Considerando a tipologia de dicionários, o DHPB é um dicionário de

constituída de uma diversidade de gêneros discursivos (textos literários, cartas, bandos, inventários, processos do tribunal de relações, crônicas, inventários, relatos de viagens...), com o intuito de documentar o léxico que contribuiu para a formação da norma lexical brasileira. A Carta de Pero Vaz de Caminha constitui o primeiro documento do banco de dados e os últimos documentos inseridos datam de 1808 – chegada da Família Real portuguesa ao Brasil. Segundo Isquierdo (2006),

a Base Textual a ser construída para subsidiar a seleção dos verbetes do dicionário reunirá textos representativos dos três séculos tomados como referência para a pesquisa (XVI, XVII e XVIII). Essa base, além de servir de fonte de referência para a geração da *nomenclatura* do dicionário, tem como propósito tornar-se um *corpus* de referência sobre o português colonial a ser disponibilizado para pesquisas em outras áreas dos estudos lingüísticos.

O Projeto Dicionário Histórico do Português do Brasil definiu os seguintes objetivos a serem alcançados visando à elaboração do dicionário: criação da base de textos do português colonial como *corpus* de referência do dicionário, informatização dos textos impressos e manuscritos selecionados para integrar a base textual, processamento computacional do *corpus* para geração da *nomenclatura* do dicionário e, como produto, a elaboração do dicionário.

A microestrutura contempla o formato de definição contextualizada de cada item lexical: “o banco de dados permite, através de ferramentas como o UNITEX 2.0 e o Philologic, com seus motores de busca, localizar as unidades lexicais em seus mais variados contextos, acompanhadas de informação bibliográfica completa” (MURAKAWA, 2009, p. 229). A composição/construção da base de dados do DHPB envolveu várias etapas desenvolvidas no Laboratório de Lexicografia na FCL – UNESP de Araraquara:

informatização dos textos, impressos ou manuscritos após transcrição, por meio de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR) e de Formato de Extensão da Imagem (TIFF); Conversão da imagem a partir de arquivo PDF, seguida de aprimoramento da imagem e de novo processo de conversão de PDF em TIFF, em preto e branco; conversão das imagens em texto; revisão detalhada, comparando o texto trabalhado e o original (MURAKAWA, 2008)

Importante ressaltar que, além dos procedimentos técnicos, são consultadas informações bibliográficas registradas em uma ficha de identificação. Essa ficha contém

---

língua com enfoque metodológico histórico sem ater-se à etimologia. No projeto original foi previsto uma nomenclatura de aproximadamente 10.000 verbetes, os quais estão, atualmente, em fase de redação.

dados sobre a tipologia do texto - tipo de fonte, domínio discursivo, gênero do texto, tipologia do assunto, características sociolinguísticas do autor, descrição do conteúdo do documento e dados informativos sobre a localização da obra; a fonte consultada – autor, título do texto e da obra, data da produção do documento, dimensão da amostra utilizada (integral, capítulos), dados sobre editor, organizador, editora, local, data e número da edição, volume, tipografia, número de páginas da obra, identificador do texto; revisão – nome do revisor final do documento; e o formato do arquivo final – codificação, data da integração do arquivo de texto ao *corpus* e tamanho do texto em termos de número de palavras ortográficas (ISQUERDO, 2006)<sup>28</sup>. Murakawa (2008) atual coordenadora geral<sup>29</sup> do Projeto pondera:

o Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII E XVIII um contributo inestimável não só para a história da língua portuguesa no período mencionado, mas também pela reunião em um banco de dados de 8 milhões e 50 mil ocorrências, de um número representativo de documentos inéditos sobre o Brasil Colônia, além de outros, em sua forma original, em fac-símile ou ainda em transcrição de manuscritos, documentos esses que servirão não só ao lexicógrafo, mas também ao historiador. O Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII – terá, após a sua conclusão, lugar de destaque na História da Lexicografia Portuguesa e dará à sua idealizadora e organizadora, Maria Tereza Camargo Biderman, o merecido lugar na Lexicografia Portuguesa no Brasil e em Portugal.

Como já destacado na Introdução, este trabalho orienta-se pelos fundamentos teórico-metodológicos da Lexicologia, incluindo, na organização dos dados, a teoria dos campos lexicais.

## 2. Teoria dos Campos – alguns fundamentos

Além de campos léxicos, a sistematização do léxico em campos, recebeu, ao longo dos anos, diversas denominações, tais como: campos conceptuais, campos semânticos e

<sup>28</sup> Dados obtidos pela pesquisadora junto ao Laboratório de Lexicografia/UNESP/Araraquara.

<sup>29</sup> O Projeto DHPB - Dicionário *Histórico do Português do Brasil* (séculos XVI, XVII e XVIII) foi idealizado e iniciado pela saudosa linguista Maria Tereza Camargo Biderman. Atualmente o Projeto do DHPB é coordenado pela professora Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa, também da UNESP/Araraquara.

campos nocionais. Embora o interesse pelo estudo dos campos exista desde a Antiguidade Clássica, o assunto só veio a ganhar *status* de Teoria já no século XX<sup>30</sup>.

Vale destacar que a Teoria dos Campos tem sua gênese no conceito de “redes associativas”, tomado de Saussure e trabalhado por Jost Trier, filósofo alemão a quem é, oficialmente, atribuída a primeira versão da Teoria dos Campos. Trier, além de Saussure, recebeu influências também de Ipsen (1924). Para esse estudioso,

[...] las palabras autóctonas no están nunca solas en una lengua, sino que se encuentran reunidas en grupos semánticos; con ello no hacemos referencia a un grupo etimológico, aún menos a palabras reunidas en torno a supuestas “raíces”, sino a aquellas cuyo contenido semántico objetivo se relaciona con otros contenidos semánticos. Pero esta relación no está pensada como si las palabras estuviesen alineadas en una serie asociativa, sino de tal suerte que todo el grupo forme un campo semántico estructurado en sí mismo (IPSEN *apud* GECKLER, 1976, p. 103)<sup>31</sup>

Entre outras ponderações às afirmações de Ipsen, Trier considerou o termo *campo semântico* muito amplo, visto que o adjetivo *semântico* não se limita exclusivamente ao domínio léxico de uma língua. Visando a uma investigação do léxico de forma sistematizada e aproveitando a noção de língua como sistema, defendida por Saussure, Trier formulou a seguinte definição para campos:

campos son las realidades lingüísticas vivas, situadas entre las palabras individuales y el conjunto del vocabulario, que, en cuanto totalidades parciales, tienen como característica común con la palabra el articularse [ergliedern] y, con el vocabulario, el organizarse [ausgliedern]. El grado jerárquico es indiferente (TRIER *apud*, GECKLER, 1976, p. 123)<sup>32</sup>

Para esse autor, o conjunto de palavras de uma língua resulta do princípio da articulação, ou seja, o todo do léxico de uma língua é constituído por ramos parciais estruturalmente subordinados. Porzig, por sua vez, privilegiou as relações sintagmáticas na

<sup>30</sup> “Nas obras de Herder, W. Von Humboldt e mesmo de Leibniz encontram-se algumas das noções que hoje consideramos serem caracteristicamente estruturalistas” (LYONS, 1980, p. 189).

<sup>31</sup> “As palavras autóctones nunca estão isoladas em uma língua, mas estão sempre reunidas em grupos semânticos; com isto não fazemos referência a um grupo etimológico, e muito menos a palavras reunidas às suas supostas raízes, mas àqueles cujo conteúdo semântico objetivo se relaciona com outros conteúdos semânticos. Porém, esta relação não está pensada como se as palavras estivessem alinhadas em uma série associativa, mas de tal maneira que todo o grupo forme um campo semântico estruturado em si mesmo” (TN).

<sup>32</sup> “Campos são as realidades linguísticas vivas, situadas entre as palavras individuais e o conjunto do vocabulário, que enquanto totalidades parciais têm como característica comum com a palavra o articular-se [ergliedern] e, com o vocabulário, o organizar-se [ausgliedern]. O grau hierárquico é indiferente” (TN).

teoria dos campos semânticos, ao contrário de Trier que elegeu como foco as relações paradigmáticas (LYONS, 1980, p. 214).

A Teoria dos Campos recebeu, também, considerável contribuição de Weisgerber (1954) que, em parceria com Trier, aperfeiçoou os conceitos até então propagados e, de forma sintética, assim registrou a importância dos campos léxicos:

la mayor importancia de la idea del campo es la de haber llegado a ser el concepto metodológico central de la investigación aplicada al contenido lingüístico y, al mismo tiempo, la clave para el descubrimiento de una visión Lingüística del mundo. La tarea fundamental de la lexicología aplicada al contenido está en señalar la existencia y la estructura de los campos léxicos existentes en una lengua (WEISGERBER *apud* GECKELER, 1976, p. 127).<sup>33</sup>

Para Ullmann (1991, p. 283), a teoria dos campos possui uma tripla importância para o desenvolvimento dos estudos semânticos. Primeiramente, o autor destaca a necessidade de se introduzir um método verdadeiramente estrutural no ramo da Linguística, ramo consideravelmente resistente em admitir tal modo de acesso. O conceito de campos associativos<sup>34</sup> foi um passo importante nessa direção, porém, esse conceito centrava-se nas palavras individuais e não na estrutura do campo em seu conjunto. Em segundo lugar o autor considera importante o fato de a teoria dos campos formular e desenvolver problemas que de maneira tradicional passariam despercebidos; e, por fim, a teoria dos campos permite não somente refletir sobre as ideias e costumes de uma sociedade, mas também permite a perpetuação de todo o conjunto de valores dessa sociedade.

Na década de 50 a teoria dos campos foi expressamente difundida pelo linguista francês Georges Matoré, com ênfase direta aos critérios sociais. Matoré fez uma demonstração prática de seu método em sua monografia sobre *Le vocabulaire et la société sous Louis-Philippe* (1951). Dois anos mais tarde esboçou os princípios gerais de sua teoria em outro livro: *La méthode en lexicologie*.

---

<sup>33</sup>“A maior importância da ideia do campo é a de haver chegado a ser o conceito metodológico central da investigação aplicada ao conteúdo linguístico e, ao mesmo tempo, a chave para o descobrimento de uma visão linguística do mundo. A tarefa fundamental da lexicologia aplicada ao conteúdo está em assinalar a existência e a estrutura dos campos léxicos existentes em uma língua”.

<sup>34</sup> Para Ullmann (1991, p. 271), “toda palavra pertence a uma rede de associações que a conectam com outros termos. O campo associativo de uma palavra está formado por uma intrincada rede de associações. O campo é por definição aberto” (TN).

O linguista deixou sua posição muito clara já no prefácio da primeira obra: “nos proponemos considerar la palabra no ya como un objeto aislado, sino como un elemento en el interior de conjuntos más importantes, que clasificamos jerárquicamente partiendo de un análisis de las estructuras sociales” (MATORÉ, 1951 *apud* ULLMANN, 1962, p. 285)<sup>35</sup>. Com esse objetivo definido investigou o vocabulário de vários setores da sociedade, tais como a vida política e social, as artes, a ciência, as leis, os esportes e outras esferas.

Com o intuito de descrever a estrutura social de dado período por meio de seu vocabulário, Matoré introduziu ainda o conceito de “palavras-testemunhas” (*mots-témoins*) que se definem como “elementos particularmente importantes em función de los cuales la estructura lexicológica se jerarquiza y se coordina” (MATORÉ, 1953, *apud* ULLMANN, 1962, p. 284). Trata-se, pois, das unidades fundamentais que expressam noção de valor e que possuem peso semântico significativo no âmbito de determinado vocabulário. Cada esfera/área da sociedade terá suas palavras testemunhas. Essa noção é de fundamental importância para esta pesquisa, à medida que a presença de palavras de considerável peso semântico em um vocabulário constituem verdadeiros *testemunhos* de determinada época, por refletir de modo expressivo a visão de mundo do período em estudo, no caso desta pesquisa, o Brasil Colônia.

Além dos já mencionados, contribuíram para os avanços da Teoria dos Campos os seguintes estudiosos: Pottier, Lyons, Dubois, Greimas. Neste trabalho valemo-nos mais precisamente da proposta de campo léxico trabalhada por Coseriu (1977), para quem

un campo léxico es, desde el punto de vista estructural<sup>36</sup> un paradigma léxico que se origina por la distribución de un continuo de contenido léxico e diferentes unidades, dadas en la lengua como palabras, que están recíprocamente en oposición inmediata mediante rasgos distintivos de contenido simples (COSERIU, 1977, p. 146).<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup> “Propomo-nos considerar a palavra não como um objeto isolado, mas como um elemento no interior de conjuntos mais importantes que classificamos hierarquicamente partindo de uma análise das estruturas sociais” (TN).

<sup>36</sup> Conforme Isquerdo (1996, p. 26), “o pensamento estruturalista, nas últimas décadas, norteou, também, estudos nas ciências humanas em geral - o conjunto de fenômenos característicos de cada ciência passou a ser analisado como uma unidade estrutural, como um sistema de relações. Um exemplo significativo da aplicação dos postulados do Estruturalismo em outras áreas do conhecimento podemos encontrar na Antropologia, através dos estudos efetivados por Claude Lévi Strauss, mormente em sua Antropologia Estrutural.”

<sup>37</sup> “Um campo léxico é, do ponto de vista estrutural, um paradigma léxico que resulta da repartição de um conteúdo léxico contínuo entre diferentes unidades dadas na língua como palavras que se opõem de maneira imediata umas às outras, por meio de traços distintivos mínimos” (TN).

e, também, da proposição de rede semântica e de campo léxico apresentada por Biderman (1981), no seu texto *A estrutura mental do léxico* (1981, p. 141):

uma rede semântica é composta da integração estruturada de vários campos léxicos. Um campo léxico integra uma rede semântica juntamente com muitos outros campos léxicos. As palavras nucleares dentro de um campo léxico provavelmente são as palavras mais frequentes dentre as palavras de conteúdo léxico.

No capítulo a seguir descrevemos o processo de construção do *corpus* desta pesquisa e apresentamos uma proposta de sistematização dos dados por meio de campos lexicais.

## CAPÍTULO IV

### CONSTRUÇÃO DO *CORPUS* E PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO

Como já assinalado, ao longo deste trabalho, o *corpus* para este estudo foi obtido por meio de consulta à base de dados do projeto Dicionário Histórico para o Português do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII. Considerando a organização do acervo textual do Projeto DHPB em formato digital, cabem aqui algumas pontuações sobre a Linguística de *Corpus*. Área da Linguística que segundo Sardinha (2000, p. 325), ocupa-se

da coleta e exploração de corpora, ou conjunto de dados linguísticos textuais que foram coletados criteriosamente com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística. Como tal dedica-se à exploração da linguagem por meio de evidências empíricas, extraídas por meio de computador.

O mesmo autor assinala a existência de *corpora* antes do advento do computador, exemplificando com o conjunto de documentos de citações da Bíblia produzidos na Antiguidade e na Idade Média. Para Biderman (2001, p.79), um *corpus* linguístico pode ser assim definido:

uma coletânea de textos selecionados segundo critérios linguísticos, codificados de modo padronizado e homogêneo. Essa coletânea pode ser tratada mediante processos informáticos [...] deve-se acrescentar ainda que um *corpus* constitui um conjunto homogêneo de amostras da língua de qualquer tipo (orais, escritos, literários, coloquiais etc.). Tais amostras foram escolhidas como modelo de um estado ou nível de língua predeterminado.

Ao referir-se a um conjunto homogêneo de amostras da língua, a autora alerta para a representatividade/proporção entre os variados tipos de textos que compõem o *corpus*, que devem contemplar expressivos níveis de linguagem para assim contribuir para a construção de generalizações sobre a língua.

Para essa lexicógrafa, “na Linguística de *corpus* trabalha-se com dados reais tão exaustivos quanto possível e que, portanto, possam reproduzir com a máxima fidelidade a realidade linguística”. A questão da representatividade também é trabalhada por Sardinha (2000, p. 338) como um dos critérios necessários para que um conjunto de dados linguísticos possa ser

considerado um *corpus*.<sup>38</sup> Além desse, o autor pontua mais cinco critérios que devem orientar a formação de um *corpus*: “propósito, origem, composição, formatação e extensão”.

Ao contrário dos pressupostos gerativistas, que visam a encontrar/analisar os usos de falantes-ouvintes ideais, buscando a homogeneidade, a Linguística de *Corpus* busca a heterogeneidade, valorizando assim as particularidades dos diferentes usos da linguagem. Por estar diretamente atrelada ao uso, encaixa-se numa concepção funcionalista da linguagem.

O *status* da área é objeto de opiniões distintas, destacando-se três grupos de pesquisadores sobre a Linguística de *Corpus*. É consenso entre todos, por exemplo, a exclusão da hipótese da Linguística de *Corpus* como disciplina, visto não haver uma delimitação de seu objeto de pesquisa. O primeiro grupo concebe a Linguística de *Corpus* como uma metodologia da qual diversas áreas podem se valer; o segundo vê a Linguística de *Corpus* como muito mais que uma metodologia, partindo do princípio que seus usuários produzem novos conhecimentos, enquanto o terceiro grupo entende a Linguística de *Corpus* como perspectiva ou abordagem, ou seja, como uma forma de analisar a linguagem (SARDINHA, 2000, p. 355-356).

Logo, a abrangência da Linguística de *Corpus*, no que diz respeito ao desenvolvimento geral dos estudos linguísticos é inquestionável. A Lexicografia e a Terminologia, particularmente, são as áreas do conhecimento linguístico que mais têm se favorecido do uso dos *corpora*, tanto de língua escrita quanto de língua falada, pois,

para configurar o leamário de um dicionário, por exemplo, são muito úteis, tanto para incluir palavras novas como para excluir palavras desusadas. E também: para detectar as diferentes acepções em que as palavras estão sendo usadas, para detectar as co-ocorrências entre os vocábulos, a combinatória sintática etc. E mais ainda: fornecem material muito útil para identificar a fraseologia e expressões idiomáticas, detectar neologismos e obter exemplos reais do uso linguístico. Por isso a Lexicografia transformou-se radicalmente com o advento dessas tecnologias (BIDERMAN, 2001, p. 92).

Segundo Xatara (2006, p. 272), particularmente a Lexicografia beneficiou-se da exploração de *corpora*, pois o uso contribuiu para a seleção da nomenclatura de dicionários, obtendo-se, pelo critério da frequência, os itens lexicais candidatos à entrada, a ordenação das acepções no verbete, as diferenças e semelhanças entre os itens lexicais, a remissão para outros

---

<sup>38</sup> “A Linguística de *Corpus* parte da premissa de que: é preciso observar usos extensivos de língua para que deles se depreendam sistematicidades, especificidades, descrições e explicações sobre gramática, léxico, sobre configuração e perfis de práticas textuais. O reconhecimento de usos concretos de linguagem em amostras extensivas é condição *sine qua non*, visto que a “verdade” sobre língua e gramática estará posta num *corpus*. Essa verdade será depreendida por ocorrências, recorrências e co-ocorrências” (SARDINHA, 2000, p. 338).

itens etc. Tudo isso fez com que se passasse a uma nova concepção de dicionário e a uma nova forma de organizá-los.

Tendo como orientação o objetivo geral desta pesquisa – analisar em que proporção o léxico de textos produzidos no Brasil Colônia evidenciam a imagem<sup>39</sup> do *índio* e do *negro* veiculadas pela sociedade colonial –, e os objetivos específicos – catalogar e analisar os itens lexicais encontrados, relacionados às áreas semânticas do *índio* e do *negro* na base de dados do Dicionário Histórico do Português do Brasil e analisar a relação entre o universo lexical coletado e a história social do Brasil Colônia, procedemos à seleção dos itens lexicais que evidenciassem importantes aspectos das áreas semânticas mencionadas.

### 1. Coleta de dados do *corpus*

O processo de busca e de seleção dos termos ocorreu por meio do gerenciador Philologic<sup>40</sup>. As unidades léxicas foram buscadas primeiramente por meio do recurso *KWIC*, que lista até 100 ocorrências da palavra solicitada. Tomemos como exemplo a lexia *escravo*, que possui 673 ocorrências no *corpus* do projeto. Ao selecionarmos essa unidade léxica por meio do comando *KWIC*, aparecem sete páginas contendo um pequeno trecho da obra onde aparece a palavra selecionada, seguido da referência bibliográfica de cada documento. Visualizemos uma amostra de um trecho da página do recurso:

Welcome to PhiloLogic

[home](#) | [the ARTFL project](#) | [download](#) | [documentation](#) | [sample databases](#)

Bibliographic criteria: **none**

Searching **Entire Database** for **escravo**

[Click here for a Concordance Report](#)

**This page contains the first 25 occurrences. Please follow the link(s) at the bottom of the page to see the rest of the occurrences your search found.**

1. **A00\_0696** ([bib](#):p.0)terra, e de maravilha se acha cá **escravo** que não fôsse {A00\_0696 revisado- 4
2. **A00\_0934** ([bib](#):p.0)m roça, nem rede, nem cunha, nem **escravo**, nem cousa boa que lhes não tomem e roub

<sup>39</sup> Segundo Palmer (2000, p. 71-72), a linguística cultural trabalha com o conceito de imagem associado ao conceito de representação mental e verbal. A definição seguinte aponta com propriedade o conceito de imagem: “representação mental de algo, não pela percepção direta, mas pela memória ou pela imaginação” (TN).

<sup>40</sup> Uma ferramenta para buscas avançadas em *corpus*, desenvolvida pelo Projeto ARTFL (American and French Research on the Treasury of the French Language) na Universidade de Chicago (<http://humanities.uchicago.edu./orgs/ARTFL/>) e utilizada como ferramenta de busca pela equipe de pesquisa do DHPB.

3. **A00\_0024** ([bib:p.0](#))njuriado dos seus que lhe chamão **escravo** dos Portugueses. Se disto nascer alguma d
4. **A00\_0026** ([bib:p.0](#))Baia, porque se botou ao mar hum **escravo** que lhes avião vendido, porque teria sau
5. **A00\_0026** ([bib:p.0](#))s, sscilicet, ao mesmo senhor do **escravo**, velho tolhido, e os mais, molheres e mo
6. **A00\_0027** ([bib:p.0](#)) mantem nela tanta gente sem te **escravo** que pesque, nem quem traga agua e lenha e
7. **A00\_0028** ([bib:p.0](#))ão trazerem com que mercassem um **escravo** com que começassem sua vida não se pude

### Results Bibliography

PADRE MANUEL DA NOBREGA. (1885) [1549], [CARTA QUE O PADRE MANOEL DA NOBREGA, COMPANHIA DE JESUS EM AS TERRAS DO BRASIL, ESCREVEU AO PADRE MESTRE SIMÃO, PREPOSITO PROVINCIAL DA DITA COMPANHIA EM PORTUGAL NO ANNO DE 1549. \(COPIA DO MS. DA BIBLIOTHECA\)](#) () [[word count](#)] [A00\_0696].

IRMÃO ANTONIO RODRIGUES (1936) [1553], [ANTONIO RODRIGUES, SOLDADO, VIAJANTE E JESUITA PORTUGUEZ NA AMERICA DO SUL, NO SEculo XVI - CópIA DE UMA CARTA DO IrmÃO ANTONIO RODRIGUES PARA OS Irmãos DE COIMBRA](#) () [[word count](#)] [A00\_0934].

IR. JOSÉ DE ANCHIETA (1956) [1557], **A00\_0057**.

Em seguida passamos à busca por meio do comando *CONTEXTO*, recurso que permite a visualização da lexia, como o próprio nome sugere, de forma contextualizada. A partir do uso dessa ferramenta fizemos a seleção e a exclusão dos dados lexicais, segundo os objetivos desta pesquisa. Dessa forma, na busca pelo item lexical *negro*, por exemplo, os contextos que traziam Rio *Negro* não foram selecionados, por tratar-se de um Topônimo. Vejamos um trecho da página aplicada ao recurso *CONTEXTO*:

Welcome to PhiloLogic

[home](#) | [the ANTELL project](#) | [download](#) | [documentation](#) | [sample databases](#)

Bibliographic criteria: **none**

Searching **Entire Database** for **escravo**

[Click here for a KWIC Report](#)

**This page contains the first 25 occurrences. Please follow the link(s) at the bottom of the page to see the rest of the occurrences your search found.**

1. PADRE MANUEL DA... . *CARTA QUE O PADRE MANOEL DA...* [[Paragraph](#) | [Section](#)]

vem-se a mim pedir-me penitencia. N'estes termos está esta gente. Agora temo que, vindo o Vigario Geral, que já é chegado a uma povoação aqui perto, se ouse alargar mais. Eu ladrarei quanto puder. Escrevi a V. R. acerca dos saltos que se fazem n'esta terra, e de maravilha se acha cá **escravo** que não fôsse {A00\_0696 revisado- — 465 —,N} tomado de salto.; e é d'esta maneira que fazem pazes com os negros para lhe trazerem a vender o que tem, e por engano enchem os navios d'elles, e fogem com elles; e alguns dizem que o podem fazer por os negros terem

---

2. IRMÃO ANTONIO... . *ANTONIO RODRIGUES, SOLDADO...* [[Paragraph](#) | [Section](#)]

Vendo o inimigo da humana geração este fruto, buscou modo para o impedir e o achou. Porque os cristãos de cá , que ali estão, desbaratam tudo, escandalizando muito aqueles novos cristãos, porque não deixam aos pobres índios, mulher, nem filha, nem roça, nem rede, nem cunha, nem **escravo**, nem cousa boa que lhes não tomem e roubem. Levam-nos como escravos até o Perú e aqui já trouxeram muitos cativos. Assim que, com o desamparo, se perdem por não haver quem os socorra . Eu falei com o P. Manuel da Nóbrega que fosse ou mandasse lá um da nossa Companhia,

---

4. P. MANUEL DA... . *CARTA DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO...* [[Paragraph](#) | [Section](#)]

ao gentio e tomar-lhe o seu, porque não há justiça contra elle que atente nisso, e ainda que queira atentar, como não há-i prova de Branquos, fiquão absoltos, como aconteceu os dias passados, que hum barco que estava ao resgate da banda dalem da Baía, porque se botou ao mar hum **escravo** que lhes avião vendido, porque teria saudade da molher e filhos que lhe fiquava, podendo aver o seu por o mesmo senhor que lho avia vendido, que estava ainda no navio, movido[s] os christãos de raiva diabolica, matarão a sete ou oito pessoas, sscilicet, ao mesmo senhor do escravo, velho

---

5. P. MANUEL DA... . *CARTA DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO...* [[Paragraph](#) | [Section](#)]

ao mar hum escravo que lhes avião vendido, porque teria saudade da molher e filhos que lhe fiquava, podendo aver o seu por o mesmo senhor que lho avia vendido, que estava ainda no navio, movido[s] os christãos de raiva diabolica, matarão a sete ou oito pessoas, sscilicet, ao mesmo senhor do **escravo**, velho tolhido, e os mais, molheres e moços, pollo qual se alevantarão todos os daquella parte de guerra e tem feito já muito mal, e se quebrarão as pazes que tinham com os christãos. Prenderão alguns que fizerão isto e, por não aver prova senão de Índios, sairão soltos.

---

— **Results Bibliography**

PADRE MANUEL DA NOBREGA. (1885) [1549], [CARTA QUE O PADRE MANOEL DA NOBREGA. COMPANHIA DE JESUS EM AS TERRAS DO BRASIL. ESCREVEU AO PADRE MESTRE SIMÃO. PREPOSITO PROVINCIAL DA DITA COMPANHIA EM PORTUGAL NO ANNO DE 1549. \(COPIA DO MS. DA BIBLIOTHECA\)](#) () [[word count](#)] [A00\_0696].

IRMÃO ANTONIO RODRIGUES (1936) [1553], [ANTONIO RODRIGUES, SOLDADO, VIAJANTE E JESUITA PORTUGUEZ NA AMERICA DO SUL, NO SEculo XVI - CÓPIA DE UMA CARTA DO IRMÃO ANTONIO RODRIGUES PARA OS IRMÃOS DE COIMBRA](#) () [[word count](#)] [A00\_0934].

IR. JOSÉ DE ANCHIETA (1956) [1557], [CARTA DO IR. JOSÉ DE ANCHIETA \[AOS PADRES E IRMÃOS DE PORTUGAL?\]. SÃO PAULO DE PIRATININGA FIM DE ABRIL 1557](#) () [[word count](#)] [A00\_0024].

P. MANUEL DA NÓBREGA (1956) [1557], [CARTA DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. MIGUEL DE TORRES, \[BAÍA \(RIO VERMELHO\) AGOSTO\] 1557](#) () [[word count](#)] [A00\_0026].

P. MANUEL DA NÓBREGA (1956) [1557], [CARTA DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. MIGUEL DE TORRES, BAÍA 2 DE SETEMBRO 1557](#) () [[word count](#)] [A00\_0027].

More search results (batches of 100)

[1](#) [2](#) [3](#) [4](#) [5](#) [6](#) [7](#)

[Retrieve all occurrences](#) (This may take some time to download)

---

Na sequência, recorreremos ao recurso que fornece dados mais apurados, com maiores ampliações semânticas para o objeto de busca. Trata-se da busca por *SIMILARIDADE*, recurso que lista todas as possíveis variantes da palavra e respectivo número de ocorrências para cada uma delas, o parágrafo e a seção em que a lexia está registrada. Ao clicar no link *seção* é possível visualizar o documento na íntegra.

Cabe registrar que os três recursos utilizados (KWIC, CONTEXTO e SIMILARIDADE) apresentam, ao final do documento, registros sobre a autoria, data da edição da obra consultada e data em que a obra foi escrita. Vale assinalar ainda que, dentre os mecanismos de busca utilizados para a obtenção do *corpus*, uma unidade considerada diretamente relacionada a uma das áreas buscadas, acabava por apontar várias outras que não mantinham entre si uma relação explicitamente direta. Assim, buscamos, por exemplo, a unidade lexical *índio*; juntamente com essa unidade, aparecem várias outras em contextos diferenciados, como: *índio principal*, *índio forro*, *índio valente*, dentre outros. Dessa forma, conseguimos chegar às unidades compostas elencadas. Depois de pesquisadas exaustivamente as unidades lexicais direta e indiretamente associadas às áreas semânticas do *índio* e do *negro*, fazendo uso dos recursos disponíveis na ferramenta Philologic, foi organizado um banco de dados, em arquivos no formato Word onde foram organizadas, em arquivos individuais, as 265 unidades léxicas. Esse conjunto de unidades léxicas foi reagrupado em 02 campos que, por sua vez, foram divididos entre 10 subcampos. Os dados foram coletados no período de 11/2009 a 02/2010.

No decorrer do processo de análise foram levados em consideração importantes aspectos de cunho léxico semântico, tais como: a relação entre o vocabulário e a história social do período colonial; a questão da frequência da unidade léxica na base de dados; a questão da datação e sua relação com a época e a observação quanto à autoria dos documentos de onde foram extraídas as unidades lexicais.

Foram consultadas, com vistas à ampliação de informações acerca do vocabulário catalogado as seguintes obras da lexicografia da língua portuguesa dos séculos XVIII, XIX e XX: *Vocabulário Português & Latino*, de Raphael Bluteau (1712-1728) *Diccionario da Lingua Portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva (1813); *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Francisco Júlio Caldas Aulete (1980);<sup>41</sup> *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*, de Antônio Houaiss (2001) e o *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio da Língua*

---

41 A data da primeira edição da obra é de 1881.

*Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda (2004). O capítulo subsequente apresenta a análise dos dados inventariados. Para tanto, tomamos como princípio a posição de Biderman (1981, p. 139) que, ao tratar da rede semântica e campos léxicos, discute a questão das associações mentais em que “dada uma palavra, ela produz imediatamente uma palavra-resposta, [...] resultado do encadeamento do léxico em redes semânticas”.

A seguir, apresentamos os campos e os campos lexicais desta pesquisa, cujo detalhamento das unidades de sentido foi apresentado no Capítulo V.

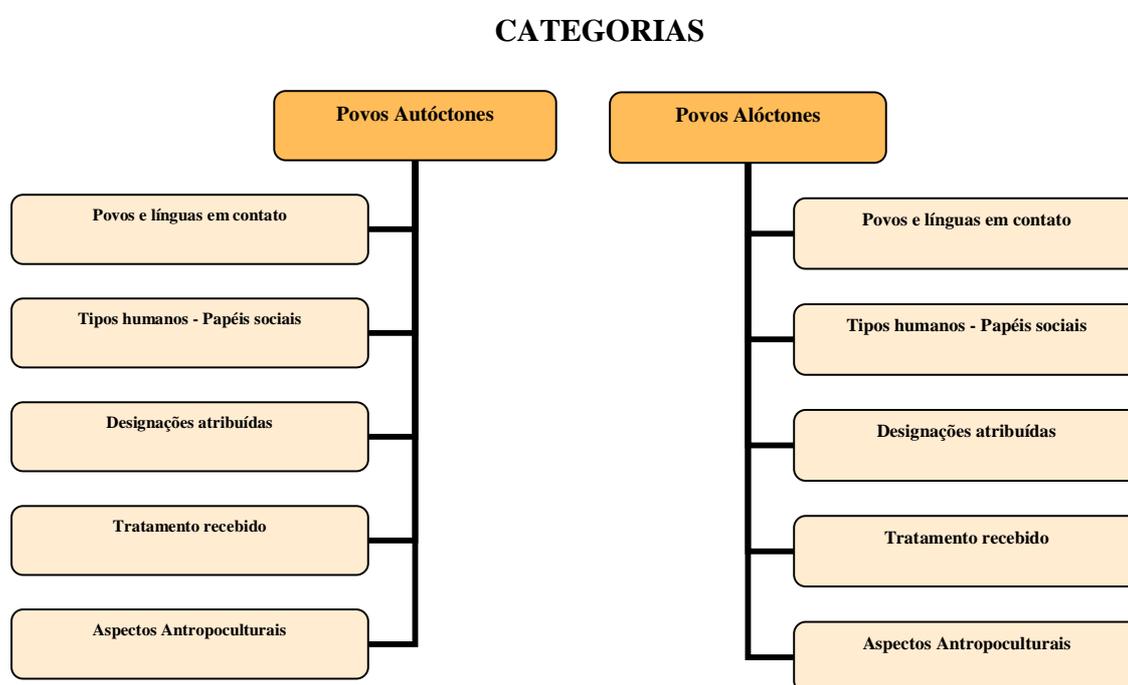


Figura II - Organograma dos campos lexicais

Feitas as considerações sobre o processo de construção do *corpus*, apresentamos, no capítulo seguinte, os dados inventariados e a análise dos campos léxicos.

## CAPÍTULO V

### APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Considerando o tema da pesquisa e o material linguístico coletado, organizamos os dados em dois campos lexicais - **povos autóctones** e **povos alóctones** -, os quais foram agrupados em 10 subcampos léxicos. Esses dois campos estão diretamente interligados aos subcampos lexicais, pois as etnias indígena e negra, ao lado da branca, representada pelo colonizador português, constituem as bases formadoras da sociedade colonial, tornando possível, mediante o *corpus* coletado, evidenciar a imagem propagada/difundida do *índio* (autóctone) e do *negro* (alóctone) por essa mesma sociedade.

Assim, o campo léxico *povos autóctones* reúne unidades léxicas relacionadas à etnia dos primeiros habitantes do período colonial brasileiro, os indígenas, ao passo que o dos *povos alóctone*, refere-se ao universo lexical que se reporta aos povos africanos. A escolha dos itens lexicais *autóctones* e *alóctones* para encabeçarem os campos pautou-se na natureza semântica desses termos, ampla o suficiente para abranger a totalidade dos demais subcampos. Cabem aqui algumas considerações concernentes à etimologia dos itens lexicais **autóctone** e **alóctone**. Machado (1967), por exemplo, define o verbete **autóctone** como “adj. Do gr. *autochthon*, originário do próprio solo; indígena, as populações indígenas; que nasce (planta) espontaneamente do solo; silvestre, pelo lat. *Autochton*, mesmos sentidos, e, depois, pelo fr. *autochtone*. Em 1871, D.V.”. Já **alóctone** é definido, pelo lexicógrafo, como “alo-: elemento de composição que traduz as ideias de outro, diverso; do gr. *állos*, outro;” e “-ctone-: elementos de composição culta que traduzem a ideia de terra, o solo, região, país, o conjunto do solo terrestre, a terra inteira; como região de vivos e mortos”.

A escolha das denominações *povos autóctones* e *povos alóctones* para identificar os campos justificou-se, primordialmente, pela natureza do *corpus*, cuja organização em campos léxicos delineou aspectos da estrutura social e econômica da sociedade colonial. Quando já havíamos procedido à distribuição dos dados em campos, tivemos acesso à obra *História do Brasil*, de Fausto (2008)<sup>42</sup> que, ao discorrer sobre o Brasil Colônia (1550-1822) e ao tratar da consolidação da colonização brasileira, elenca, primeiramente, o *índio* e o *negro* como os dois grandes elementos

---

42 A edição utilizada nesta pesquisa é a 13ª. A 1ª é de 1994.

para o êxito dos interesses lucrativos do colonizador europeu. Na sequência, o autor faz uma análise da sociedade colonial, tendo como critério as divisões sociais. Nesse ponto, chamou-nos a atenção o fato de muitas das categorias trabalhadas por Fausto (2008) coincidirem ou serem muito semelhantes aos campos previamente organizados para este estudo. Essa constatação, além de confirmar a estreita relação entre o léxico de uma língua e a sociedade em que foi/é veiculado, forneceu dados abalizados acerca da estrutura da sociedade colonial, que acabaram por dar sustentação aos campos léxicos previamente estruturados.

Fausto (2008) apresenta as seguintes categorias para a estrutura social do Brasil Colônia: **pureza de sangue**, considerados puros os cidadãos de cor branca e os cristãos antigos; **livres e escravos**, tendo a nobreza e o clero como representantes da classe livre e os mestiços (mulatos, mamelucos, caboclos e cafuzos) representantes dos escravos; **escravos e escravos**: distinção quanto à natureza do trabalho exercido, como exemplo: servir na casa-grande ou trabalhar no campo, servir na grande propriedade ou ser escravo de ganho, ser escravo boçal ou ser escravo ladino; **hierarquia das profissões**: primeiramente o autor situa o senhor de engenho, seguido dos comerciantes que atendiam o mercado interno e dos artesãos; **os que mandam**: encabeçados pelos grandes proprietários rurais, os comerciantes que supriam o mercado externo e os grupos destinados ao tráfico de escravos; **discriminação religiosa**: tratamento também hierárquico, a começar pelos católicos, cristãos-novos e judeus (FAUSTO, 2008, p. 65-74).

Tomando como base a natureza dos dados catalogados e suas possibilidades de agrupamento e cotejando esse *corpus* com as categorias da sociedade colonial estabelecidas por Fausto (2008), selecionamos os campos **povos autóctones** e **povos alóctones**, como fio condutor para organização dos campos léxicos a seguir apresentados, procurando seguir, o tanto quanto possível, uma relação de paralelismo. Assim, os mesmos campos relacionados aos **povos autóctones** serão desenvolvidos também na análise dos **povos alóctones**. Depois de organizados, os campos léxicos ficaram assim nomeados: **povos e línguas em contato, tipos humanos - papéis sociais, designações atribuídas - formas de identificação, tratamento recebido e aspectos antropoculturais**.

Primeiramente foram coletadas as lexias (simples e compostas) relacionadas diretamente às áreas semânticas do *índio* e do *negro* com as especificações dos referidos termos, como por exemplo – *índio bárbaro e rude* e *negro criminoso*. Num segundo momento foram selecionadas outras lexias que, indiretamente, apresentavam relação semântica com as áreas supracitadas (*gente servil, gente nua, peças de escravos*).

Seguindo a ordem histórico-social dos acontecimentos apresentamos, primeiramente, os itens relacionados à área semântica do *índio* e, posteriormente, os relacionados à área do *negro*. Dada a natureza da pesquisa, na análise do vocabulário catalogado foram considerados aspectos histórico-linguísticos, seguidos da análise léxico-semântica dos itens lexicais catalogados.

## **Análise dos dados**

O primeiro campo léxico - **povos e línguas em contato** - reúne algumas nações extraídas dos textos gerados por meio das buscas realizadas na base de dados.

### **CAMPO LÉXICO I**

#### **1. POVOS E LÍNGUAS EM CONTATO**

##### **Nações**

- Tapuias
- Potyguar
- Tupinaquim
- Guaracaio ou Itati
- Tamuya
- Carijó
- Iaguain
- Pahi
- Igbigra-apujara
- Ubirajara
- Tamoyos
- Guaimuré
- Aimoré
- Aruaque
- Tupi

##### **Línguas em contato**

- tupi
- língua brasílica
- língua dos índios
- língua materna
- língua geral
- palavras guaranis
- língua geral dos tupinambás

Tradicionalmente, costuma-se apregoar que para que haja uma língua é preciso que haja um povo que a utilize como língua materna e que conviva em determinado território. No caso brasileiro, a reconstituição histórica do panorama linguístico tem dado mostras de que o fenômeno do bilinguismo ou multilinguismo é freqüente, tendo em vista que não somente uma, mas duas ou mais línguas convivem em um mesmo território em diferentes regiões do Brasil. Sabe-se, também, que uma das causas para o avanço desse fenômeno são as migrações dos povos, provocadas por motivos de natureza, sobretudo históricas. Pode-se tomar como exemplo o caso das chamadas Grandes Navegações, em que algumas línguas da Europa foram impostas aos quatro continentes da terra.

Assim, retomamos o título do campo léxico em estudo - **povos e línguas em contato**, ratificando tal relação e, sobrepondo, em certa medida, o papel dos povos, considerando que sem povo não há língua, portanto, os que entram em contato diretamente não são as línguas, mas sim os povos.

O historiador Vainfas (2001), em seu *Dicionário do Brasil colonial*, faz uma demonstração da relação nação e língua:

nação era, portanto, usada para aludir aos grupos indígenas, ainda que de um mesmo grupo linguístico, como os tupis. Não obstante os jesuítas tenham codificado a língua geral, eles classificaram os vários grupos de língua tupi em nações: *tamoios, tupinambás, carijós, potiguares, caetés*, etc. No tocante aos outros grupos, a que os portugueses chamaram *tapuias* (palavra tupi usada para aludir aos que falavam outras línguas), utilizavam igualmente o termo nação para identificar as nações dos *kariris, goitacases, aimorés* etc.

Sabe-se que a presença dos índios no território brasileiro é muito anterior ao processo de ocupação estabelecido pelos exploradores europeus que aportaram em nossas terras. Segundo os dados presentes em algumas estimativas, a população indígena brasileira variava entre três e cinco milhões de habitantes. Entre essa vasta população, ocorre o desenvolvimento de civilizações heterogêneas entre as quais podemos citar os Xavantes, Caríbas, Tupis, Jês e Guaranis. De acordo com esses registros, os povos tupi-guarani organizavam aldeias que variavam entre os seus 500 e 750 habitantes. A presença da aldeia era temporária e todo o seu contingente era dividido entre seis a dez casas, sendo que cada uma delas poderia variar de tamanho e comprimento de acordo com as necessidades

materiais e culturais de cada uma. Para buscarem sustento, os *tupis*, por exemplo, desenvolveram a exploração da coleta, da caça, da pesca e, em alguns casos, das atividades agrícolas. Atualmente, o território brasileiro agrega 220 povos indígenas, falantes de 180 línguas, com cerca de 734 mil pessoas (RODRIGUES, 2005, p. 35-36).

Os grupos indígenas encontrados no litoral pelo colonizador português eram, sobretudo, tribos do tronco *tupi*. Segundo Ribeiro (1995, p. 28), os *tupis* somavam, aproximadamente, um milhão de índios, divididos em dezenas de grupos tribais. Os *tupis* possuíam considerável unidade linguística e cultural, ao contrário dos povos designados pelos portugueses de *tapuias*. Todavia, não puderam, jamais, unificar-se numa organização política que lhes permitisse atuar de forma efetiva, pois, a própria natureza tribal fazia com que cada unidade étnica, ao crescer, se dividisse em novos grupos autônomos e, portanto, cada vez mais diferenciados.

Com a chegada dos portugueses e quando esses declararam aberto o conflito contra os grupos indígenas, os *tupis* conseguiram organizar pequenas confederações em prol da defesa do território, assim:

A mais importante delas, conhecida como Confederação dos *Tamoyos*, foi ensejada pela aliança com os franceses instalados na baía de Guanabara. Reuniu, de 1563 a 1567, os Tupinambá do Rio de Janeiro e os *carijó* do planalto paulista - ajudados pelos Goitacá e pelos *Aimoré* da Serra do Mar, para fazerem a guerra aos portugueses e aos outros grupos indígenas que os apoiavam (RIBEIRO, 1995, p. 29).

Desde o século XVI, o contato entre as línguas nativas e as européias fomentou processos de transformação linguística por todo o território, isso porque a língua é um fator importante de reprodução dos conhecimentos tradicionais e de incorporação de novos conhecimentos do mundo externo ao grupo. Porém, como não houve equilíbrio nesse processo de interação linguística, as milhares de línguas faladas pelos povos autóctones acabaram por sofrer drásticas perdas.

Assim, cerca da metade das línguas indígenas existentes na época foi extinta pelo violento processo colonial. As principais línguas *tupi-guarani* faladas pelos habitantes do litoral (o tupinambá e o guarani) foram sistematizadas já no início da colonização e seu uso por missionários jesuítas não se limitava apenas à comunicação com os indígenas. Essa língua era chamada de *língua brasílica* no século XVII e, em alguns pontos da

administração colonial, era usada como língua corrente entre portugueses e seus descendentes (predominantemente mestiços) e escravos africanos:

Com esta ordem foram a uma povoação de christãos, em a qual prégou aos moradores o padre Navarro com muito fervor, e depois de comer se tocou a campainha para que viessem os escravos e escravas dos homens brancos, que foram tantos que estava a igreja quasi cheia. E ensinou-lhes a doutrina em *língua brasilica*, com uma pratica que lhes declarava o mais necessario da Fé.

(ANTONIO BLAZQUEZ. (1885) [1557], CARTA DE ALGUMAS COUSAS QUE IAM EM A NAU QUE SE PERDEU DO BISPO, PARA NOSSO PADRE IGNACIO: COPIADA DO REGISTRO DAS CARTAS JESUITICAS, MS. DA BIBLIOTHECA PUBLICA DO RIO DE JANEIRO: PELO PADRE ANTONIO BLASQUES () [word count] [A00\_0688]).<sup>43</sup>

A língua tupi de São Vicente deu origem à chamada *língua geral* paulista, falada pelos bandeirantes que, no século XVII, saíram para explorar Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e a região Sul do País, até ser suplantada pela língua portuguesa, já no século XVIII. O *tupinambá* também deu origem à língua geral amazônica que, atualmente, é conhecida como nheengatu, falada na região da bacia do Rio Negro (RODRIGUES, 1996, p. 64-65). A língua geral alcançou *status* de língua de uso, portanto, comum entre os indígenas: por terra he mais perto, e vão tambem por mar em canôas. Ha muitos Tapuyas de muitas nações, das quaes quatorze fallão a *língua geral dos Tupynambás*, «que he quasi commum no Brazil» (MANOEL GOMES. (1906) [1615], VII. - DIVERSOS DOCUMENTOS SOBRE O MARANHÃO E O PARÁ: 4. CARTA QUE O PADRE SUPERIOR MANOEL GOMES ESCREVEU AO PADRE PROVINCIAL DO BRASIL. 1615. () [word count] [A00\_0584]).

A língua tupi era também chamada, pelos portugueses, de *língua dos índios*, como veremos no excerto escrito pelo Padre José de Anchieta:

e iam e vinham, e carregavam suas naus de pau brasil, pimenta, pássaros, bogios e outras coisas da terra, e davam roupa e todo o gênero de armas aos índios e os ajudavam contra os portugêses e deixavam môços na terra que aprendessem a *língua dos índios*, e homens que fizessem ter prestes as mercadorias para quando viessem as naus (JOSÉ DE ANCHIETA (1964) [1584], INFORMAÇÃO DO BRASIL E DE SUAS CAPITANIAS () [word count] [A00\_0079]).

---

<sup>43</sup> Nas citações de excertos coletados na Base de dados do projeto DHPB, a lexia em análise foi destacada em negrito. Na indicação da fonte do excerto foi mantida na íntegra a forma de indicação da obra de referência como aparece na tela de busca da ferramenta PHILOLOGIC. Também foi respeitada a grafia original do texto citado.

Percebemos que a riqueza das línguas indígenas, representou, desde o início, um forte pilar cultural, à medida que auxiliou no desenvolvimento do povo, na produção de valores e na renovação da sociedade.

## CAMPO LÉXICO II

### 2. TIPOS HUMANOS - PAPÉIS SOCIAIS

- índio (adulto)
- índia (adulta)
- criança
- curumim
- pajé
- curador
- caraíba

Cada povo indígena possui um modo próprio de organizar suas relações sociais, políticas e econômicas, tanto as internas ao povo, quanto as destinadas aos outros povos com os quais mantém contato. Salvo raras exceções, a base da organização social de um povo indígena era a família. Em geral, todos tinham os mesmos direitos e recebiam o mesmo tratamento. A terra, por exemplo, pertencia a todos e quando um *índio* caçava costumava dividir com os habitantes de sua tribo. Apenas os instrumentos de trabalho eram de propriedade individual. O trabalho diário era realizado por todos, porém, possuía uma divisão seguindo os critérios de sexo e de idade. Assim, às mulheres *índias* cabia a responsabilidade pelo preparo dos alimentos, pelo cuidado com as crianças e pelo plantio e colheita de alguns alimentos. Já aos *índios* da tribo cabia a incumbência de encarregarem-se do trabalho mais pesado como: caçar, pescar, derrubar árvores e guerrear. Os mais velhos - homens e mulheres - adquiriam grande respeito de todos os integrantes da tribo, pois a experiência conseguida pelos anos de vida transformava-os em símbolos de tradições da tribo (VAINFAS, 1995, p. 103).

Os grupos indígenas não costumavam ser classificados por classes sociais semelhantes a do homem branco, como evidencia a síntese apresenta uma síntese relacionada à estrutura social indígena, apresentada por Santos Luciano (2006, p. 45):

toda organização social, cultural e econômica de um povo indígena está relacionada a uma concepção de mundo e de vida, isto é, a uma determinada cosmologia organizada e expressa por meio dos mitos e dos ritos. As mitologias e os conhecimentos tradicionais acerca do mundo natural e sobrenatural orientam a vida social, os casamentos, o uso de extratos vegetais, minerais ou animais na cura de doenças, além de muitos hábitos cotidianos. É a partir dessas orientações cosmológicas que acontecem a organização dos casamentos exogâmicos (casamentos cujos cônjuges pertencem a grupos étnicos diferentes) ou endogâmicos (casamentos cujos cônjuges pertencem ao mesmo grupo étnico) e as

divisões hierárquicas entre grupos (fratrias ou tribos), que implicam o direito de ocupação de determinados territórios específicos e o acesso a recursos naturais, bem como o controle do poder político.

A relação político religiosa também era muito expressiva entre os povos indígenas. Assim, o *pajé*, o curador e o *caraiába* exerciam papel preponderante sobre os demais sujeitos. Tamanha era a diferenciação dos papéis sociais que Ribeiro (1995, p. 29) explicita a divisão das tarefas: “[...] porque todos os moradores estavam compelidos à produção de alimentos, «só liberando dela, excepcionalmente, alguns líderes religiosos (*pajés* e *caraiábas*)» e uns poucos chefes guerreiros (*tuxauas*).” O *pajé* era o sacerdote da tribo, pois conhecia todos os rituais e recebia mensagens dos deuses. Ele também era o curandeiro, pois conhecia os chás e ervas para curar doenças. No ritual da pajelança, o *pajé* evocava os deuses da floresta e dos ancestrais para auxiliar na cura. Atendia como uma espécie de curandeiro e conselheiro espiritual, isto é, como autoridade religiosa dentro das aldeias. Tais atribuições são confirmadas por Caldas Aulete (1980), ao registrar as seguintes definições para o verbete *pajé*: “aquele que realiza rituais mágicos de cura, adivinhação; chefe, líder, benzedeiro, curandeiro”.

Os chefes deviam conduzir a aldeia nas mudanças e, na guerra, deviam manter a tradição, determinar as atividades diárias e responsabilizar-se pelo contato com outras aldeias ou com os civilizados. Os verbetes *curador* e *caraiába*, significam, segundo Houaiss (2001), respectivamente: “rubrica: etnografia. Regionalismo: Brasil. Que ou aquele que trata de pessoas picadas por cobras venenosas ou as imuniza contra o ataque destas e contra outros males (diz-se de rezador, feiticeiro)” e “Regionalismo: Brasil. Entre os indígenas do século XVI, falantes do tupi antigo, feiticeiro indígena”.

Sob o ponto de vista político, essas comunidades não contavam com nenhum tipo de organização estatal ou hierarquia política que pudesse distinguir seus integrantes. Apesar disso, não se pode ignorar que alguns guerreiros e chefes espirituais eram valorizados pelas habilidades que detinham. Muitas vezes, diferentes tribos mantinham contato entre si em busca da manutenção de alguns laços culturais ou em razão da proximidade da língua falada.

No tocante à educação, os *curumins*:, “garoto, menino, rapaz jovem,” (HOUAISS, 2001), aprendiam desde pequenos e de forma prática. Costumavam observar o que os

adultos faziam e iam seguindo o exemplo desde cedo. Quando o pai saía para caçar, costumava levar o *curumim* junto para fins de aprendizagem. Portanto, a educação indígena era voltada para a prática e vinculada à realidade da vida da tribo indígena. Com a idade de aproximadamente quatorze anos, o jovem passava por um ritual, espécie de teste para ingressar na vida adulta.

Historicamente, a situação dos índios variou entre quadros de completo abandono, perseguição e miséria. Até meados da segunda metade do século XX, alguns especialistas no assunto acreditavam que a presença dos índios chegaria a um fim. Contudo, estipulados em uma população de aproximadamente um milhão de indivíduos, os indígenas hoje buscam o reconhecimento de seus direitos pelo Estado e ainda sofrem grandes obstáculos no exercício de sua autonomia (PORTELA, 2004, p. 73).

## CAMPO LÉXICO III

### 3. DESIGNAÇÕES ATRIBUÍDAS - FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO

- gente servil
- gente boçal
- gente bruta
- gente brava
- gente silvestre
- gente indômita
- gente de pouco
- entendimento
- gente sem rei
- gente nua
- gente feroz
- gente bárbara
- gente sem ambição
- primeiros gentios
- gentio
- bichos do mato
- homens de guerra
- homens ferozes
- homens despropositados
- nação feroz
- miserabilíssimos e ignorantíssimos homens
- criaturas inocentes
- criaturas racionais
- criaturas do Senhor
- ignorantes
- rústicos
- seres inocentes
- selvagens
- nus como selvagens
- selvagens do mato
- senhores dos matos selvagens
- povos selvagens
- nações selvagens
- selvagens da América
- bárbaros selvagens
- praga
- indiada.
- primeiros povoadores
- primeiros habitantes
- primeiros informantes
- primeiros possuidores
- habitantes mais antigos
- habitantes do Amazonas
- homens desta terra
- aldeão
- escravos mal havidos
- escravos legítimos
- homens de distinção na robustez
- homens robustos
- homens de peleja
- índio bárbaro
- índio rude
- índios pobres
- índios miseráveis
- índios inocentes
- índio infiel
- índio gentio
- índio inconstante
- índio pagão
- índio neófito
- índios belicosos
- índias pagãs
- índias gentias
- índio de serviço
- índio principal
- índio cristão
- índio muito principal
- índio prático
- índio forro
- índio muito sábio
- índio valente
- índio notável
- valoroso índio
- índio amigo
- índias da terra
- índia viúva

É sabido que a herança legada pelos povos indígenas foi decisiva para que o Brasil se tornasse um país multicultural. A contribuição dos povos indígenas à formação da nação brasileira vai além de um conjunto de palavras, objetos, espécies domesticadas e técnicas de manejo do ambiente, haja vista que a constituição étnica do Brasil se deve, sobretudo, à presença de centenas de grupos indígenas que habitaram seu território e, ainda hoje, são parte constitutiva e atuante da sociedade brasileira.

Segundo Nascentes (1966), o termo *índio* “(adj. e subst). do top. Índia provém de um equívoco de Cristóvão Colombo, que, ao tocar na ilha de Guanaani, pensou ter chegado às Índias. Apesar de ainda em vida de Colombo, se ter desfeito o engano, o nome foi conservado até hoje para designar os habitantes do Novo Mundo”.

Segundo Melo e Souza (2005, p. 121), como atores fundamentais no início da colonização, os indígenas lutaram ao lado dos europeus ajudando a definir os limites do território nacional. A diversidade cultural e linguística dos povos indígenas influenciariam, pois, os modos de ser da população mestiça que, a partir da mistura de diferentes matrizes, caracterizaria a população brasileira atual.

Na visão de Cáceres (1996), os antigos historiadores brasileiros raramente se preocupavam em registrar aspectos relevantes sobre a população indígena e, quando o faziam, repetiam os preconceitos dos cronistas da época, centrando-se em aspectos folclóricos de sua cultura e de seus costumes, como o fato de andarem nus, comerem piolhos e serem antropófagos, ou ainda tachando-os de indolentes e vagabundos por não aceitarem a escravidão.

As doze primeiras unidades léxicas arroladas no campo em análise são formadas com a lexia *gente*, definida por Ferreira (2004) como: “habitantes de determinada localidade, região ou país, população, povo”, dentre outras acepções. Trata-se de uma definição comum, sem nenhum traço depreciativo. Todavia, o mesmo já não acontece quando analisamos as unidades de sentido como *gente servil*, *gente boçal*, *gente bruta*, *gente brava*, *gente silvestre*, *gente indômita*, *gente de pouco entendimento*, *gente sem rei*, *gente nua*, *gente feroz*, *gente bárbara*, *gente sem ambição*, *índio bárbaro e rude*,

O Vocabulário Português & Latino, de Bluteau (1712-1728) registra a definição “coisa própria de servo, escravo”, para a unidade léxica *servil*. O estado e a condição de servo perseguiam o indígena não somente em termos específicos, mas de forma

generalizada, enquanto nação, povo. Assim, o designativo *gente servil* era usual e, nesse caso, associado à noção de medo do colonizador português, representado pelos cristãos:

(...) antes, se tinham algum filho piqueno pera morrer, não quiirão que lho bautisassern, por lhe dizerem seus feiticeiros que morrerião logo, nem elles, se adoessão, negavão estarem doentes por lhes não falarem no bautismo, mas já agora de boa vontade dão seus filhos antes que morrão ao bautismo e destes mandamos boom quinhão de inocentes, regenerados com o sancto bautismo, aos ceos. 8. O Governador, vendo que sucedia tão bem a prissão do feiticeiro e que tanto fructo disso saio, aposuit ut aprehenderentur alii malefactores, os que empedião a palavra do Evangelho do Senhor, do que resultou muito maior bem, e os Indios se subjeitarão com isso mais e se fizerão muito nossos obedientes. Assi que por esperientia vemos que por amor hé mui dificultosa a sua conversão, mas, como hé *gente servil*, «por medo fazem tudo»; e, posto que nos grandes, por não concurrir sua livre vontade, presumimos que nam terão fee no coração, os filhos criados nisto ficarão firmes christãos, porque hé gente que, por costume e criação com sojeição, farão della o que quizerem, ho que não será posivel com rezõis nem argumentos.

(IR. ANTÓNIO BLÁZQUEZ (1956) [1556], QUADRIMESTRE DE JANEIRO ATÉ ABRIL [DO IR. ANTÓNIO BLÁZQUES], BAÍA MAIO [?] 1556 () [word count] [A00\_0018]).

O conteúdo desse excerto deixa claro a tentativa de manutenção dos costumes e da cultura indígena, ao mesmo tempo em que também apresenta a subserviência e sujeição à fé cristã representada pela unidade léxica *gente servil*.

Já a lexia *gente boçal*, no contexto histórico em que foi usada, apresenta duas acepções, segundo Houaiss (2001): “escravo negro recém chegado da África, que ainda não falava o português” e “aquele que é falto de cultura, ignorante, rude, tosco; aquele que é desprovido de inteligência, sensibilidade, sentimentos humanos, besta, estúpido, tapado” (HOUAISS, 2001). Segundo Moraes (1813), *boçal* vem do italiano *bozzo*, peça de pedra tosca. No excerto que trazemos como exemplo, o autor faz uso da denominação *boçal* para designar a gente 'privilegiada' por ter seus filhos convertidos ao Cristianismo:

O negocio passou asi: Vinhão os meninos com suas roupetinhas brancas e humas capellas de flores em a cabeça e palmas em as mãos em sinal da victoria que alcançavão do demonio. Yá em este comenos estavam os Padres aguardando por elles à porta da igreja, aonde lhe fizerão os cathecismos com toda a solenidade e festa que nós podemos. Estãodo pois tudo a ponto pera os bautizar, começarão os Padres e meninos a ladainha cantada, não com pequena devação e lagrimas dos presentes, por ver como a piadosa clemencia do Senhor se dignava de escolher a estes por filhos, nascidos de *gente tão bruta e boçal*. Depois de feitos christãos nos fomos para [40r] dentro levando-os em o meo de nós outros, cantando Te

Deum laudamus, e os } abraçamos não como a servos e estranhos, senão como a filhos de Deos. A gente de fora, maxime as indias e gentios, vendo o gasalhado que lhe faziamos, ficavão juntamente edificados e espantados, e hã verdade por este respeito se tangeo àquella hora à doutrina pera que vendo esta obra se afeiçoassem a receber nossa fee e viessem em conhecimento de seu Criador. Em casa não faltava prazer; mayormente o Padre missam cantans, pola sorte que lhe coube, estava muy alegre: e certo parece aver-lhe Deos guardado este premio pera lhe galardoar o trabalho que elle tomou em os hir a buscar, porque estes são os indioszinhos que em as outras faço relação que deixados seus pays se vinhão a elle.

(IR. ANTÓNIO BLAZQUEZ (1956) [1557], QUADRIMESTRE DE SETEMBRO DE 1556 A JANEIRO DE 1557 PELO IR. ANTÓNIO BLÁZQUEZ [BAÍA I DE JANEIRO] 1557 () [word count] [A00\_0023]).

Embora a unidade léxica *gente boçal* já expresse uma carga semântica altamente depreciativa, o autor ainda reforça essa negatividade por meio da lexia *gente bruta* que, no contexto em que foi empregada, denota aspereza e violência.

A lexia *gente boçal* também aparece relacionada à *gente de pouco entendimento*, nos registros de José de Anchieta:

O terceiro Bispo, que agora rege a Igreja do Brasil, é D. Antônio Barreiros, do hábito de Aviz. Veio no ano de 1575; faz seu officio como os passados, pôsto que não se mostre tão zeloso pela conversão dos índios, nem faz muita conta da sua cristandade, tendo-os por *gente boçal e de pouco entendimento*, e contudo já foi visitar suas aldeias e crismou os que tinham necessidade dêste sacramento.

(JOSÉ DE ANCHIETA (1964) [1584], INFORMAÇÃO DO BRASIL E DE SUAS CAPITANIAS () [word count] [A00\_0079]).

Já as lexias *gente brava*, *gente silvestre* e *gente indômita* são usadas pelo Padre Fernão Cardim em um dos documentos sobre a origem dos índios no Brasil:

(...) todas estas setenta e seis nações de Tapuyas, que têm as mais dellas differentes lingua, são *gente brava, silvestre e indomita*, são contrarias quasi todas do gentio que vive na costa do mar (...).

(PADRE FERNÃO CARDIM (1980) [1585], II - DO PRINCIPIO E ORIGEM DOS INDIOS DO BRASIL - E DE SEUS COSTUMES, ADORAÇÃO E CEREMONIAS. () [word count] [A00\_0750]).

Essas unidades léxicas expressam a visão frustrada do colonizador que, em muitos momentos, não conseguia, por meio de força e violência, fazer com que a população autóctone se submetesse aos seus mandos e desmandos. As unidades lexicais *gente brava* e *gente silvestre*, por exemplo, denotam fúria e violência. Moraes (1813) define a unidade lexical *silvestre* como “coisa do mato, rude. Vida silvestre, entendimento silvestre”. Já

*gente indômita* traduz com clareza o que foi assinalado anteriormente acerca da violência, pois *indômita* significa: “não domado, indomado, não amansado” (MORAIS, 1813). O dicionarista aponta o fogo e o vento como elementos indômitos. Holanda (2007, p. 48) traça um perfil do modo de vida dos indígenas que, sem serem aceitos/compreendidos, eram tachados de *gente indômita*:

a tendência espontânea dos antigos moradores da terra era para atividades menos sedentárias e que pudessem exercer sem regularidade forçada, vigilância e fiscalização de estranhos. Versáteis ao extremo, eram-lhes inacessíveis certas noções de ordem, constância e exatidão, que no europeu formam como uma segunda natureza e parecem requisitos fundamentais da existência social e civil. O resultado eram incompreensões recíprocas que, de parte dos indígenas, assumiam quase sempre a forma de uma resistência obstinada.

O colonizador tinha ciência do desagrado e da resistência da população nativa e uma das formas de contra-ataque era por meio da expressão de designativos pouco ou nada apreciativos. Segundo Santos Luciano (2006, p. 36), esse tipo de tratamento possuía objetivo bem definido:

a visão do índio cruel, bárbaro, canibal, animal selvagem, preguiçoso, traiçoeiro e tantos outros adjetivos e denominações negativos surgiu desde a chegada dos portugueses, através principalmente do seguimento econômico, que queria ver os índios totalmente extintos para se apossarem de suas terras para fins econômicos. As denominações e os adjetivos eram para justificar suas práticas de massacre, como autodefesa e defesa dos interesses da Coroa. Os índios foram taxados como empecilhos ao desenvolvimento econômico do país, pelo simples fato de não aceitarem se submeter à exploração injusta do mercado capitalista, uma vez que são de culturas igualitárias e não cumulativistas. Dessa visão resultou todo o tipo de perseguição e violência contra os povos indígenas

Ainda na tentativa de ressaltar a rebeldia e a resistência dos **povos autóctones**, temos o registro que representa a visão do colonizador português, das *lexias*: *gente sem rei*: “(...) tudo isto e mais hé necessario pera *gente que não tem rey* nem conhece senhorio senão fazer quanto se lhe vem à vontade (...)” (IR. ANTÓNIO BLAZQUEZ (1956) [1557], QUADRIMESTRE DE SETEMBRO DE 1556 A JANEIRO DE 1557 PELO IR. ANTÓNIO BLÁZQUEZ [BAÍA I DE JANEIRO] 1557 () [word count] [A00\_0023].); *gente feroz* e *gente bárbara*. Percebe-se que essas três *lexias* são carregadas de peso semântico negativo e de grande quantidade de significados. O item *feroz*, por exemplo, pode significar: “bravo, cruel, desumano, violento” (MORAIS, 1813); pode significar ainda: “que tem instinto de

fera, bravio, selvagem, cruel, perverso, violento, impetuoso, que inspira terror, indomável, rebelde, atrevido” (HOUAISS, 2004); e o item lexical *bárbara*, seguindo essa mesma linha, traz consigo as seguintes acepções: “selvageria, crueldade, atrocidade” (FERREIRA, 2004).

Vejamos o trecho escrito pelo Pe. Antônio Vieira em que aparecem as lexias *gente feroz e brava*:

um dêstes, considerando depois de são o estado em que estivera, às portas da morte e já ungido, agradeceu muito aos padres o cuidado que puseram em o curar, estimando-o como coisa nova e que só a êle se fizera; mas mais novo foi nele o agradecimento, o qual porque não fôsse só de palavra, pediu ao Superior da Casa licença para, êle só, varrer a igreja certos dias, obra que fazia muito a ponto e com muita diligência, consolando os nossos e edificando os seus. Ocupados em tão boas obras quatro dos nossos na aldeia de S. Barnabé, se serviu Deus de os livrar de um evidente perigo, que foi que, descendo do sertão grande multidão de Goaitacazes, *gente feroz e bárbara* que, sustentando-se de carne humana, sem perdoar ao seu próprio sangue, ainda os filhos sacrificam ao apetite da gula, vieram ter à nossa aldeia, que estava despovoada por causa dos rebates, e sem resistência alguma nem defesa. Não deixaram de temer os padres, mas, recorrendo com todo o coração a Deus, com a esperança no mesmo Senhor tomaram ânimo, saíram ao encontro a estes bárbaros, convidaram-nos e receberam com muita festa; êles, vendo o som de guerra, se tornaram tão brandos que, de cruéis inimigos, ficaram amorosos e agradecidos. Por várias vezes foram ao mar pescar e ao mato caçar, e depois, do que trouxeram, deram aos padres com muito amor, coisa jámais nêles vista. Dêstes ficaram na aldeia acima dita alguns, e se acomodam já a tratar e viver com os cristãos. Queira Deus abrir-lhes os olhos, para que, conhecendo-o e buscando-o, se salvem.  
(ANTÔNIO VIEIRA (1925) [1626], ÂNUA DA PROVÍNCIA DO BRASIL (1926) - CARTA I - AO GERAL DA COMPANHIA DE JESUS - 1626 - SETEMBRO 30 () [word count] [A00\_0096]).

Percebe-se que os itens lexicais *gente feroz* e *gente bárbara* são atribuídos aos gentios com base nos costumes culturais, nesse caso, o canibalismo, prática que, muito além de um mero hábito, fazia parte do repertório cultural dos povos nativos no Brasil Colônia. Para Vainfas (2001), segundo os escritos da época colonial, redigidos por europeus, os canibais foram considerados desumanos, pois não sabiam fazer a distinção entre seres humanos e animais.

Como o esperado, um qualificativo identificado no *corpus* foi *gente nua*. Vejamos o relato do Pe. Manuel da Nóbrega, onde aparece essa lexia:

Vinhão humas canoas de yndios do Rio das Caravelas e forão tomadas, em que vinha huma grande sanctidade sua. Estes todos e seus parentes se querem vir viver aos Ylheos pera os guardarem e defenderem, os quais dizem que são de outra geração, que já em outro tempo se comião com

estes que derão a guerra, do que eu também colijo que, quando Deus quer ajudar, os amigos se fazem inimigos em favor dos cristãos e, quando quer castigar, faz dos inimigos amigos, e uma coisa e outra se viu nesta terra por experiência. E por isso em N. Senhor só se deve esperar, como diz o Sabio no Ecclesiastico: Respicite, filii, nationes hominum et scitote quia nullus speravit in Domino et confusus est ; e o Propheta diz: Spera in Domino et fac bonitatem . Deste negocio se deve muito a Vasco Rodriguez de Caldas, a quem N. Senhor deu tam boa fortuna, como até agora tem dado, e por seu esforço tira o medo aos cristãos desta terra e se crê que os Yndios não são serpes, mas *gente nua*, nos quais estou espantado, porque não parecem que são da casta dos portugueses que lemos nas crônicas e sabemos que sempre no mundo tiveram o primado em todas as gerações e pelas histórias antigas e modernas se lê.  
(P. MANUEL DA NÓBREGA (1956) [1559], CARTA DO P. MANUEL DA NÓBREGA A TOMÉ DE SOUSA ANTIGO GOVERNADOR DO BRASIL, BAÍA 5 DE JULHO 1559 () [word count] [A00\_0034]).

Em documento datado do século XVIII, o Pe. João Daniel, ao relatar sobre o clima, enfatiza: “Prova mais esta bondade de clima no modo de vida nos seus naturais, porque nunca sentem frio, e sempre andam nus; *nus nascem, nus vivem, nus dormem, e nus morrem* (...) (PE. JOÃO DANIEL (1976) [1757], PARTE PRIMEIRA - CAP. 9º - DO CLIMA E SAUDÁVEIS ARES DO MESMO RIO () [word count] [A00\_1811]).

Na sequência dos designativos relacionados aos *povos autóctones* temos as unidades lexicais *muito preguiçosos* e *de pouca ambição*. Se considerarmos o percurso histórico da colonização, notaremos que a aceção atribuída a esse itens lexicais refletem a óptica do dominante, tendo por e como referência a ganância dos colonizadores europeus, com sua excessiva sede de poder e de acúmulo de bens materiais, e, conseqüentemente, o desprezo pela visão de mundo e modo de vida dos povos nativos. Vejamos o relato:

na direção temporal não é menos cuidadosa a economia com que estes Missionários espanhóis do Rio Madeira procuram o aumento temporal das suas missões; porque tem nelas quase todos os officiaes que constituem a ãa república bem provida, basta dizer, que até tem ãa fundição para sinos em ãa missão, donde se provêm todas as mais daquele rio; beneficiam, e tecem panos de algodão, que na fineza não tem enveja aos da Índia, e em todos os mais officios da república são insignes, e só com o desar comum a todos os índios do Amazonas de serem *mui preguiçosos*; e *de pouca ambição*; e por isso se contentam com pouco. As suas telas, e mais obras vão vender à cidade de Santa Cruz de La Sierra em certa estação do ano em pública feira; onde tão bem com o producto fazem suas compras.

(PADRE JOÃO DANIEL (1976) [1757], PARTE QUARTA - DO TESOURO DESCUBERTO NO RIO AMAZONAS - CAP. 9º - PRAXE DAS MISSÕES ESPANHOLAS DO RIO AMAZONAS () [word count] [A00\_1886]).

Se considerarmos o contexto narrado sob a óptica do indígena, concluiremos que o fato de os nativos se contentarem ‘com pouco’ não denota, para esse povo, pouca ambição ou extrema preguiça, mas sim reflete o modelo de cultivo somente para a subsistência e não para a exportação visando ao enriquecimento. Para os europeus era muito difícil entender o desinteresse dos indígenas pelo acúmulo de bens, razão pela qual os povos autóctones tornaram-se alvo de fortes ironias, que exploravam a ingenuidade e a *pouca ambição* manifestadas por esses povos nativos.

Há que se acrescentar ainda o próprio preparo físico dos indígenas, não acostumados a trabalhos pesados que levavam, naturalmente, os portugueses à escassez material. Segundo Capistrano de Abreu (1976, p. 118), os índios,

por sua natural fraqueza e pelo ócio, descanso e liberdade em que se criam, não são capazes de aturar por muito tempo o trabalho em que os portugueses os fazem servir, principalmente das canas, engenhos e tabacos, sendo muitos os que por esta causa continuamente estão morrendo e como nas suas vidas consiste toda a riqueza e remédio dos moradores, é mui ordinário virem a cair em pouco tempo em grande pobreza os que se tinham por mais ricos e afazendados.

Tal pobreza advinha do fato de as riquezas dos colonizadores não estarem concentradas nas terras das fazendas, mas sim nos frutos das indústrias trabalhadas pelos braços dos índios.

Outra designação atribuída aos indígenas no Brasil Colônia era *gentio*, nome pelo qual eram chamados os povos que não seguiam nenhuma das religiões monoteístas, como o judaísmo, o islamismo e o cristianismo, sendo, portanto, esse item lexical diretamente associado à esfera religiosa:

(...) *este gentio* parece que não tem conhecimento do principio do Mundo, do diluvio parece que tem alguma noticia, mas como não tem escripturas, nem caracteres, a tal noticia é escura e confusa; porque dizem que as aguas afogarão e matarão todos os homens, e que somente um escapou em riba de um Janipaba, com uma sua irmã que estava prenhe, e que estes dois têm seu principio, e que dali começou sua multiplicação. Do conhecimento que tem do criador: Este *gentio* não tem conhecimento algum de seu Creador,

nem de cousa do Céu, nem se ha pena nem gloria depois desta vida, e portanto não tem adoração nenhuma nem ceremonias, ou culto divino, mas sabem que têm alma e que esta não morre e depois da morte vão a uns campos onde ha muitas figueiras ao longo de um formoso rio, e todas juntas não fazem outra cousa senão bailar; e têm grande medo do demonio, ao qual chamam Curupira, Taguaigba, Macachera, Anhangá, e é tanto o medo que lhe têm, que só de imaginarem nelle morrem, como aconteceu já muitas vezes; não no adorão, nem a alguma outra creatura, nem têm idolos de nenhuma sorte, sómente dizem alguns antigos que em alguns caminhos têm certos postos, aonde lhe offerecem algumas cousas pelo medo que têm delles, e por não morrerem. Algumas vezes lhe apparecem os diabos, ainda que raramente, e entre elles ha poucos endemoniados. Usão de alguns feitiços, e feiticeiros, não porque creião nelles, nem os adorem, mas sómente se dão a chupar em suas enfermidades, parecendo-lhes que receberão saude, mas não por lhes parecer que ha nelles divindade, e mais o fazem por receber saude que por outro algum respeito (...)

(PADRE FERNÃO CARDIM (1980) [1585], II - DO PRINCIPIO E ORIGEM DOS INDIOS DO BRASIL - E DE SEUS COSTUMES, ADORAÇÃO E CEREMONIAS. () [word count] [A00\_0750]).

Caldas Aulete (1980) define a unidade léxica *gentio* como “indivíduo pagão, indígena, idólatra, incivilizado, selvagem”. Infere-se, pois, que *gentio* se configure como uma das muitas *palavras-testemunha* no Brasil Colônia.

Em um de seus relatos sobre os costumes indígenas, o Pe. Fernão Cardim compara os índios aos *bichos do mato*. Vejamos:

das armas de que usam: exercitão-se de muito pequenos nestas armas, e são grandes frecheiros e tão certos que lhes não escapa passarinho por pequeno que seja, nem bicho do mato, e não tem mais que quererem meter uma frecha por um olho de um passaro, ou de um homem, ou darem em qualquer outra cousa, por pequena que seja, que o não fação muito ao seu alvo, e por isso são muito temidos, e tão intrepidos e ferozes que mete espanto. São como *bichos do mato*, porque entrão pelo sertão a caçar despídos e descalços sem medo nem temor algum. Veem sobre maneira, porque á legua enxergão qualquer cousa, e da mesma maneira ouvem; atinão muito; regendo-se pelo sol, vão a todas as partes que querem, duzentas e trezentas leguas, por matos espessos sem errar ponto, andão muito, e sempre, de galope, e principalmente com cargas, nenhum a cavalo os póde alcançar: são grandes pescadores e nadadores, nem temem mar, nem ondas, e aturão um dia e noite nadando, e o mesmo fazem remando e ás vezes sem comer. Também usão por armas de espadas de pau, e os cabos dellas tecem de palma de varias cores e os empennão com pennas de varias cores, principalmente em suas festas e matanças: estas espadas são crueis, porque não dão ferida, mas pisão e quebrão a cabeça de um homem sem haver remedio de cura.

(PADRE FERNÃO CARDIM (1980) [1585], II - DO PRINCIPIO E ORIGEM DOS INDIOS DO BRASIL - E DE SEUS COSTUMES, ADORAÇÃO E CEREMONIAS. () [word count] [A00\_0750]).

Pelo contexto depreende-se, ao contrário do que possa parecer, que *bichos do mato* denote homens fortes, sem medo, de visão e audição apuradas, de pensamento rápido, esperteza nas matas e de resistência à fome, ou seja, a *lexia* denota cunho valorativo e não depreciativo.

A presença, em documentos da época, de *lexias* como *índio bárbaro*, *índio rude* denota, mais uma vez, uma das imagens do indígena difundida pela sociedade colonial, vinculada à ideia de pedra bruta que, somente após o árduo trabalho de lapidação, estaria pronta para ‘uso’ social:

[...] e de brutos, e de troncos, e de pedras os fará homens. Dizei-me : qual é mais poderosa, a graça, ou a natureza ? A graça, ou a arte ? Pois o que faz a arte e a natureza, por que havemos de desconfiar que o faça a graça de Deus acompanhada de vossa industria? Concedo-vos que esse *índio barbaro e rude*, seja uma pedra: vede o que faz em uma pedra a arte [...] (PADRE ANTONIO VIEIRA (1951) [n.d.], SERMÃO DO ESPIRITO SANTO () [word count] [A00\_0911]).

Na luta contra a liberdade dos índios há o registro de duas *lexias* de cunho altamente depreciativo, expresso, sobretudo pelo superlativo do adjetivo: *miserabilíssimos homens* e *ignorantíssimos homens*. Vejamos, a seguir, o relato:

132.ª Carta Meu irmão do meu coração. Aqui se me remeteu o caixão em que vinham as duas interessantíssimas leis, as quais são a da liberdade dos índios e a da privação do govêrno temporal dos regulares, e participando-me V. Exa. em uma das cartas de 4 de agôsto que S. Maj. era servido que eu a publicasse a meu arbítrio e como melhor me parecesse, em observância desta mesma real ordem, e atendendo às circunstâncias do tempo e às idéias que o Pe. Roque Hunderfurt pretendeu introduzir nestes povos, a qual a V. Exa. seria notório pelos despachos do Bispo que levou a frota, e aqui não há prejuízo grave em que a execução das mesmas se suspenda por mais alguns meses, antes convenço-me inteiramente de que, com esta suspensão, sirvo como devo a S. Maj. até lhe representar o que a prática me tem feito conhecer, e a forma porque me persuado a que estas preciosíssimas e piíssimas leis devem ser executadas e ficam, até V. Exa. me participar a real resolução de S. Maj. nesta matéria, no meu íntimo particular em o mesmo segrêdo em que se conservam em Lisboa. Como V. Exa. já está certo em que o assunto que o Pe. Roque tomou para comover

a rebelião destes *miserabilíssimos e ignorantíssimos homens* [índios] foi o de lhes dizer que lhes queriam pôr os seus escravos forros e que não deveriam sofrer isso porque ficavam absolutamente perdidos, e bastou êste receio para o dito padre achar quem o ouvisse.

(FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO (1963) [1755], 132.<sup>a</sup> CARTA A SEBASTIÃO JOSÉ, NA QUAL ACUSA O RECEBIMENTO DAS LEIS DAS LIBERDADES DOS ÍNDIOS, E DA AUTORIZAÇÃO QUE RECEBERA DE SÓ PUBLICÁ-LAS QUANDO JULGASSE OPORTUNO; TENDO SIDO ESSA AUTORIZAÇÃO DE BOM AVISO, PORQUE DESDE LOGO O PADRE ROQUE PROCUROU INDUZIR O POVO À REVOLTA; DIZENDO QUE EM SE CONCEDENDO ALFORRIA A TODOS OS ÍNDIOS, FICAVAM OS MORADORES, POR SUA VEZ, PERDIDOS E SEM MAIS RECURSOS PARA VIVEREM, PERDENDO OS SEUS ESCRAVOS. É CARTA IMPORTANTÍSSIMA PARA O EXAME DOS CHOQUES HAVIDOS ENTRE O GABINETE POMBAL E OS JESUÍTAS. ARRAIAL DE MARIUÁ, 12 DE NOVEMBRO DE 1755 () [word count] [A00\_0366]).

Seguindo a linha da imagem de 'miserabilidade e de ignorância' dos homens nativos, nos deparamos agora com a lexia *homens despropositados*

(...) vendo que o tempo lhe não dava lugar a ir por mar, determinou ir por terra, dizendo aos mais que o seguissem, se partio quasi só de madrugada, e no rio Tapirema, que são nove legoas de Olinda, se achou ao segundo dia com alguns trinta e dous homens, com os quaes seguio avante, que por ir assim, e os *homens despropositados* pera o acompanharem, por terra o seguirão sómente estes, e com elles chegou á nossa povoação da Parahyba, a que os moradores chamão Cidade de Nossa Senhora das Neves, aos vinte e tres de Dezembro, vespóra da vespóra do Natal (...)

(FREI VICENTE DE SALVADOR (1888) [1627], LIVRO QUARTO - DA HISTORIA DO BRASIL DO TEMPO QUE O GOVERNOU MANOEL TELLES BARRETO ATHE A VINDA DO GOVERNADOR GASPAR DE SOUZA - CAPITULO DECIMO TERCEIRO - DA VINDA DO CAPITÃO MORALES DO REYNO, E TORNADA DO OUVIDOR GERAL Á PARAHYBA () [word count] [A00\_2049]).

Segundo Caldas Aulete (1980), a unidade léxica *despropósito* designa: “ação sem propósito, desatino, imprudência, disparate, absurdo, destempero”. Pode-se dizer que atitude, ação e propósitos definidos quanto a melhorias para o seu povo eram o que não faltavam aos povos nativos no Brasil Colônia, mas certamente propósitos incompatíveis com os dos colonizadores.

Lexias como *criaturas inocentes e seres inocentes* também eram comuns no discurso do colonizador que, embora, nesse caso, usasse um vocabulário mais ‘educado’,

acabava por conotar que as atrocidades cometidas aconteciam por meio da calculada pureza, singeleza e ingenuidade dos povos nativos.

A visão subestimadora da condição humana indígena, por parte do colonizador, chegava ao ponto de ter o propósito de instruir os povos nativos para que eles alcançarem um nível mínimo de racionalidade:

Primeiramente o gentio se deve sujeitar e fazê-lo viver como *criaturas que são racionais*, fazendo-lhe guardar a lei natural, como mais largamente já aponte a Dom Leão o ano passado. Depois que o Brasil é descoberto e povoado, têm os gentios mortos e comidos grande número de cristãos e tomadas muitas naus e navios e muita fazenda. E trabalhando os cristãos por dissimular estas cousas, tratando com eles e dando-lhes os resgates com que eles folgam e têm necessidade, nem por isso puderam fazer deles bons amigos, não deixando de matar e comer, como e quando puderam. E se disserem que os cristãos os salteavam e tratavam mal, alguns o fizeram assim e outros pagariam o dano que estes fizeram; porém há outros a quem os cristãos nunca fizeram mal, e os gentios os tomaram e comeram e fizeram despovoar muitos lugares e fazendas grossas.  
(P. MANUEL DA NÓBREGA (1956) [1558], CARTA DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. MIGUEL DE TORRES, BAÍA 8 DE MAIO 1558 () [word count] [A00\_0028]).

Pelo valor semântico imputado à lexia *criaturas racionais*, e, mais precisamente, pelas comparações estabelecidas, entende-se que os cristãos consideravam os indígenas (gentios) *criaturas do Senhor*, porém, sem um mínimo de razão necessária para o cumprimento das leis e da vida em sociedade, em geral.

Em outro excerto, também extraído da carta do Pe. Manuel da Nóbrega, deparamo-nos com as unidades lexicais *cruéis*, *bestiais* e *carneiros de corpos humanos*, todas decorrentes da natural resistência indígena à fé cristã:

E são tão *cruéis e bestiais*, que assim matam aos que nunca lhes fizeram mal, clérigos, frades, mulheres de tal parecer, que os brutos animais se contentariam delas e lhes não fariam mal. Mas são estes tão *carneiros de corpos humanos*, que sem exceção de pessoas, a todos matam e comem, e nenhum benefício os inclina nem abstém de seus maus costumes, antes parece e se vê por experiência, que se ensoberbecem e fazem piores com afagos e bom tratamento.  
(P. MANUEL DA NÓBREGA (1956) [1558], CARTA DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. MIGUEL DE TORRES, BAÍA 8 DE MAIO 1558 () [word count] [A00\_0028]).

Em “Capítulos de História Colonial”, Capistrano de Abreu (1976, p. 163) traz o seguinte registro de natureza antropológica: “nem nos deve admirar a barbaridade destes povos, quando sabemos que se reduziram muitos de seus descendentes a tanta brutalidade

que matavam e comiam aos que dos povos vizinhos apanhavam ou em guerras ou em ciladas”.

Já na carta de Francisco Xavier Furtado aparecem as lexias *ignorantes e rústico* em um dos trechos que mostra a forma de aliciamento dos índios utilizada pelos padres :

[...] as infinitas tiranias que padeciam, como lhes foi presente repetidas vêzes, atendendo na dita lei, em primeiro lugar, ao bem espiritual dos ditos índios, e em segundo ao temporal, ordenando positivamente nela aos regulares, a quem mandou entregar a sua administração que, depois de os instruírem nos mistérios da nossa santa fé católica, os civilizassem e os situassem em partes acomodadas para a sua vida e costumes, e para se fazerem comunicáveis no comércio com os moradores, com recíproca utilidade de uns e outros . 12. E para que os índios, como *ignorantes e rústicos*, não pudessem ser enganados pelos moradores, e ao mesmo tempo se fizessem hábeis no comércio para por si o poderem fazer depois, dá S. Maj. a forma por que êste negócio se há de fazer na dita lei , e se se tivesse observado o que nela se ordena, estaria êste Estado todo sumamente opulento e os índios não só civis, mas cristãos e totalmente tirados da brutalidade em que se acham.

(FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO (1963) [1751], PAPEL NO QUAL F. X. M. F. MOSTRA EM 100 ITENS QUE O NEGÓCIO QUE OS PADRES FAZEM NÃO É LÍCITO NEM NECESSÁRIO () [word count] [A00\_0374]).

Uma lexia produtiva no *corpus* utilizada tanto como nome quanto como qualificativo, em relação aos povos indígenas é *selvagem*: *selvagens*, *selvagens do mato*, *senhores dos matos selvagens*, *povos selvagens*, *nações selvagens*, *selvagens da América*. Para termos uma melhor noção sobre a dimensão semântica dessa lexia, vejamos algumas das acepções registradas para o termo *selvagem* por Caldas Aulete (1980): “que habita as selvas (tribo selvagem); que se mostra descortês no trato com os demais, bruto, grosseiro, antônimo de civilizado; Soc. que pertence à civilização considerada primitiva, ou que não foi civilizado (povos selvagens), bárbaro”. Após a acepção marcada com a rubrica Sociologia, o dicionário registra, na versão atualizada do verbete, que essa caracterização não é mais utilizada pela moderna Sociologia, devido à imprecisão do termo e o seu caráter etnocêntrico. Houaiss (2001) partilha do mesmo posicionamento ao registrar que “o termo, quando usado para designar ou classificar grupos humanos, tende a ser rejeitado pelas modernas análises das ciências sociais, devido às conotações etnocêntricas explícitas em seu uso comum e por sua imprecisão como conceito”. Destacamos, aqui, o item lexical

*selvagem*, a exemplo da lexia *gentio*, como outra unidade léxica configurada como *palavra-testemunha* do período colonial.

Mas o fato é que em pleno século XVI não havia nem rastros de preocupações relativas às questões socioantropológicas, como atestam dois fragmentos de um documento que contém informações sobre o Brasil no período colonial:

[...] para a qual se apparelham com muita devoção, jejuando, e disciplinando-se á vespera; e os que não têm ainda commungado trabalham muito dese apparelhar para isso, fazendo tudo que se lhes ordena. Por aqui se vê que os maiores impedimentos nascem dos portuguezes, e o primeiro é não haver n'elles zelo da salvação dos indios, etiam n'aquelles quibus incumbit ex officio, antes os tem por *selvagens*, e ao que mostram-lhes pezar de ouvir dizer que sabem elles alguma cousa da lei de Deus, e trabalham de persuadir que é assim ; e com isto pouco se lhes dá aos Srs. que tem escravos, que não ouçam missa, nem se confessem, e estejam amancebados. E se o fazem é pelos continuos brados da companhia, e logo se enxerga claro nos tementes a Deus que seus escravos vivem differentemente pelo particular cuidado que têm d'elles.

[...]

[...] verdade he que se forão consumindo o gentio daquellas terras chamado Tupinaquis que era muito e mnito guerreiro parte cõ doenças parte cõ mal tratamento dos portuguezes como em todas as partes fizerão (salvo em S. Vicente) de maneira que ficarão sem gentio e mandou-lhes Ds. hu açoute crudelissimo que são hus *selvagens dos matos* [...].  
(desconhecido (1865) [1584], ENFORMAÇÃO DO BRASIL, E DE SUAS CAPITANIAS () [word count] [A00\_0729]).

Outro item importante lexical do campo léxico **designações atribuídas** é *indiada* que, no contexto colonial assume cunho pejorativo por se tratar do desfalecimento de um grupo indígena, em virtude da carga de trabalho envolvendo os disparos de arma de fogo: “[... ] não esperava o inimigo esta briosa resolução dos portuguezes, que em breve tempo conseguiram destruí-lo com morte de muitos. A *indiada* não supportou muitas descargas dos nossos arcabuzes (...)” (PEDRO TAQUES DE ALMEIDA PAES LEME (1980) [n.d.], TAQUES POMPEOS () [word count] [A00\_0069]).

No campo em estudo, itens lexicais recorrentes no levantamento sobre os *povos autóctones* foram os relacionados à guerra: “(...) neste tempo os Carijós tomavam muito bem a doutrina de Cristo, como abaixo contarei. Fomos outra vez no ano de 1548 , que entramos caminho do poente, buscando a gentilidade "Carcara," que tem ouro e prata. Fomos vinte de cavalo e 250 de pé e 3.000 Carijós, *homens de guerra* com avultado numero de *Indios*

*bellicosos*, desprezando tudo com deftemido animo” [...].(BERNARDO PEREIRA DE BERREDO. (1749) [1718], ANNAES HISTORICOS DO ESTADO DO MARANHAÕ - LIVRO XX () [word count] [A00\_2532]).

Em se tratando das guerras e rebeliões, a braveza e o tipo físico eram qualificativos de destaque nos relatos dos escritores. Na realidade essas eram características de determinadas nações indígenas:

E mandou-lhes Deus um açoute crudelíssimo, que são uns selvagens do mato que chamam aimurés, *homens robustos e ferozes*, aos quais enquanto houve índios amigos sempre lhes resistiram; mas faltando-lhes êstes, foram e são tão acoçados dos selvagens que já a capitania de Pôrto Seguro está meio despovoada e a dos Ilhéus em grandíssimo apêrto, sem se poder defender dêles nem dar-lhes guerra, porque sempre andam pelo mato, no qual 4 bastam para destruir um grande exército, como já fizeram, quase sem verdes quem vos mata, e já esta praga chega pelo Camamu até perto da Bahia, de maneira que já os homens buscam ilhas em que fazer suas fazendas, porque não ousam estar em terra firme.  
(JOSÉ DE ANCHIETA (1964) [1584], INFORMAÇÃO DO BRASIL E DE SUAS CAPITANIAS () [word count] [A00\_0079]).

(...)

E sendo, o cortar um por si acto de vertude, e acção muito virtuosa, nos índios iaguains é acto vicioso; porque o fim porque o fazem é a fim de parecerem galantes aos seus, e mais medonhos, horrososos, e feios a seus inimigos; e por sinal de que são *homens de distinção na robustez*, e valentia affectam a fealdade nisto, como os brancos affectam a formosura: e se nos brancos é vitupério o ter a cara jarretada, para os iaguains é louvor.  
(PE. JOÃO DANIEL (1976) [1757], [A00\_1850]).

A unidade léxica *homens de peleja* chama a atenção, pois, *peleja*, além da acepção batalha, combate e trabalho, denota, também “luta com ou sem armas” (CALDAS AULETE, 1980), ou seja, a unidade expressa a valentia dos indígenas que nem sempre dispunham de instrumentos de ataque e de defesa:

(...) e elle aceitou, ordenando logo que se aprestassem duas náus, que não estavam mais no porto, e alguns caravellões, em que fossem cento e cincoenta *homens de peleja*, fóra os do mar, e alguma gente de cavallo por terra, que se ajuntarião com os que estavam na Parahyba, pera que lhes dessem por terra (...)  
(FREI VICENTE DE SALVADOR (1888) [1627], [A00\_2049])

Também se encaixam entre as lexias de cunho valorativo as seguintes unidades léxicas: *índio muito principal*, *índio principal*, *índio muito sábio*, *índio prático*, *índio valente*, *índio notável*, *índio amigo* e *índio forro*. O sujeito que recebia a titulação de principal trazia consigo as marcas de ordem, de autoridade e de honra perante toda a aldeia:

tudo o que nos seus principios se tem passado a respeito della. Digo, pois, que havemos de saber que um certo Capitão do Mar por nome Riffault, francez de nação, convidado por um *Índio principal*, de grande autoridade entre os seus naturaes

(PADRE. JOÃO FELIPPE BETENDORF (1910) [1699], CAPITULO 2 - DO DESCOBRIMENTO DO MARANHÃO () [word count] [A00\_0448]).

Os itens *muito sábio*, *prático* e *valente* denotavam destreza e habilidade no manejo com as armas; já no caso dos itens lexicais *amigo* e *notável*, o qualificativo recaía em virtude da proximidade com o colonizador, notabilidade justificada, haja vista a distância que a maioria do grupo indígena fazia questão de demarcar. Vejamos dois trechos que ilustram o exposto:

O Presidente dos Religiosos respondeo ao embaixador que os meninos com o alvoroço da sua vinda andavão todos espalhados, que a igreja não se enramava senão á festa dos Santos, mas que a porta estava aberta: entrou elle á tarde a cavallo, bem vestido, e acompanhado com sua bandeira, e tambor, e hum *Índio valente* com espada nua esgrimindo diante, e fazendo afastar a gente, que era innumeravel isto acabado, como era grande o respeito que entre todos os Principaes daquelles sertões tinha conciliado este *valeroso Índio*, assim pela valentia de seu braço como pela destreza na guerra [...]

(FREI VICENTE DE SALVADOR (1888) [1627], LIVRO QUARTO - DA HISTORIA DO BRASIL DO TEMPO QUE O GOVERNOU MANOEL TELLES BARRETO ATHE A VINDA DO GOVERNADOR GASPAR DE SOUZA - CAPITULO QUADRAGESIMO PRIMEIRO - DE COMO ZOROBABE CHEGOU Á PARAHYBA, E POR SUSPEITO DE REBELLIAO FOI PRESO, E MANDADO AO REYNO () [word count] [A00\_2072]).

.....

[...] porque havendo chegado ao Cabo Frio quatro naos Francezas a buscar o pao Brasil, foraõ persuadidas daquelles Gentios (de cuja amizade pendiaõ as conveniencias da sua navegaçaõ) a que os ajudassem contra Martim Affonso de Sousa, *Índio notavel* por esforço, e amizade com os Portuguezes,

(SEBASTIÃO DA ROCHA PITTA (1878) [1730], LIVRO TERCEIRO () [word count] [A00\_0569]).

Na sequência, foram analisadas as seguintes lexias: *primeiros povoadores*, *primeiros habitantes*, *primeiros informantes*, *primeiros possuidores*, *habitantes mais antigos*, *homens dessa terra*, *habitantes do Amazonas* e *aldeão*. Esses itens lexicais caracterizam e identificam a posição dos povos indígenas no início do período colonial, isto é, referem-se aos primeiros donos da terra, embora não tenham podido usufruir disso, após a chegada do colonizador, eles povoavam, habitavam e sobre ela prestavam informações aos colonizadores europeus.

Sobre o item lexical *habitantes do Amazonas*, podemos destacar as considerações feitas por Ribeiro (1995, p. 149), ao relatar sobre os Povos da Floresta. Nesse relato o antropólogo enfatiza que, ao longo de milênios de ocupação da Amazônia, os povos indígenas acumularam um detalhado conhecimento da floresta e dos seres que ela abriga, criaram diversas formas de adaptação humana, não destrutiva, por meio de formas avançadas de sobrevivência que permitiram enriquecer o espaço em lugar de degradá-lo.

Já o designativo *aldeão* nomeia o morador de etnia indígena das pequenas povoações, geralmente menores que vilas, denominadas aldeias. Vainfas (2001) destaca a política de *aldeamentos indígena* implantada no litoral no século XVI, que foi direcionada pelos padres jesuítas liderados pelo Padre Manuel da Nóbrega e visava ao ideal missionário, por ganharem espaço para pregações itinerantes à medida que os padres percorriam as aldeias indígenas. Em princípio, essa foi uma missão difícil por tratar-se de um “solo estéril” da palavra de Deus, sob a óptica dos missionários.

Por último, destacamos duas unidades léxicas. Em carta ao Pe. Miguel de Torres o Pe. Manuel de Nóbrega relata sobre dois tipos de escravos – os designados *escravos mal havidos* e os *escravos legítimos*. Vejamos um trecho dessa carta:

[...] e todos os mais que não quiserem sofrer o jugo justo que lhes derem e por isso se alevantarem contra os cristãos. Sujeitando-se o gentio, cessarão muitas maneiras de haver *escravos mal havidos* e muitos escrúpulos, porque terão os homens *escravos legítimos*, tomados em guerra justa, e terão serviço e vassalagem dos Índios e a terra se povoará e Nosso Senhor ganhará muitas almas e S. A. terá muita renda nesta terra, porque haverá muitas criações e muitos engenhos já que não haja muito ouro e prata.

(P. MANUEL DA NÓBREGA (1956) [1558], CARTA DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. MIGUEL DE TORRES, BAÍA 8 DE MAIO 1558 () [word count] [A00\_0028]).

A *lexia mal havidos* designava os escravos adquiridos de maneira escusa e até ilícitas, sobretudo fora das guerras; já *legítimo* é um item lexical que designa o escravo adquirido de forma lícita, conforme a legislação vigente.

Vale ressaltar ainda que algumas unidades léxicas do *corpus* fazem referência direta à importância atribuída à religião imposta pelo colonizador português aos membros das comunidades indígenas: *índio cristão* (o convertido ao catolicismo); *índio gentio*, *índia gentia* (ainda não convertidos); *índio pagão*, *índia pagã* (convertidos, porém, ainda não batizados); *índio neófito* (recém-convertido ao cristianismo); *índio inconstante*: “que dirá o *índio inconstante*, a quem falta a pia afeição da nossa fé?” (PADRE ANTONIO VIEIRA (1951) [1640], SERMÃO PELO BOM SUCESSO DAS ARMAS DE PORTUGAL CONTRA AS DE HOLLANDA). [word count] [A00\_1051].

A análise dos itens lexicais que integraram o campo **povos autóctones**, subcampo **designações atribuídas**, apontou esse campo como um dos mais expressivos e produtivos em termos dos objetivos desta pesquisa, haja vista que o conteúdo semântico dos itens lexicais que o compõem remete à forma, quase nunca “justa” e “civilizada”, como os primeiros habitantes do território brasileiro, no Brasil Colônia, eram nomeados e tratados.

## CAMPO LÉXICO IV

### 4. TRATAMENTO RECEBIDO

- captura
- captura de índios
- índio preso
- índio morto
- índio cativo
- índio ferido
- cativar
- tortura
- doença
- moléstia
- bandeirantes
- mortes
- resistência

- guerra

Como introdução ao campo léxico **tratamento recebido** pelos povos autóctones cabe aqui uma retomada às questões históricas descritas no capítulo I. Assim, queremos frisar e recuperar o fato de que durante o início do período colonial (1500 – 1530), os portugueses desenvolveram a atividade de exploração do pau-brasil, árvore abundante na Mata Atlântica naquele período. A exploração dessa matéria-prima foi possibilitada não só pela sua localização, já que as florestas estavam próximas ao litoral, mas também pela colaboração dos índios, com os quais os portugueses desenvolveram um tipo de comércio primitivo baseado na troca – *o escambo*. Em troca de mercadorias europeias baratas e desconhecidas, os índios extraíam e transportavam o pau-brasil para os portugueses até o litoral.

A partir do momento em que os colonizadores passam a conhecer mais de perto o modo de vida indígena, com elementos desconhecidos ou condenados pelos europeus, a exemplo da antropofagia, os portugueses passam então a alimentar certa desconfiança em relação aos índios. A colaboração em torno da atividade do pau-brasil já não era mais possível e os colonos tentam submetê-los à sua dominação, impondo sua cultura, sua religião – função esta que coube aos jesuítas, através da catequese – e forçando-os ao trabalho compulsório nas lavouras, já que não dispunham de mão-de-obra:

passa por certo que o 1.º objecto dos conquistadores, sahidos de S. Paolo era para *captivar indios* para com elles substituirem a falta que tinham de gente para o trabalho das terras, visto que ainda então não vinhão os navios da costa da África  
(LUIZ DOS SANTOS VILHENA (1921) [1801], CARTA DECIMA OITAVA: () [word count] [A00\_0844]

Não é demais ressaltar que a lexia *cativar* não está vinculada à ideia de ganhar a simpatia ou estima, mas sim à ação de capturar, tornar cativo. Diante dessa situação, os nativos só tinham dois caminhos a seguir: reagir à escravização ou aceitá-la. Houve reações em todos os grupos indígenas, muitos lutando contra os colonizadores até a morte ou fugindo para regiões mais remotas. Essa reação indígena contra a dominação portuguesa ocorreu pelo fato de as sociedades indígenas desconhecerem a hierarquia e, conseqüentemente, não aceitarem o trabalho compulsório. Antes dos estudos etnográficos mais profundos (fins do século XIX e, principalmente, século XX), pensava-se que os

índios eram simplesmente "inaptos" ao trabalho, tese que não se sustenta depois de pesquisas antropológicas em sociedades sem o "impacto desestabilizador" do domínio forçado (RIBEIRO, 1995, p. 39).

Os índios capturados eram muito explorados e morriam, não só em decorrência dos maus-tratos recebidos dos portugueses, mas também pela captura exercida por seus pares. Na realidade a captura de indígenas constituía um grande negócio com vistas a grandes lucros. Vejamos dois trechos que ilustram o interesse comercial que movia o processo de captura :

foi a ambição a que por então abriu caminho a tão difficultosa conquista; e devendo ser a gloria do bom nome o motivo mais proprio de uma tão importante empreza, foi o desejo da fazenda o que estimulou com efficacia a alguns homens de Pernambuco, com o pretexto de descobridores da terra do Maranhão, a fazerem uma *grande captura* de índios que habitavão aquelles sertões; commercio o mais indigno, e tanto mais para temer quanto mais perigoso pela injustiça com que pretendião privar da liberdade a innocencia dos índios, só porque ficassem mais adiantados os seus interesses.

(PADRE JOSÉ DE MORAES (1860) [1759], LIVRO I- CAPITULO III, PEDRO COELHO DE SOUZA E MARTIM SOARES MORENO TENTÃO POR TERRA O DESCOBRIMENTO DO MARANHÃO. MALLOGRO DA EXPEDIÇÃO. () [word count] [A00\_0252]).

.....

e já um dos principaes d'elles aprende a lêr, e toma lição cada dia com grande cuidado, e em dous dias soube o a, b, c, todo, e o ensinamos a benzer, tomando tudo com grandes desejos. Diz que quer ser christão, e não comer carne humana nem ter mais de uma mulher, e outras cousas, sómente que ha de ir á guerra, *e os que captivar, vendel-os e servir-se d'elles.*

(PADRE MANUEL DA NOBREGA. (1885) [1549], CARTA QUE O PADRE MANOEL DA NOBREGA, PREPOSITO PROVINCIAL DA COMPANHIA DE JESUS, EM O BRASIL, ESCREVEU AO PADRE MESTRE SIMÃO O ANNO DE 1549. (MS. COPIADO DA LIVRARIA PUBLICA) () [word count] [A00\_0694]).

Segundo Chiavenato (1980, p. 107), os portugueses introduziram no Brasil o hábito dos índios trocarem seus prisioneiros de guerra por mercadorias, transformando muitas tribos em bandos militares, que passaram a viver exclusivamente da caça aos inimigos, para posteriormente trocá-los ou vendê-los aos colonizadores. Nesse contexto de dominação, foi essencial o papel desempenhado pelos bandeirantes. Esses 'trabalhavam' nas selvas com o fim exclusivo de captura e conseqüente tortura, por meio da escravidão, aos índios.

Segundo Cassiano Ricardo (1970, p. 79-82), as bandeiras tiveram seu auge durante a ocupação de Angola pelos holandeses, pois foi interrompido o tráfico negreiro, e a mão-de-obra escrava escasseou ainda mais, gerando um aumento nos preços dos escravos. O declínio do tráfico negreiro ocorreu por ocasião da expulsão dos holandeses da costa africana, ao mesmo tempo em que os índios aldeados nas missões sulinas começaram a reagir aos ataques dos bandeirantes. As expedições duravam anos, e, eventualmente, havia quem as financiasse, o que reforça a idéia da combinação do espírito aventureiro, com o espírito empresarial, impregnado do desejo de lucro. A história oficial costuma tratar os bandeirantes como heróis, justificando, a todo custo os seus atos de violência, enaltecendo sua bravura e força, quando na realidade não mediam esforços para participar ativamente dos interesses da indústria colonial, dispensando um tratamento cruel aos grupos indígenas.

As doenças e moléstias eram outras maneiras de tortura muito utilizadas. Os índios morriam de sífilis, tuberculose, disenteria, enfermidades para as quais o organismo do grupo nativo não dispunha de defesas, pois, em muitos casos, o mal fora trazido por meio do colonizador. A principal tarefa dos portugueses cristãos no Brasil seria a de "organizar" os índios, trazê-los para a verdadeira fé cristã, para que, assim, costumes como a poligamia, a antropofagia, o andar sem roupas, dentre outros, fossem extirpados. Havia unanimidade quanto ao entendimento, por parte dos jesuítas, que tal feito seria fácil, visto que, segundo Nóbrega, os nativos não adoram nenhum Deus. Dizia ele: "são como papel branco, onde podemos escrever à vontade".

Entretanto, não demorou muito para os padres se conscientizarem quanto às dificuldades que os aguardava; começaram a acreditar que os índios eram governados sim, mas pelo "demônio", sendo, portanto, um trabalho árduo e, sobretudo, perigoso à liderança do grupo. O fato é que os jesuítas não tinham muito tempo para o feito "missionário", pois a colonização precisava de mão-de-obra. Em Pernambuco (1530), por exemplo, a colonização do açúcar já estava funcionando, Ocorre, assim, de um lado a resistência dos índios e do outro as ambições escravistas. A verdade é que os índios ficaram entre os apesadores de escravos e os padres jesuítas. Os índios ora ouviam os apesadores, ora os padres, mas em outras oportunidades não ouviam nem um nem outro, travando, assim, uma guerra que terminava com rituais antropofágicos. Reconhecendo as sérias dificuldades em "converter" os indígenas ao cristianismo católico, os jesuítas decidiram substituir a língua

sagrada (latim) para transmitir os valores cristãos por meio da língua tupi, ensinando-a com a ajuda de José de Anchieta.

Era a denominada "língua geral", que abrigou praticamente todos os episódios das atividades cristãs daquele século. Os portugueses fizeram peças teatrais com referências bíblicas, onde então demonizavam os chefes e os costumes indígenas, mostrando para os nativos que o verdadeiro Deus estava com eles, nessas peças, propositalmente, o "mal" era vencido pelo bem que estava ao lado do homem branco. Os adeptos da santidade ameaçavam os índios resistentes com as piores penas. Na verdade, uma "metamorfose punitiva", transformar os resistentes em animais, pedras, paus, etc. (VAINFAS, 1995, p. 142-143).

Pelo exposto, nota-se que as várias manifestações de tratamento recebido, tais como: escravidão, guerras, doenças, massacres, genocídios, etnocídios e outros males por pouco não eliminaram por completo os povos indígenas. Não que esses povos não conhecessem guerra, doença e outros males. A diferença é que nos anos da colonização portuguesa, todo esse tratamento fazia parte de um amplo projeto de dominação cultural, econômica e política do mundo, ou seja, um projeto político dos europeus, que os povos indígenas desconheciam. Eles não eram capazes de entender os motivos das disputas territoriais como parte de um projeto político civilizatório, de caráter mundial e centralizador, uma vez que só conheciam as experiências dos conflitos territoriais entre suas próprias tribos.

## **CAMPO LÉXICO V**

### **5. ASPECTOS ANTROPOCULTURAIS**

- religião
- missionários jesuítas
- religiosos franciscanos
- alimentação
- carne humana
- carne moqueada
- jacu
- canindé
- picaçu
- payrary
- jurutis
- ageruaçu
- agerueté

- coricas
- marcaná
- tapioca
- pirão

A cultura brasileira é um grande conjunto de culturas que sintetizam as diversas etnias que formam o povo brasileiro. Por essa razão, não existe uma cultura brasileira homogênea, e sim uma reunião de diferentes vertentes culturais que formam, juntas, a cultura do Brasil. É justamente essa diversidade de herança cultural que compõe a unidade do Brasil. Embora seja um país de colonização portuguesa, outros grupos étnicos deixaram influências profundas na cultura nacional, destacando-se os povos indígenas, os africanos, os italianos e os alemães. As influências indígenas e africanas deixaram marcas no âmbito da música, da culinária, do folclore, do artesanato, dos caracteres emocionais e das festas populares do Brasil, assim como centenas de empréstimos à língua portuguesa.

Entre os povos indígenas, por exemplo, há grande diversidade cultural, mas há também características comuns, como: a habitação coletiva, com as casas dispostas em relação a um espaço cerimonial que pode ser no centro ou não; a vida cerimonial é a base da cultura de cada grupo, com as festas que reúnem pessoas de outras aldeias, os ritos de passagem dos adolescentes de ambos os sexos, os rituais de cura e outros; a arte faz parte da vida diária e é encontrada nos potes, nas redes e esteiras, nos bancos para homens e mulheres, e na pintura corporal, sempre presente nos homens; a educação das crianças se faz por todos os habitantes da aldeia, desde cedo aprendem a realizar as tarefas necessárias à sobrevivência, tornando-se independentes.

Segundo Ribeiro (1995, p. 26),

a sociedade e a cultura brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória européia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos. O Brasil emerge, assim, como um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado genesicamente à matriz portuguesa, cujas potencialidades insuspeitadas de ser e de crescer só aqui se realizariam plenamente.

Os indígenas deixaram para os povos alóctones forte herança cultural em termos de hábitos alimentares, tendo ensinado o europeu a comer mandioca, milho, guaraná, palmito, pamonha, canjica, pirão, peixes de água doce. Além disso, as etnias indígenas ensinaram o uso de suas redes, jangadas, canoa, armadilhas de caça e pesca. Do ponto de vista

linguístico, enriqueceram o vocabulário do português do Brasil em várias áreas: na toponímia forneceram topônimos como Curitiba, Piauí, Araçatuba, Amambá; na flora e na fauna deixaram nomes como caju, abacaxi, jacaré, tatu, respectivamente. Além disso, foram os indígenas que ensinaram algumas técnicas como o trabalho em cerâmica e o preparo da farinha, que legaram ao colonizador hábitos como o uso do tabaco e o banho diário. A influência indígena é também forte no folclore do interior brasileiro, povoado de seres fantásticos como o curupira, o saci-pererê, o boitatá e a iara, entre outros, mitos que têm raízes indígenas. Essa influência se faz mais forte em certas regiões do País, onde muitos grupos mantiveram-se mais distantes da ação colonizadora, principalmente em algumas porções da região Norte do Brasil (PORTELA, 2004, p. 76).

No *corpus* desta pesquisa encontramos dados relativos a uma alimentação indígena à base de mandioca (*pirão e tapioca*). Também encontramos lexias que designam pratos à base de carne, aves como: Jacu, Canindé, picaçu, payrary, jurutis, ageruaçu....:

*Jacus* são umas aves a que os Portuguezes chamam gallinhas do mato, e são do tamanho das galiinhas e pretas; mas tem as pernas mais compridas, a cabeça e pés como gallinhas, o bico preto, cacaream como perdizes, criam no chão, e têm o vôo muito curto; mantêm-se de frutas, matam-n'as os indios ás flexadas; cuja «carne» é muito boa, e tem o peito cheio de titellas como perdiz da mesma côr, e muito tenras; a mais carne é dura para assada, e cozida é muito boa.

(GABRIEL SOARES DE SOUSA (1938) [1587], DAS AVES (PARTE SEGUNDA - TITULO 10) () [word count] [A00\_0186]).

.....

*Canindé* é um pássaro tamanho como um grande gallo; tem as pennas das pernas, barriga e collo amarellas, de côr muito fina, e as costas acatazoladas de azul e verde, e as das azas e rabo azues, o qual tem muito comprido, e a cabeça por cima azul, e ao redor do bico amarello; tem o bico preto, grande e grosso; e as pennas do rabo e as das azas são vermelhas pela banda debaixo. Criam em arvores altas onde os indios os tomam novos nos ninhos, para se criarem nas casas; porque fallam e gritam muito, com voz alta e grossa: os quaes mordem mui valentemente, e comem frutas das arvores, e em casa tudo quanto lhe dão; cuja «carne» é dura, mas aproveitam-se d'ella os que andam pelo mato.

(GABRIEL SOARES DE SOUSA (1938) [1587], DAS AVES (PARTE SEGUNDA - TITULO 10) () [word count] [A00\_0186]).

.....

*Picaçu* é como pomba brava, mais pequena alguma cousa, tem a côr cinzenta, os pés vermelhos; cria no chão, onde põe dous ovos; tem o peito e «carne» mui saborosa. *Payrary* é uma ave do tamanho, côr e feição das

rolas, as quaes criam no chão em ninhos, em que põem dous ovos, e tomam-n'os em redes, e amaçam-n'as em casa de maneira que criam como pombas, as quaes tem o peito muito cheio, e boa «carne». *Jurutis* é outra casta de rolas do mesmo tamanho, mas são aleonadas, e tem o bico pardo; também criam no chão onde põem dous ovos, e tomam-n'as em redes, cuja «carne» é muito tenra e boa.

(GABRIEL SOARES DE SOUSA (1938) [1587], DAS AVES (PARTE SEGUNDA - TITULO 10) () [word count] [A00\_0186]).

.....  
*Ageruaçu* são uns papagaios grandes todos verdes, que tem tamanho corpo como uma áden, os quaes se fazem mui domésticos em casa, onde fallam muito bem: estes no mato criam em ninhos, em arvores altas; são muito gordos e de boa «carne», e muito saborosos; mas hão de ser cozidos. *Ageruété* são uns papagaios verdadeiros que se levam á Hespanha, os quaes são verdes, e tem os encontros das azas vermelhos, e o tocado da cabeça amarello; criam nas arvores em ninhos, e comem a fruta d'ellas, de que se mantem; cuja carne se come; e para se amaçarem tomam-n'os novos. Ha outros papagaios a que chamam *coricas*, que são todos verdes, e não tem mais que o só queixo amarello, e algumas pennas nas azas encarnadas; os quaes criam em ninhos nas arvores, d'onde fazem grande damno nas searas de milho; tomam-n'os novos para se amaçarem em casa, onde fallam muito bem; cuja carne comera os que andam pelo mato, mas é dura. *Marcaná* é um pássaro verde todo, como papagaio, tem a cabeça toucada de amarello, o bico grosso e sobre o grande, e voltado para baixo, o rabo comprido e vermelho: criam-se em arvores altas, em ninhos; e amaçam-se alguns por que fallam, cuja carne é dura, mas come-a quem não tem outra melhor.

(GABRIEL SOARES DE SOUSA (1938) [1587], DAS AVES (PARTE SEGUNDA - TITULO 10) () [word count] [A00\_0186]).

Outro ponto a ser considerado era a antropofagia, que era praticada entre os índios por acreditarem que, ao comerem carne humana do inimigo, estariam incorporando a sabedoria, a valentia e os conhecimentos desses indivíduos. Prova disso é que não se alimentavam, por exemplo, da carne de pessoas fracas ou covardes. A prática do canibalismo era feira em rituais simbólicos. Em nossa pesquisa, de um total de 1143 ocorrências para a lexia *carne*, 149 (13%) dizem respeito ao canibalismo. No entanto, essa prática era abertamente questionada e por muitas vezes proibida entre as tribos por parte dos religiosos: “em algumas d’estas aldêas é tão grande o temor e reverencia quo tem aos Padres, que não ousam abertamente comer *carne humana.*” (PADRE ANTONIO PIRES. (1865) [1551], CARTA QUE O PADRE ANTONIO PIRES ESCREVEU DO BRASIL, DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, AOS IRMÃOS DA COMPANHIA, DE 2 DE AGOSTO DE 1551 () [word count] [A00\_0721]).

Em alguns momentos, passavam-se “receitas” de como tornar-se religioso, excluindo a prática do canibalismo: “diz que quer ser christão e nom comer *carne humana*, nem ter mais de huma molher e outras cousas;” (P. MANUEL DA NÓBREGA (1956) [1549], (CARTA DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. SIMÃO RODRIGUES, BAÍA [10? DE ABRIL] 1549 () [word count] [A00\_0001]).

Outro campo importante da cultura indígena é o religioso. A religiosidade sempre esteve presente no processo de colonização dos portugueses desde a primeira metade do século XVI. Os navegadores portugueses, além da beleza, encontraram também os homens *gentios*, assim denominados por Manuel da Nóbrega, que representava um dos quadros da Companhia de Jesus, fundada em 1534 por Inácio de Loyola. A primeira impressão deixada pelos nativos na visão dos viajantes era a de que esses homens gentios não possuíam qualquer vínculo religioso, ou seja, não adoravam nenhum tipo de Deus, nenhuma santidade, ou até mesmo um ídolo. No entanto, não demoraria muito tempo para que essa impressão fosse desfeita. Vainfas (1995), por exemplo, trata da dimensão religiosa dos índios desse período, destacando a preocupação dos portugueses jesuítas com a catequização, a partir do momento que se inteiraram da estrutura ritual religiosa dos Tupinambás. Alguns dos povos autóctones acreditavam na existência dos espíritos, na reencarnação dos seus antepassados e na compreensão dos fenômenos naturais como divindades. Em diversas situações, essas crenças eram fonte de explicação para a origem do mundo ou para a ocorrência de algum evento significativo. Em alguns casos, os índios praticavam a antropofagia como um importante ritual em que os guerreiros da tribo absorviam a força e as habilidades dos inimigos capturados.

Na visão de Ribeiro (1995, p. 39), a tentativa de evangelização dos povos autóctones representou uma tragédia, um suplício para esses povos. Por meio das pregações dos jesuítas os indígenas tomaram “conhecimento” que era por conta de seus pecados que o criador os lançaria no castigo eterno. Assim,

o bem e o mal , a virtude e o pecado, o valor e a covardia, tudo se confundia, transtrocando o belo com o feio, o ruim com o bom. Nada valia, agora e doravante, o que para ele mais valia: a bravura gratuita, a vontade de beleza, a criatividade, a solidariedade. A cristandade surgia a seus olhos como o mundo do pecado, das enfermidades dolorosas e mortais, da covardia, que se adonava do mundo índio; [...] os povos que ainda o puderam fazer fugiram mata adentro, horrorizados com o destino que lhes era oferecido no convívio dos brancos, seja na cristandade

missionária, seja na pecaminosidade colonial. Muitos deles levando nos corpos contaminados as enfermidades que os iriam dizimando a eles e aos povos indenes de que se aproximassem (RIBEIRO, 1995, p. 39).

Todo esse sofrimento permeado por certa resistência dos povos autóctones desencadeou um processo de aculturação em que os índios se tornaram cada vez menos índios, pela perspectiva cultural, resultando na identificação direcionada com o povo brasileiro nos quesitos linguagem, formas de trabalho, diversão e, sobretudo, na assimilação dos valores religiosos.

Como assinalado no início do capítulo V, após a apresentação das unidades léxicas e análise do campo **povos autóctones**, passemos à apresentação e análise dos subcampos que compõem o campo léxico **povos alóctones**.

## **Apresentação do campo léxico POVOS ALÓCTONES**

### **CAMPO LÉXICO I**

#### **1. POVOS E LÍNGUAS EM CONTATO**

##### **Nações**

- Arda
- Congo
- Guiné
- Mina
- Cabo Verde
- Etíope

##### **Línguas em contato**

- língua portuguesa
- língua dos padres
- língua do Brasil
- língua do país

É difícil precisar a data da chegada dos primeiros escravos negros no Brasil. O comércio de africanos na Europa data de quase meio século antes do descobrimento do Brasil, e Portugal era a sede dessa transação. Portanto, a escravidão negra no Brasil é contemporânea à colonização do novo território. Assim, a escravidão negra manteve, nos

primeiros tempos, a aparência majoritariamente portuguesa e surgiu como solução para o problema brasileiro da escassez de mão-de-obra, primeiro para a lavoura e depois para o trabalho nas minas, haja vista a falta de indígenas que sucumbiam ou ficavam sob a proteção dos jesuítas, fator que desencadeou um comércio de escravos diretamente com a África. O tráfico intenso começou quase 50 anos depois do descobrimento, com alguns navios que iam à África levar comerciantes para esse fim específico.

Já o problema racial surgiu aos poucos e bem depois dessa época, pois, na realidade, o povo brasileiro estava em início de processo de formação e como havia colonizadores que tencionavam fazer da Colônia uma extensão de Portugal. Segundo essa visão, os negros, que não possuíam laços de sangue ou ligações sociais com os portugueses, eram tidos como “estrangeiros” na América e, em razão disso, considerados meras máquinas ou instrumentos de trabalho (NINA RODRIGUES 2008, p. 27-28). Depois de trezentos anos de vida colonial, com a independência cada vez mais próxima, a população brasileira apresentava as seguintes estatísticas:

População Brasileira		
1798	Branco	1.010.000
	Índios	250.000
	Libertos	406.000
	Pardos	} escravos {
	Negros	
	TOTAL	3.250.000
1818	Branco	1.043.000
	Índios	259.000
	Pardos e pretos livres	585.000
	Homens de cor	} escravos {
	negros	
	TOTAL	3.817.000

Figura III: Estatística da população brasileira (RODRIGUES, 2008, p.28).

Esses dados demonstram que a etnia negra não apenas predominava em termos numéricos em relação a brancos e a índios, como também já preparava, por meio da miscigenação, o predomínio que lhe caberia na direção do futuro povo.

Nesse contexto, torna-se importante destacar o papel dos ciclos do tráfico negro e sua relação com a transplantação das línguas africanas para o Brasil no século XVI. Bonvini (2008, p. 26) classifica em quatro os grandes ciclos de importação de escravos para o Brasil:

- (i) no século XVI, o ciclo da Guiné, sendo os escravos principalmente sudaneses, originários da África situada ao norte do equador;
- (ii) no século XVII, o ciclo do Congo e de Angola, que trouxe ao Brasil negros da zona banta.
- (iii) no século XVIII, o ciclo da costa de Mina, que atingiu de novo negros sudaneses. A partir da metade do século XVIII, esse ciclo desdobrar-se-á num ciclo propriamente baiano: o ciclo da baía do Benim;
- (iv) no século XIX, os escravos vieram um pouco de cada lugar, mas com predominância de negros vindos de Angola e de Moçambique.

A importância dos africanos escravizados das regiões do *Congo* e de *Angola*, por exemplo, equiparava-se a representação desses povos nas práticas sociais, religiosas e culturais desenvolvidas pelas populações africanas em algumas partes da Colônia. Para Heywood (2008, p. 19), antes de 1820, africanos livres e escravizados constituíram a maioria da liderança nas irmandades negras, as organizações legais que cuidavam de vários interesses dessas populações. Por meio desses grupos organizados surgiram diversas religiões e tradições culturais que vieram a ser associadas diretamente à população afro-brasileira.

Os povos da etnia *minas* constituem outro exemplo de influência e de importância das nações africanas. Nesse particular, Nina Rodrigues (2008, p. 33) destaca:

os povos da Costa Ocidental dos escravos são representados por um número muito avultado de indivíduos entre os negros e os homens de cor do Brasil - os *minas*. A opinião pública conferia-lhes o primeiro lugar pela força, qualidade morais, amor à liberdade. Foram os *minas* que mais frequentemente lutaram para reivindicar os seus direitos e formaram, no interior do Brasil, as repúblicas de negros foragidos mais prósperas e defendidas com o maior valor. Foram também eles que, por suas filhas, mais contribuíram para os cruzamentos das raças na América portuguesa

e que, por conseguinte, mais largamente participaram das medidas parciais de libertação.

Em termos linguísticos, a relação entre o português falado no Brasil e as línguas africanas começa a ser descrita no século XIX, porém, somente a partir dos anos 30 do século XX intensificaram-se as discussões em busca de evidências da participação das línguas africanas na constituição da variante brasileira do português. Renato Mendonça (1935, p. 110) assim se posiciona a respeito da versátil atuação do escravo negro e da consequente repercussão dessa versatilidade no universo linguístico da época:

na intimidade da família, na vida do campo bem como na cidade, o negro é uma figura infalível. Esta transformação étnica reflete-se na esfera linguística, e a língua acompanha a raça na sua evolução. Língua e raça formam dois elementos que têm evolução paralela a ponto de serem muitas vezes confundidos. Como o negro fundiu com o português e do consórcio resultou o mestiço, pareceria lógico que este mestiço falasse um dialeto crioulo (...).

Para Lopes (2004, p. 37), o termo africanismo refere-se à “recriação de um vocábulo de idioma africano em outra língua. Os africanismos no português do Brasil são, em sua grande maioria, oriundos das línguas do grupo banto”. Embora, na visão do mesmo autor, o iorubá, língua litúrgica da tradição dos orixás, seja responsável por interferências vocabulares significativas. Ainda segundo o mesmo autor, a mistura de línguas africanas começava ainda no continente africano e se completava na América, onde os escravos da mesma origem eram forçadamente separados, visando à formação de grupos etnolinguísticos heterogêneos. Essa prática foi utilizada até a primeira metade do século XIX, o que pode justificar a dificuldade em determinar a exata origem etimológica de vários africanismos incorporados no português e em outras línguas europeias na América. No caso do Brasil, especificamente, um dos traços marcantes de preconceito linguístico é o que procura reduzir todas as línguas africanas à condição de dialetos, o que não corresponde à realidade. Foram, comprovadamente, línguas africanas e não apenas variantes dialetais que influenciaram o português falado no Brasil.

Segundo Bonvini (2008, p. 16), podem-se estabelecer dois momentos das línguas africanas no Brasil, que dizem respeito a dois tipos de análise: “o primeiro é caracterizado pela afirmação da influência africana no PB, e o segundo, pela hipótese da criouliização do

português do Brasil em contato com as línguas africanas”. O mesmo autor assinala que dois textos publicados em 1933 abrem as discussões sobre essas hipóteses.

O primeiro, *A influência africana no português do Brasil*, de Renato Mendonça, registra o percurso dos africanos transplantados para o Brasil, além de conter uma apresentação da gramática das línguas africanas e uma lista de palavras faladas em território brasileiro, consideradas pelo autor como de base africana. O segundo, *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, de Jacques Raimundo, aprofunda os dados das pesquisas de Renato Mendonça e conclui que a maioria dos aspectos que caracterizam o português do Brasil recebeu influência das línguas africanas. Filólogos como Silva Neto (1950), Melo (1946) e Elia (1940) também se debruçaram sobre a questão e concluíram que a influência africana na língua portuguesa não foi tão expressiva quanto acreditavam e defendiam seus antecessores e introduziram no centro da discussão a hipótese da criouliização.

Dos anos 80 do século XX para cá, linguistas norte-americanos como G. Guy (1981) e J. Holm (1987) também tomaram partido em defesa da hipótese da criouliização do português do Brasil. Segundo Bonvini (2008, p. 18), Guy trabalhou a relação entre o português popular do Brasil e o português padrão, concluindo que “essas distinções não se devem a uma evolução linguística natural, mas mostram um processo de criouliização ocorrido no passado, deixando, entretanto, traços no presente”. John Holm, por sua vez, “apoiando-se sua análise em dados comparativos de diferentes crioulos de base ibérica, considera o português do Brasil um semicrioulo”.

Entre as questões levantadas no campo léxico em análise cabe também um espaço para a questão da consolidação da língua portuguesa e da nomenclatura a ela atribuída. Sabe-se que desde a chegada dos portugueses (1500), a língua portuguesa foi, gradativamente, sendo difundida. Assim, do contato entre portugueses e indígenas nasceu a *língua* geral, usada inicialmente em situações específicas de fala, mas que aos poucos conquistou terreno entre os próprios habitantes que nasceram no Brasil, passando a ser língua utilizada no cotidiano em várias regiões da nova Colônia portuguesa.

Nos textos da base de dados do projeto DHPB, lidos para esta pesquisa, identificamos as seguintes designações para a *língua portuguesa*: língua do país, língua do Brasil, língua dos padres, língua brasílica.

(...) as religiões, por seguirem a sua destinação, se dão à grande pena de fazer aprender aos religiosos, depois de saírem das aulas, a tal língua da

moda geral, e perguntando eu a alguns para que era êste trabalho, me responderam que eram a isso obrigados como missionários, porque assim o mandava um Breve de Alexandre 7.º;^ ao que lhes respondi que o Breve era para os missionários que iam pregar o evangelho às regiões aonde era preciso estabelecer-se e falar a *língua do país* para poderem fazer fruto com a sua missão, mas não no sistema presente, em que aos mestres e aos discípulos lhes era preciso, para se entenderem, largar cada um a língua materna para se comunicarem em uma gíria inventada para confusão e total separação dos homens e em notório prejuízo da sociedade humana.

(FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO (1963) [1751], 1.ª CARTA - DE F.X.M.F. PARA O IRMÃO SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO, NA QUAL TRATA DOS LIMITES E DA EXTENSÃO DO ESTADO DO GRÃO PARÁ E MARANHÃO; DO REGIMENTO DAS MISSÕES, DAS RELIGIÕES, ISTO É, DAS COMUNIDADES RELIGIOSAS ALI EXISTENTES; DAS RELAÇÕES ENTRE OS REGULARES DA COMPANHIA DE JESUS COM OS ÍNDIOS; COM OS COLONOS E COM O PRÓPRIO ESTADO. PARÁ, 21 DE NOVEMBRO DE 1751 () [word count] [A00\_0306]).

.....  
 (...) aqui se receberam logo à Companhia o irmão Pedro Corrêa e o irmão Manuel de Chaves, homens antigos na terra e língua, e com ajuda dêles se começou a ensinar a doutrina na *língua do Brasil* aos mamelucos e mamelucas, filhos dos portugueses e aos escravos da terra, que havia muitos, com que começou de haver alguma luz no Brasil pelas muitas pregações que o irmão Corrêa lhes fazia em sua língua.  
 (JOSÉ DE ANCHIETA (1964) [1584], INFORMAÇÃO DO BRASIL E DE SUAS CAPITANIAS () [word count] [A00\_0079]).  
 .....

(...) a confissão da gente da terra, que não sabia falar a *língua dos padres*, foi objeto de dúvida, que o padre Manuel da Nóbrega, em carta da Bahia, depois de 15 de agosto de 1552, ao padre-mestre Simão, submeteu à disputa no Colégio de Coimbra, pedindo o parecer dos principais letrados da Universidade

(PADRE FERNÃO CARDIM (1980) [1583] [A00], III - INFORMAÇÃO DA MISSÃO DO P. CHRISTOVÃO GOUVÊA ÀS PARTES DO BRASIL - ANNO DE 83, - OU NARRATIVA EPISTOLAR DE UMA VIAGEM E MISSÃO JESUÍTICA.. () [word count\_0751]).  
 .....

(...) debaixo da ramada se representou pelos índios um dialogo pastoril, em *língua brasilica, portugueza*

(PADRE FERNÃO CARDIM (1980) [1583], III - INFORMAÇÃO DA MISSÃO DO P. CHRISTOVÃO GOUVÊA ÀS PARTES DO BRASIL - ANNO DE 83, - OU NARRATIVA EPISTOLAR DE UMA VIAGEM E MISSÃO JESUÍTICA.. () [word count] [A00\_0751]).

Vale ressaltar que a questão da língua no Brasil tem suas raízes na profunda separação entre língua escrita e língua falada, haja vista a falta de interesse, por parte da

metrópole, em implantar uma política cultural e educacional abrangente na Colônia. A implantação do ensino da língua portuguesa no Brasil buscou cultivar os padrões de língua escrita vigentes em Portugal, acentuando o contraste entre a língua portuguesa falada por uma elite situada nos principais centros urbanos e a de base oral, utilizada pela população rural, analfabeta e pela maioria da população das cidades, que não tinha acesso à escola.

## **CAMPO LÉXICO II**

### **TIPOS HUMANOS - PAPÉIS SOCIAIS**

Cabe ressaltar que a expressão **papéis sociais** está sendo tomada aqui como o conjunto de posições sociais desempenhadas (livre ou obrigatoriamente) por trabalhadores em dada sociedade. No âmbito dos dados catalogados para este estudo, esse campo reuniu 14 unidades lexicais:

- crioulo escravo
- negro escravo
- mulato valente
- mulato forro
- mulato rebelado
- mulato manhoso
- forrar mulatas
- mulatas de mau viver
- pardo escravo
- homem pardo livre
- pardo forro
- mameluco matador
- cafuzo
- peça

Para melhor compreensão da estrutura hierárquica dos papéis sociais ocupados pelas diferentes categorias de escravos, elaboramos a figura apresentada na sequência com o objetivo de visualizar a estratificação de classes entre os escravos, vivenciada por índios e negros no Brasil Colônia:

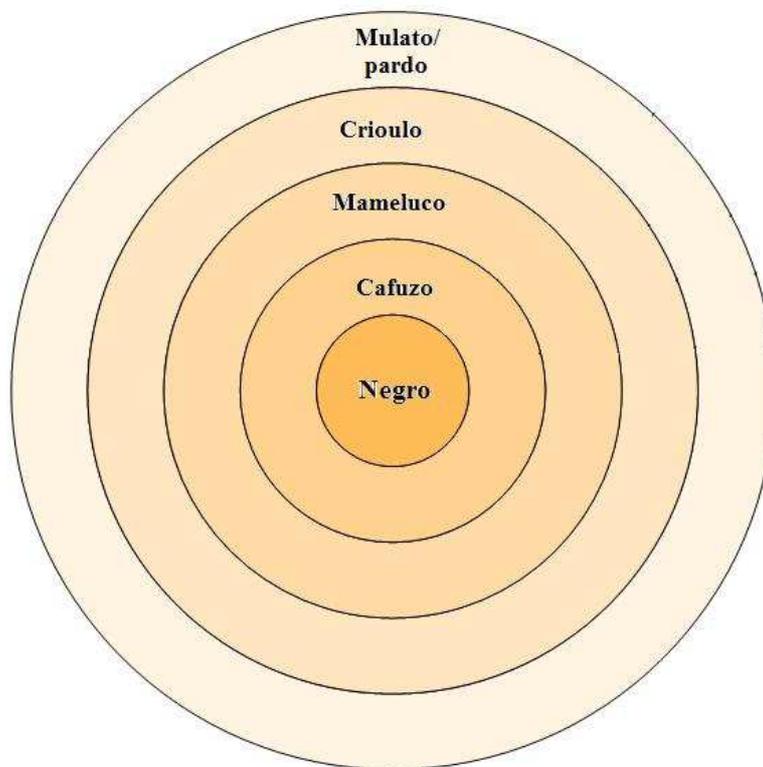


Figura IV: Estratificação social dos escravos - Brasil Colônia

Assim, na figura os escravos negros ocupam o centro da atividade escravagista, pois foi justamente para isso que centenas e milhares deles foram importados do Continente Africano pela Administração colonial. O item lexical *negro escravo* designava os indivíduos originários de várias regiões do continente africano que eram considerados as “mãos e os pés do senhor de engenho, pois sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente” (ANTONIL, 1982, p.89).

A unidade léxica *peça* também traduz, de forma bastante real, o tratamento dispensado ao negro escravo no Brasil Colônia que, a exemplo dos animais, era tratado e comercializado como “peças”. O trecho da obra de Antonil (1982, p. 89) bem ilustra o exposto:

por isso, é necessário comprar cada ano algumas peças e reparti-las pelos partidos, roças, serrarias e barcas. E porque comumente são de nações diversas, e uns mais boçais que outros e de força muito diferentes, se há de fazer a repartição com reparo e escolha, e não às cegas.

[...]

uns chegam ao Brasil muito *rudes e muito fechados* e assim continuam por toda a vida. Outros, em poucos anos saem *ladinos e espertos*, assim

para aprenderem a doutrina cristã, como para buscarem modo de passar a vida.

A unidade lexical *peças* é usada com tamanha naturalidade, a ponto de conotar quase literalmente uma ferramenta, um instrumento bruto para o trabalho, objeto, como ilustram os trechos a seguir:

... no Brasil costumam dizer que para o escravo são necessários três PPP, a saber, pau, pão e pano;  
Há anos em que pela muita mortalidade dos *escravos, cavalos, éguas e bois*, ou pelo pouco rendimento da cana, não podem os senhores de engenho chegar a dar a satisfação inteira do que prometeram (ANTONIL, 1982, p. 91; 96).

Do primeiro excerto de Antonil depreende-se que a vida do escravo resumia-se primeiramente a castigos, em segundo lugar a alimento e, por último, a vestimentas. Os senhores, dependendo da postura do escravo, não hesitavam em suprimir os dois últimos elementos. Já no segundo, percebe-se o nivelamento entre seres humanos e animais.

No outro nível da figura situam-se os *cafuzos*, “mestiços de negro e índio” (FERREIRA, 2004). Esses carregavam consigo o estigma de pertencerem, segundo a visão colonizadora, a duas etnias inferiores, recebendo, portanto, tratamento semelhante ao dispensado aos escravos negros. Vejamos um exemplo em que há a comparação explícita de direitos entre um cafuzo e um branco:

estando o Padre Antão Gonçalves acudindo com grande zelo ás aldêas de sua obrigação, e atalhando os amancebamentos que nellas achava, aconteceu que um *cafuz*, servo do capitão-mór, foi achado andar amigado com uma india da aldêa da residencia, e que vinha de noite ter com ella ás escondidas, e como o capitão-mór ficou com o padre em uma cousa e depois obrara outra, mandou-lhe elle um escriptinho de queixa, em que metteu tambem o desmancho de seu escravo, que vinha á sua aldêa de noite ter com uma india, «sendo que até aos brancos» estava prohibido de chegarem ás aldêas dos indios sem licença e muito mais aos cafuzes, como era o seu escravo,  
(PADRE. JOÃO FELIPPE BETENDORF (1910) [1699], CAPITULO 15 - ACUDO Á ALDEA DOS GUAJAJARAS NO MARCÚ E REMEDEIO A UM DESGOSTO DO CAPITÃO-MOR DO TAPECORÚ, NO MARANHÃO () [word count] [A00\_0548]).

Nesse caso, o documento registra a não autorização concedida ao *cafuzo* para visitar a sua companheira, haja vista que ‘até aos brancos’ o direito de entrar na aldeia havia sido negado.

Já o terceiro grupo da estratificação é formado pelos *mamelucos*, “filho de índio com branco” (FERREIRA, 2004). Os *mamelucos*, ao contrário dos *cafuzos*, contavam com descendência branca e eram, muitas vezes, caracterizados pela força, valentia, bravura e coragem indígena:

estava com os Guanazes um mameluco chamado Mosqueira, escravo fugido de Domingos Angra, homem nobre e abonado da cidade de S. Luiz e sobrinho do Padre João Madeira, da provincia de Portugal, o qual com sua valentia, sem mais armas que sua espingarda e faca, tinha ganho tanto sobre os animos delles que, matando o filho do principal dos Guanazes, sentiu esse tanto sua morte que, para o acompanhar na outra vida, mandou a seus vassallos que lhe dessem garrote, como logo fizeram, obedecendo a seu mandado, sem haver quem se atrevesse a dizer uma só palavra ao *mameluco* Mosqueira, o matador.

(PADRE. JOÃO FELIPPE BETENDORF (1910) [1699], \_ () [word count] [A00\_0543]).

Já *crioulo* nomeava o escravo nascido no continente americano que, nas relações internas da comunidade escrava, era mais aceito que o escravo africano, conseguindo com menos dificuldade a liberdade, isso pelo fato de não ter nascido em outro continente (o africano) e, conseqüentemente, não ter sido exportado na condição de escravo, como atestam as palavras de Antonil: “os que nasceram no Brasil [...] dão boa conta de si, e levando bom cativo, qualquer deles vale por quatro boçais” (ANTONIL, 1982, p.89). O *crioulo forro*, por exemplo, possuía bons cargos e certo grau de autoridade:

João Martins *crioulo forro*, natural do Recife, e sargento mor do Terço dos Henriques, serviu na guerra do Palmar com tanto valor e capacidade, que o governador, e capitão general Ayres de Souza de Castro o mandou tratar concertos de paz com Zumby príncipe.

(FR. DOMINGOS DE LORETO COUTO (1904) [1757], LIVRO SEXTO - PERNAMBUCO ILLUSTRADO PELAS ARMAS () [word count] [A00\_0823]).

*Mulato e pardo*, por sua vez, eram lexias que designavam o mestiço de branco e negro que tinha privilégios especiais na sociedade colonial. Analisemos o relato de Antonil (1982, p.89):

melhores ainda são, para qualquer ofício, «os mulatos»; porém, muitos deles, usando mal do favor dos senhores, são soberbos e viciosos, e prezam-se de valentes, aparelhados para qualquer desaforo. E, contudo, eles e elas da mesma cor, ordinariamente levam no Brasil a melhor sorte; porque, com aquela parte de sangue de brancos que têm nas veias e, talvez, dos seus mesmos senhores, os enfeitam de tal maneira, que alguns tudo

lhes sofrem, tudo lhes perdoam; e parece que se não atrevem a repreendê-los: antes, todos os mimos são seus.

Nota-se que a parcela de sangue de branco nas veias funcionava como elemento positivamente diferenciador no tratamento dispensado ao *mulato* no âmbito do grupo, somando-se a isso o fato de alguns deles serem filhos de escravas com os próprios senhores de engenho. Segundo Ribeiro (1995, p.223), os *mulatos* só progrediam socialmente à medida que negavam a sua negritude.

A análise do campo léxico **tipos humanos - papéis sociais** ilustrou a imposição hierárquica existente entre o próprio grupo de escravos, provocando uma gradação em termos de trabalho/tratamento entre escravos africanos, crioulos e mulatos.

### CAMPO LÉXICO III

#### 3. DESIGNAÇÕES ATRIBUÍDAS - FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO

- escravo cativo
- escravo fugido
- escravo sonogado
- escravo doente
- escravo boçal
- escravo miserável
- miserável escravo
- vil escravo
- escravo de enxada e fouce
- ignorantes em sumo grau
- escrava desonesta
- escrava de serviço
- servo
- servo de cadeia
- criado e reverente súbdito
- escravo de estimação
- escravo livre
- escravo ladino
- obediente servo
- escrava de leite
- negro fugitivo
- negro doente
- negro boçal
- negro ladrão
- negro matador

- negra calcanha
- preta escrava
- negro experimentado
- negro mestre
- negro bem feito
- negro bom mateiro
- negro robusto
- negra ladina
- preto doente
- preto rústico
- preto de Guiné
- preto mina
- homem preto
- mulher preta
- preto cristão
- preto bom
- preto forro
- preta forra
- criança preta
- preto escravo da casa
- preto rústico, escravo e ignorante
- gente preta
- Vitório Zagallo Preto

Antes da apresentação da análise das lexias específicas desse campo léxico, teceremos algumas considerações sobre a prática da escravidão na história da humanidade. Desde os tempos mais antigos homens escravizavam outros homens que não eram vistos como seus semelhantes, mas sim como inimigos ou inferiores. As maiores fontes de escravos sempre foram as guerras, com os prisioneiros sendo postos a trabalhar ou sendo vendidos pelos vencedores. Caldas Aulete (1980) muito bem contextualiza essa questão. Para ele,

foi durante séculos aceita e praticada, mesmo em civilizações consideradas de alto nível cultural e humanístico. Eram arrebanhados como escravos os prisioneiros de guerra, estrangeiros conquistados, devedores insolventes e suas famílias. A escravidão foi praticada entre sumérios, assírios, egípcios, gregos e romanos, indianos, chineses e muitos outros. Estendeu-se por toda a Idade Média e início da era mercantilista, quando o comércio de escravos recrudescer como atividade econômica. O descobrimento e a colonização da América reuniu dois fatores: a necessidade de imenso trabalho braçal na colonização, exploração de riquezas e agricultura, e a presença das populações nativas,

candidatas naturais à escravização. Mas sua grande resistência a esse processo obrigou os colonizadores das três Américas a trazerem escravos negros da África.

Após os colonizadores portugueses importarem escravos negros do Continente Africano, essa atividade esteve na base da sociedade brasileira durante mais de trezentos anos (séculos XVI, XVII e XVIII). Segundo Melo e Souza (2005, p. 81), no que diz respeito à escravidão, além da importância econômica, montou-se, também, um sistema de justificação e de legitimação da escravização de seres humanos. Assim, teólogos e juristas argumentaram durante séculos a favor ou contra o trabalho escravo, mostrando por que a sua existência se justificava ou não.

Para este trabalho, no processo de construção do *corpus*, verificamos que *negro*, *preto* e *escravo* constituem lexias com o mesmo ou semelhante peso semântico nos tratamentos e registros feitos sobre os escravos no âmbito do Brasil Colônia. No que tange a esse ponto, Prado Júnior (1994, p. 274) muito bem esclarece:

(...) o negro ou mulato escuro, este não podia abrigar quaisquer esperanças, por melhores que fossem suas aptidões: inscrevia-se nele, indelevelmente, o estigma de uma raça que à força de se manter nos ínfimos degraus da escala social, acabou confundindo-se com eles. “«Negro»” ou “«preto»” são na colônia, e sê-lo-ão ainda por muito tempo, termos pejorativos; empregam-se até como sinônimos de “«escravo».” E o indivíduo daquela cor, mesmo quando não o é, trata-se como tal.

Iniciemos esta análise pelo item lexical *escravo*, que nomeia, genericamente, “aquele que nasce cativo ou foi vendido debaixo do poder de um senhor” (BLUTEAU, 1712-1728). Lopes (2004, p. 258), traça o seguinte perfil dos escravos africanos que chegavam ao Brasil:

idade entre 15 e 35 anos, majoritariamente próximo dos 20; prisioneiro de guerra ou vítima de sequestro; sobrevivente à travessia do Atlântico, numa viagem em que morriam de 15 a 20 por cento dos embarcados, integrante de um contingente de pessoas em que 2/3 eram do sexo masculino.

Em termos específicos, mais precisamente neste estudo, veremos nove lexias formadas com o termo escravo, a saber: *escravo cativo*, *escravo sonogado*, *escravo doente*, *escravo de enxada e fouce*, *escravo boçal*, *preto escravo da casa*, *escravo miserável*, *miserável escravo*, *vil escravo*, *escravo fugido*, *preto doente*.

A lexia *escravo cativo* designava o escravo em condição de cativo, prisioneiro. Nota-se em *escravo cativo* a presença de certa redundância, pois, a carga semântica do termo *escravo* já seria suficientemente forte, não carecendo assim do termo reforçador *cativo*. A junção dos dois termos produz um efeito semântico que confere à lexia o estatuto de *palavra-testemunha* da época. Por não gozar de nenhum tipo de liberdade, passa por fortes sofrimentos, sobretudo físico. Vejamos o excerto: “serão prezos, executados nas ditas penas Corporaes, epecuniarias, e sendo comprihendido em vender, ou fazer o dito vinho de mel algum *escravo cativo*, será açoitado, e seo Senhor pagará apena pecuniaria, e degredo pelo consentir, e permitir” (RUI CARVALHO PINHEIRO (1944) [1635], [A00\_1374]).

Já a lexia *escravo doente* nomeava o escravo sem valor comercial, imprestável. Lopes (2004, p. 259) explicita que uma prática recorrente no Brasil Colônia era o assassinato de escravos inválidos, por velhice ou doença, pois, tornando-se imprestável, o escravo negro era considerado uma sobrecarga no orçamento do dono, o que muitas vezes não hesitava em eliminá-lo, como faria com um animal. A recorrência desse tratamento visava a evitar o abandono do escravo em prisões públicas, cujo resgate implicaria em significativo prejuízo ao proprietário.

Outro ponto a ser considerado é a estreita relação semântica entre as lexias *escravo cativo* e *preto forro/preta forra*, gerando uma relação antonímica, já que *cativo* significa preso e *forro* tem sentido inverso: “liberto da escravidão, livre, desobrigado” (CALDAS AULETE, 1980). Segundo o *corpus*, a identificação era muito necessária: “20 Jofé, de 13. annos, efcravo de Francifco Jofé, **Preto forro**, com huma diabetica entrou nos banhos: não eflá de todo são , mas pelos eflfeitos fe conhece que ha de melhorar”. (desconhecido (1749) [1749], PRODIGIOSA LAGOA DESCUBERTA NAS CONGONHAS DAS MINAS DE SABARÁ, QUE TEM CURADO A VARIAS PESSOAS DOS ACHAQUES, QUE NESTA RELAÇÃO SE EXPÕEM () [word count] [B00\_0023]).

Já a relação semântica entre as lexias *preto forro* e *escravo livre*, no contexto em estudo, gera uma relação sinonímica, uma vez que, no Brasil Colônia a conotação de *forro* e de *livre* agregam semas semelhantes. Em um documento do século XVIII encontramos um relato sobre “os cuidados” necessários no momento de transformar um *escravo cativo* em *escravo forro*, em termos de prejuízos que os senhores de escravos deveriam arcar:

(...) alem de que com muita facilidade se dao' neste Pais' as Liberdades, sem o olharem para o prejuizo que fazem seos credores: por evitar depois tambem nes[ta] parte os litigios: [Aco]rdarao' que Pe[ssoa] nêhua' [passe] carta de Li {M00\_0050 - Fol.11,.N} (Doc.20) De Liberdade a escravos [danificado] [sem licença da Camera expon]do-lhe a verdade das causas porque faz [danificado] [o *escravo livre*, o que] Será examinado pello Juis de fora presidente, e quem o contrario fizer pagará com trinta Dias de Cadeya e Seis oitauas de ouro de condemnação', e Sempre se procederá âveriguação' das causas porque Se deyxer Direito reservado aos credores que podem Ser prejudicados; e o Tabelliao' fique de acordo em nao' passar daqui em diante carta de Liberdade nas notas Sem se apresentar a dita Licenssa da Camera  
(FRANCISCO CAETANO BORGES [1753], [M00\_0050]).

Para receber bom tratamento na sociedade colonial o *negro* devia se comportar muito bem, mesmo que fosse *escravo livre*. O fato de terem sido, por conquista ou por compra, “recompensados” com a liberdade nem sempre representava a ruptura de antigos vínculos de dependência e de exploração no trabalho.

Na sequência, analisamos o sentido atribuído ao item lexical *escravo sonogado* na sociedade colonial. A escravidão desde os seus primórdios promoveu grandes feiras para compras de produtos – escravos. Em meio à movimentação decorrente do grande número de pessoas – escravos e interessados na compra – muitos senhores se aproveitavam e tentavam, muitas vezes com sucesso, adquirir alguns escravos sem, contudo, efetuar o pagamento pela compra.

Segundo Morais (1813), a lexia *sonogado* significa “furtado, desencaminhado de seus cobradores, encoberto” e, no Brasil Colônia, designava um procedimento freqüente nas relações comerciais, como ilustra o excerto do documento a seguir:

(...) nesta correição, procurará averiguar o \*intendente se houve alguns sonogados, tomando informações ocultas e tirando \*devassa por itens separados de todas as diferentes parcelas da \*capitação, perguntando às testemunhas que lhe parecer, livres ou cativas, e não mandará escrever o dito de todas as que não depuserem coisa alguma. Esta devassa se escreverá em livro rubricado pelo intendente, que todos os dias fará declaração ou pronúncia dos sonogantes, // pondo a data do dia por extenso e dando vista ao fiscal para requerer contra eles. E fará pôr em lugar público as listas dos escravos, Vendas, \*lojas e \*ofícios de cada arraial ou freguesia para que todos saibam se houve algum sonogado e o possam denunciar. 20 Sendo suspeita que poderá haver algum *escravo sonogado*, mandará vir perante si o dono com todos os escravos e \*bilhetes, e lhes passarão mostra declarando a todos os nomes e

sobrenomes dos que se acham \*matriculados, e explicando-lhes que, denunciando algum \*conservo que ficasse sonegado, ficam livres. Para esta diligência, procurará ir às mesmas lavras e roças, e não os chamando de maior distância que uma \*légua para lhe dar expedição no mesmo dia, porque fazendo-os vir de mais longe ou dilatando-os mais tempo, além de vexação das partes, se dava tempo aos donos para sugestões e cautelas (CAETANO DA COSTA MATOSO/ GOMES FREIRE DE ANDRADE (1999) [1749 [A00\_0970]).

Pelo registro, percebe-se que a fiscalização era levada a sério, envolvendo testemunhas e profissionais como fiscal, escrivão, tesoureiro e procuradores das fazendas para fazerem cumprir as leis específicas aplicadas aos senhores de *escravos sonegados*.

Já a lexia *escravo de enxada e fouce* designava o escravo que trabalhava arduamente na lavoura, atuando no cultivo, na limpeza, no cuidado e no corte da cana-de-açúcar, permanecendo, em razão disso, por muito tempo nos canaviais e no engenho (ANTONIL, 1982, p. 75). *Escravo de enxada e fouce* nomeava o profissional forte e com condições físicas para o trabalho pesado, como lavrar a terra, cultivá-la e limpá-la, ações que o *escravo negro* denominado doente não podia realizar e nem o *preto escravo da casa*. As lexias *escravo doente*, *preto doente* e *negro doente* nomeavam, antes de tudo, o escravo sem valor comercial, sendo, com isso, renegado e, por vezes, até execrado do convívio com a comunidade.

*Escravo boçal* e *negro boçal* são outras lexias que evidenciam valoração altamente depreciativa, dado o valor semântico de *boçal*: “aquele que é desprovido de inteligência, sensibilidade, sentimentos humanos, besta, estúpido, tapado” (HOUAISS, 2001). Antonil (1982, p. 85) destaca o prejuízo nos canaviais decorrente do desleixo dos *negros boçais*: “e esteja muito atento que se não pegue fogo nos canaviais por descuido dos negros *boçais* que às vezes deixam ao vento o tição de fogo que levaram consigo para usarem do cachimbo”.

A lexia *escravo boçal* nomeava ainda o escravo ignorante, que não possuía domínio da língua portuguesa, tendo, assim, mais dificuldade de comunicação com os seus senhores. Em sentido semelhante a *boçal*, temos o registro da lexia *preto rústico*. Segundo Caldas Aulete (1980), *rústico* significa: “Fig. Pej. Cujo comportamento é grosseiro. Indelicado; aquele que é inculto e sem arte”. Outra lexia que possui uma carga semântica intensificadora de depreciação é *preto rústico escravo e ignorante*:

272 P. que se o Embg.e nunca ouvio falar em levante, nem vio escrever esse papel de regulamento appenso ás perguntas do co-reo seu mestre João de Deos, pois que cozia na porta da rua, e nem sabe, ou conhece o perigo dele, por ser hum **PRETO RÚSTICO, ESCRAVO E IGNORANTE**, que por isso não era chamado p.a couza alguma, segue-se que está izento de toda a culpa, por não haver prova sufficiente, de que ele fosse principal tratador, confederado, ou sabedor, ficando por tudo lugar de se mandar em paz servir á suas senhoras.  
(desconhecido (1931) [1798], () [word count] [A00\_2263]. A INCONFIDENCIA DA BAHIA EM 1798 - DEVASSAS E SEQUESTROS (CONCLUSÃO)

Já o escravo esperto, instruído e com facilidade para a aprendizagem da língua dos portugueses recebia a denominação de *ladino*: “uns chegam ao Brasil muito rudes e muito fechados e assim continuam por toda a vida. Outros, em poucos anos saem *ladinos e espertos*, assim para aprenderem a doutrina cristã, como para buscarem modo de passar a vida” (ANTONIL, 1982, p. 89).

Houaiss (2001) classifica a lexia *ladino* como regionalismo do Brasil: “dizia-se do índio ou do escravo negro que já apresentava certo grau de aculturação”, o que de fato acontecia, a partir do momento em que o escravo era forçado a aprender e a utilizar uma língua diferente e, principalmente, por ter de, à força, abandonar a sua língua materna, elemento expressivo da cultura de um povo.

Já em *miserável escravo e escravo miserável* temos, na primeira lexia, a formação morfológica adjetivo + substantivo e na segunda substantivo + adjetivo. Em *miserável escravo* é como se além de “muito pobre, digno de compaixão, deplorável” (CALDAS AULETE, 1980), o ser humano ainda fosse escravo. Já na segunda lexia o simples fato de nascer ou ter adquirido a condição de escravo levava, quase automaticamente, à miserabilidade.

A lexia *vil escravo*, por sua vez, aparece num documento onde são enaltecidas as qualidades de um padre, sendo uma delas a de tratar com educação e benignidade ‘até’ um *vil escravo*:

Não era este Padre applaudido pela razão somente de ser muito douto, mas por que as suas letras andavão germanadas as prendas, e virtudes de Religioso perfeito, era humilde na cõdição, e aspecto ; affavel no trato, e para todos tão benigno, que ao mais *vil escravo* dava confiança para recorrer a elle quando necessitava do seu amparo, ou concelho (FREI DOMINGOS DE LORETO COUTO (1904) [1757], [A00\_0667]).

Morais (1813) define a unidade lexical *vil* como “oposto a nobre, quer seja fidalgo, cavaleiro ou cidadão honrado. De baixa sorte. De pouca conta. Desprezível, desonroso”.

Muito interessante a presença, no *corpus*, da lexia *ignorantes em sumo grau*. O trecho fala sobre as pequenas marcas que os negros aquilombados deviam receber. O fato é que um dos soldados exagerou na medida e fez uma marca maior que a necessária e os escravos, acostumados com a obediência e respeito, aceitaram, sendo por isso designados de *ignorantes em sumo grau*. Vejamos o trecho:

(...) este costume teve princípio no indiscreto zêlo de um dêstes Cabos de Tropas que se mandavam ao sertão a resgatar ou cativar índios. Não querendo que se lhe trocassem os que pertenciam à Fazenda Real, os mandou marcar a todos, e como êstes povos viram êste exemplo e são ***ignorantes em sumo gráu***, entraram a imitá-lo, excedendo o quanto vai de uma marca a um nome inteiro.  
(FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO (1963) [1752], [A00\_0330]).

O conteúdo semântico da lexia *ignorantes em sumo grau* evidencia claramente a imagem do negro escravo veiculada na sociedade colonial. Aliás, percebe-se, de maneira geral, nos documentos desse período, relativos à escravidão, a premente necessidade de enfoque depreciativo seja por meio do uso de termos assumidamente depreciativos sobre os escravos, como por exemplo, *preto rústico*, seja por lexias isoladamente neutras, mas que, no contexto, assumem uma carga semântica não valorativa, como em *homem preto cristão*, *mulher preta*, *gente preta*. No caso, o encurtamento da lexia para *homem cristão*, por exemplo, não afetaria substancialmente o sentido atribuído, no entanto, a cor, o ofício, a etnia acabam por ficar, literalmente, no meio da expressão, intensificando a condição de escravo do ser humano.

No caso da unidade léxica *preto rústico*, o destaque negativo é maior, a começar pelo sentido da lexia rústico: “sem erudição, ignorante, inculto. Uso pej. sem civilidade ou polidez, pouco educado, incivil, impolido, rude” (Morais,1813).

Lexias que nomeavam atitudes de “quebra” de alguns dos mandamentos bíblicos, por parte dos escravos negros, também eram recorrentes no Brasil Colônia como ocorre em: *negro matador* e *negro ladrão*: “Cartas de Minas Gerais asosedido na cobrança das 1.600/8 q. se nos devem neste cartorio novidades q. dou a VM. desta terra, he q. se alevantou o

pouvo de hum araal chamado das Congonhas para darem morte a hum *negro ladrão e matador*” (FRANCO DA CRUZ (1973) [1727],[A00\_0442]). Notamos que a pena para o negro denominado *ladrão e matador* não podia ser outra, a não ser a morte.

A morte não se constituía castigo somente para os ladrões e matadores. O mesmo se aplicava aos *negros fugidos*, como atesta o excerto a seguir:

no ano de 1735 ordenou o \* governador, que então era o conde das Galveias, que por ver as Minas muito \*sopeadas e vexadíssimas dos *negros fugidos* que se ajuntassem as pessoas de melhor nome e mais antigos na governança para assentarem no melhor modo para se dar remédio para não haver *negros fugidos*. E, ajuntando-se, votou João Gonçalves Batista e Tomé Ferreira e outros que se devia cortar a mão direita a todo o negro que fugisse (...) votos e propondo ao Conselho Real, resolveram em conselho que a todo o negro que fugisse se lhe cortasse um, digo, primeiro fosse marcado nas costas; segunda vez, se lhe cortasse uma orelha; e terceira, \*morte natural para sempre (desconhecido [n.d.] [A00\_0977]).

A fuga dos escravos negros influenciava direta e negativamente nos lucros normalmente obtidos. Assim, cortar as mãos, as orelhas, marcar as costas e, finalmente, a “morte natural” eram saídas cabíveis, principalmente, a título de exemplo para os possíveis futuros fugitivos.

Na sequência da análise do campo **povos alóctones** selecionamos a lexia *mercadoria* que, a exemplo da lexia *peças*, também denotava objeto, coisa, vinculados ao comércio. A unidade lexical *mercadoria*, no contexto em estudo, designava o grupo de escravos, cada vez mais crescente nas indústrias coloniais:

Não cuido que nos desviamos de nossa prática (que é tratar sòmente das grandezas do Brasil) com nos meter em dar definição à matéria que tendes proposta; porquanto neste Brasil se há criado um novo Guiné, com a grande multidão de escravos vindos dela, que nêle se acham; em tanto que, em algumas das Capitânicas há mais dêles que dos naturais da terra, e todos os homens que nêle vivem têm metida quase tôda sua fazenda em semelhante *mercadoria*. Pelo que, havendo no Brasil tanta gente desta côr preta e cabelo retorcido, não nos desviamos de nossa prática em tratar dela (AMBRÓSIO FERNANDES BRANDÃO (1966) [1618]).

Esse fragmento transcrito está incluso no documento “Diálogos das grandezas do Brasil”, de Ambrósio Fernandes Brandão, produzido no século XVII. Acrescente-se que a lexia *mercadoria*, no sentido de peça de escravo expressa uma das, se não for a maior

riqueza brasileira do período colonial, constatação entristecedora pelo teor desumano vivenciado pelos negros em condições de escravo por mais de três séculos.

Passemos agora às unidades léxicas consideradas de cunho valorativo, referentes aos *povos alóctones*, embora o caminho percorrido pelo escravo até chegar a determinadas formas de tratamento de valorização tenha sido, na maioria das vezes, construído a custo de muito sofrimento, dor e depreciação, como o foco deste trabalho é a palavra, o vocabulário, vejamos o conjunto de lexias que denotam valorização: *negro experimentado*, *negro mestre*, *negro robusto* *negro bom mateiro*, *negro bem feito*, *valoroso negro*, *preto bom*, *escravo de estimação*, *eunuco*. Vejamos um exemplo:

mandey hum **preto bom** com toda a ligeireza á Villa do Ouro preto, e trazendo-mo, molhey logo hum pincel de pano em hum páozinho no dito espirito, e mandey, que com elle me tocall'em a chaga muyto bem, ainda que chegall'e ás partes fans, e fazendo-l'e all'im, logo fiquey com menos dor; tornando a tocar pelo mefimo modo dalli a duas horas, foy coufa como de milagre; porque dahi por diante não lancey mais caldo pelos narizes, e pude tomar quatro xaropes preparantes, que mandey buscar á botica, comey huma purga de pirolas de rezina de batata, e duas de jalapa, defcanfando os dias entre meyo dellas, que foraõ neccell'arios.

(LUIS GOMES FERREIRA (1735) [1735], DOS SEGREDOS, OU REMEDIOS PARTICULARES, QUE O AUTOR FAZ MANIFELOS PARA UTILIDADE DO BEM COMMUM.. () [word count] [B00\_0034]).

As unidades léxicas *negro experimentado*, *negro mestre* e *negro robusto* nomeiam os escravos experientes no cultivo do tabaco: “botar a cappa á corda, para que fique bem redonda, he obra de *Negro experimentado*”; “capar a planta já crecida, isto he, tirarlhe o olho, ou grello na ponta da haftia; he officio de *Negros Mestres*; o que anda com a Roda, ou Engenho de torcer, ha de fer *Negro robusto*” (ANDRÉ JOÃO ANTONIL (1711) [1711]).

Já o item lexical eunuco nomeava o escravo castrado que por esse motivo tinha alto valor nas relações de compra e venda de escravos. Segundo Melo e Souza (2005, p. 87),

muitas vezes os eunucos eram também conselheiros dos chefes, que acreditavam na sua fidelidade excepcional. A maioria dos eunucos vinha do Sudão central, havendo povos que dominavam conhecimentos especiais relativos a técnicas de castração que minimizavam a porcentagem de mortos em decorrência da mutilação.

Outro qualificativo apreciativo é evidenciado pela lexia *escravo de estimação*. Esse item lexical designava o escravo que, por apresentar bom comportamento, no sentido de cumprir suas obrigações sem lamúrias e por não participar de tentativas de fuga, acabava por ganhar a simpatia, estima e respeito dos seus senhores. Para Holanda (2007, p. 55), o escravo não era visto pelo seu senhor apenas como um “manancial de energia” ou como “um carvão humano”, não raras vezes as suas relações trilhavam o caminho da proteção e da solidariedade.

No conjunto do vocabulário catalogado foram identificadas duas lexias que nomeiam grandes grupos de escravos: *escravaria* e *negraria*. Consoante Morais (1813), a lexia *escravaria* configura-se como um substantivo coletivo, na acepção de “multidão de escravos, escravatura”. Acepção semelhante é atribuída à *negraria*: “reunião ou grupo de negros, multidão de negros” (HOUAISS, 2001).

Essas foram, pois, as unidades léxicas a que nos propusemos a analisar neste campo lexical.

## CAMPO LÉXICO IV

### 4. TRATAMENTO RECEBIDO

- pombeiro
- olheiro
- feitor-mor
- capitão-mor
- capitão do mato
- correntes
- peia
- palmatória,
- açoites
- grilhão
- gargalheira
- tronco
- ferro
- algema
- senzalas
- senzala de escravos
- vis senzalas
- pelourinho
- quilombo do Ambrósio
- quilombo dos negros

- carta de alforria
- abolição

Pelo fato de o Brasil ter vivenciado um longo período colonial, longo também foi o período de sofrimentos de toda natureza (fomes, guerras, ausência de saneamento, educação, preconceitos raciais, sociais, entre muitos outros). Em artigo intitulado *A rebeldia negra e a abolição*, Honório Rodrigues (1981, p. 102) faz uma interessante análise sobre a gênese do terrorismo colonial:

meter medo ao gentio, meter medo ao negro, meter medo ao caboclo, meter medo, enfim, a todo povo, foi sempre a política colonial portuguesa. O sistema de terror aos escravos não foi novidade. Foi processo velho para maior sujeição de massas temidas, ainda que temerosas. Tirar o medo aos cristãos, e pô-lo nos gentios, torná-los sujeitos e medrosos foi a psicologia que Manuel da Nóbrega revelou e foi sempre seguida.

Esse tipo de relação firmada sob o estigma do medo norteou grande parte do período colonial, o que resultou num processo contínuo de resistência e rebeldia por parte das vítimas, milhares de negros na condição de escravos. Essa mesma multidão de escravos era quase que permanentemente vigiada por vários ‘profissionais’, como: *pombeiro, olheiro, capitão do mato, capitão-mor e o feitor-mor*, este último, o “braço direito” do dono dos escravos:

devera pois, esta roça ser feita pelo commum da escravatura e responsavel por ella o **Feitor mór** que é o que tudo governa depois do seu dono, o qual devera destinar dois escravos para cuidarem privativamente na roça e vigiar ao mesmo tempo sobre elles para não furtarem parte dos fructos e vendellos; mas que estivessem responsaveis por todo e qualquer prejuizo, ou falta, mas sempre com sua limitação. Não devera a roça do Feitor mór ser a mesma, nem vizinha daquella dos Escravos, por ser quasi infallivel o lucro de hum e prejuizo dos outros.  
(LUIZ DOS SANTOS VILHENA (1921) [1802], CARTA QUINTA: () [word count] [A00\_0407]).

Essas lexias nomeavam os profissionais que se encarregavam, a mando de seus senhores, da prática do genocídio contra milhares de escravos ao longo do período colonial brasileiro. Ferreira (2004) esclarece o teor desse tipo de crime, na acepção registrada para essa lexia:

*genocídio*: crime contra a humanidade, que consiste em, com o intuito de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, cometer contra ele qualquer dos atos seguintes: matar membros seus; causar-lhes grave lesão à integridade física ou mental; submeter o

grupo a condições de vida capazes de o destruir fisicamente, no todo ou em parte.

Além da privação da liberdade e da pesada jornada de trabalho, os escravos africanos eram submetidos a castigos considerados desumanos. Renault (1976, p. 87), citando o etnólogo Artur Ramos (1940), realiza uma classificação dos instrumentos utilizados no castigo dos escravos, dividindo-a em três grupos:

instrumentos de captura e contenção (correntes, gonilha, gargalheira, tronco, viramundo, algemas, peia); instrumentos de suplício (anjinho, bacalhau, palmatória) e instrumentos de aviltamento (gonilha, ferro de marcar, placas de ferro com inscrições).

Com a finalidade de melhor esclarecer o significado dos nomes desses instrumentos, valemo-nos das definições registradas por Houaiss (2001), organizadas no Quadro I, a seguir, cuja organização teve como finalidade uma melhor visualização e comparação do sentido assumido pelas unidades léxicas em questão no contexto do Brasil Colônia, haja vista que 60% dessas unidades integram o *corpus* desta pesquisa.

UNIDADE LÉXICA	DEFINIÇÃO (HOUAISS, 2001)
<b>Corrente</b>	“Série ou cadeia de argolas interligadas, feitas geralmente de ferro suado para cingir, atar fortemente (alguém ou algo)”.
<b>Gonilha</b>	“Aro de ferro que se punha no pescoço de escravos fujões”.
<b>Gargalheira</b>	“Espécie de coleira de ferro ou madeira com três hastes para ganchos acima da cabeça, uma delas para chocalho ou sineta, usada para sujeitar escravos fugitivos. Derivação: sentido figurado: tirania, opressão”.
<b>Tronco</b>	“Pau onde se amarravam escravos pelos pés e/ ou mãos, para castigá-los”.
<b>Viramundo</b>	“Espécie de pesado grilhão de ferro com que se prendiam os pulsos ou os tornozelos dos escravos negros”.
<b>Algema</b>	“Instrumento de ferro, constituído basicamente por duas argolas interligadas, para prender alguém pelos pulsos ou pelos tornozelos”.
<b>Peia</b>	“Corda ou peça de ferro que prende os pés dos animais. Derivação: sentido figurado: aquilo que impede, obstáculo, estorvo, embaraço”.

<b>Anjinho</b>	“Espécie de algema constituída por um anel de ferro com que se prendem os dois polegares dos criminosos presos”.
<b>Bacalhau</b>	“Regionalismo Brasil: Chicote de couro cru, trançado ou retorcido, usado para castigar escravos”.
<b>Palmatória</b>	“Pequena peça circular de madeira com cinco orifícios em cruz e provida de um cabo, usada como instrumento de castigo para bater na palma da mão do castigado”.

Figura V: Unidades lexicais que nomeavam instrumentos de castigo aplicados aos escravos no Brasil Colônia.

Renault (1976, p. 88) classifica o processo de defesa ou de reação do negro também em três esclarecedores grupos: “reação de ordem espiritual (reuniões de caráter religioso, confrarias); reação econômica (irmandades e juntas de alforria) e reação lúdica (jogos, canto, música, festas religiosas, congadas, capoeiras)”. Essas reações dão mostras da organizada resistência exercida pelos escravos, contrariando a propagada ideia de que nada ou pouco fizeram em busca da libertação ao longo do período de escravidão e que o cenário era, muitas vezes, de doçura e de confraternização. A esse respeito, Honório Rodrigues (1981, p. 103), citando Joaquim Nabuco (1883, p. 130), enfatiza:

diz-se que entre nós a escravidão é suave, e os senhores bons. A verdade, porém, é que toda escravidão é a mesma, e quanto à bondade dos senhores esta não passa da resignação dos escravos. Quem se desse ao trabalho de fazer uma estatística dos crimes ou dos escravos ou contra os escravos; quem pudesse abrir um inquérito sobre a escravidão e ouvir as queixas dos que a sofrem, veria que ela no Brasil é tão dura, bárbara e cruel quanto em qualquer outro país da América. Pela sua própria natureza a escravidão é tudo isso e quando deixa de o ser, não o é porque os senhores se tornem melhores, mas, sim, porque os escravos se resignaram completamente á anulação de toda a sua personalidade.

As fugas também constituíam o quadro de resistência dos escravos ao tratamento recebido. As fugas podiam acontecer individual ou coletivamente, por meio de estratégias das mais variadas e sob a principal motivação, que era a de se livrar dos maus tratos. No entanto, Lopes (2004, p. 285) faz uma ressalva, enfatizando o fato de alguns escravos fugitivos retornarem ao domínio de seus donos, mas acompanhados de protetores que negociavam as condições de retorno do escravo ou, pela vontade do fugitivo, que comprassem esse escravo. Esse fato demonstra que muitas vezes os escravos não

almejavam mudar de condição, como geralmente se apregoava, mas apenas almejavam mudar de senhor.

Há de se ressaltar que a má forma de tratamento tinha início já nos navios negreiros, culminando em mortes coletivas e sem assistência:

a viagem marítima dos africanos escravizados em direção às Américas foi sempre um trágico acontecimento. Os espaços em que os grupos de escravos se amontoavam, nos porões dos navios constituíam espécies de prateleiras de menos de 1 metro de altura. Deitados lado a lado, nus e acorrentados, ali mesmo recebiam sua parca alimentação e satisfaziam suas necessidades fisiológicas. A alimentação era, em geral, feijão, farinha, fubá e peixe ou carne, muitas vezes estragados. E a água, quente, suja e racionada, pouco servia para matar a sede. Em face dessas condições, as mortes eram mais que freqüentes e a degenerescência física era regra geral (LOPES, 2004, p. 471).

Outra forma de resistência ao tratamento recebido foi a organização de *quilombos*, palavra de origem africana que significa “esconderijo, aldeia, cidade ou conjunto de povoações em que se abrigavam escravos fugidos” (FERREIRA, 2004). Os *quilombos* eram formados em lugar de difícil acesso e existiram em grande número durante o período da escravidão no Brasil. Neles, os escravos se organizavam política e economicamente. Segundo Honório Rodrigues (1981, p. 105), a fuga de escravos e a consequente formação de *quilombos* provocaram reações enérgicas por parte da política colonial como a instituição do *capitão-mor* que tinha como principal função a prática da crueldade em forma de muito espancamento, mas com o devido cuidado para não matar o escravo, pois, maior era o prêmio pago por um escravo vivo que por um morto.

Os escravos que se refugiavam nos *quilombos* eram combatidos pelos colonizadores que temiam revoltas e desorganização administrativa. Um dos maiores exemplos disso foi a destruição do Quilombo de Palmares, considerado o mais poderoso e organizado:

Palmares estabeleceu-se ao longo do século XVII, chegando a abrigar mais de vinte mil negros fugidos dos engenhos. Em 1694, depois de um longo cerco, o paulista Domingos Jorge Velho, a serviço dos senhores de engenho, invadiu e destruiu Palmares. Muitos de seus habitantes conseguiram fugir e reorganizaram-se sob o comando de Zumbi, continuando a luta contra os brancos (VICENTINO; DORIGO, 2001, p. 111).

Provavelmente nos *quilombos* tenha se desenvolvido um estilo de vida muito semelhante ao da África, como uma forma de retorno às tradições e à cultura, pois os escravos pertenciam a diversas áreas do Continente Africano com características e

costumes peculiares. Soma-se a isso a incorporação de elementos das culturas indígena e branca, pelos escravos, o que resultou em uma mescla que deu origem a novas expressões culturais.

A organização política e de resistência nos quilombos podem ser mais bem entendidas, se interpretadas sob um enfoque antropológico:

Essas comunidades de ex-escravos organizavam-se de diversas formas e tinham proporções e durações muito diferentes. Havia pequenos quilombos compostos de oito homens ou pouco mais; eram praticamente grupos armados. No recesso das matas, fugindo do cativeiro muitas vezes eram recapturados pelos profissionais de caça aos fugitivos. Criou-se para isso uma profissão específica. Em Cuba chamavam-se rancheadores; capitães do mato no Brasil, todos usando táticas mais desumanas de captura e repressão. Em Cuba, por exemplo, os rancheadores tinham como costume o uso de cães amestrados na caça aos escravos negros fugidos. Como podemos ver, a quilombagem foi fruto das contradições estruturais do sistema escravista e refletiam, na sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos (MOURA, 1987, p. 12-13).

Segundo esse mesmo autor, a característica que torna singular o quilombo do período colonial decorre da capacidade organizativa do grupo. Destruídos dezenas de vezes, reapareciam em novos lugares, como verdadeiros focos de defesa contra um inimigo sempre presente, já que após a extinção dos quilombos os escravos persistiam no ideal de liberdade e, para tanto, continuavam a organizar fugas e rebeliões como propostas de transformação da sociedade escravista.

A unidade léxica *alforria* “liberdade dada ao escravo por seu senhor ou por autoridade (esp. mediante documento oficial)” (CALDAS AULETE, 1980) também integra o campo léxico **tratamento recebido**. No Brasil, segundo Lopes (2004, p. 48), o escravo poderia conseguir a *alforria* por meio de quatro maneiras: i) carta concedida ao escravo adulto que comprava ou recebia “gratuitamente” a liberdade, a mais usual; ii) testamento: o escravo passava à condição de cidadão livre somente após a morte de seu proprietário; iii) pia: a libertação ocorria no ato do batismo católico, mediante o pagamento, ao dono do escravo; iv) carta de liberdade condicional, situação em que a autoridade política da Colônia estipulava a libertação do escravo em data determinada, por exemplo, para depois da morte do proprietário.

Em se tratando de tratamentos recebidos, pode-se deduzir que as respostas dos escravos manifestas por meio das fugas, dos quilombos ou até mesmo do suicídio

representaram um processo de resistência permanente com repercussões positivas, não somente em nível racial, mas, sobretudo, social.

## **CAMPO LÉXICO V**

### **5. ASPECTOS ANTROPOCULTURAIS**

- confraria do Rosário
- irmandade dos pretos
- irmandade do Rosário dos Pretos
- irmandade dos pardos
- irmandade do Rosário dos brancos
- acarajé
- abará
- vatapá
- mojanguê
- pé-de-moleque
- mocotó
- cuscuz
- mingau
- pamonha
- canjica
- caruru
- canjica
- papas de milho
- arroz de coco
- feijão de coco
- angu

Considerando cultura como “tudo o que caracteriza uma sociedade qualquer, compreendendo sua linguagem, suas técnicas, artefatos, alimentos, costumes, mitos, padrões estéticos e éticos; conjunto dos valores intelectuais e morais, das tradições e costumes de um povo, nação, lugar ou período específico” (CALDAS AULETE, 1980), podemos dizer que a cultura dos povos alóctones africanos refere-se aos valores inerentes à sociedade africana.

Sabe-se que é praticamente impossível medir o nível exato de influência de uma cultura sobre a outra, bem como discorrer sobre todos os aspectos que englobam a cultura de um povo. Neste estudo, elegemos duas áreas de atuação da cultura africana: a

alimentação e a religião para evidenciar a relação língua/cultura no léxico. Autores como Luis da Câmara Cascudo e Gilberto Freyre deixaram-nos importante legado acerca da culinária no Brasil, com destaque para o uso dos alimentos e suas relações com a religião, como pontos principais para o entendimento da variedade dos povos formadores do Brasil. Do ponto de vista historiográfico, essa questão é um pouco mais séria do que possa parecer, pois

não há dúvida de que o contato cotidiano entre homens de variadas origens, tanto culturais quanto religiosas, produziu resultados muito complexos. Os contatos estabelecidos entre os continentes produziram modificações na culinária de diversos povos. Vindos da África, mesmo que de lá não fossem originários, iriam se popularizar no Brasil o coqueiro, a bananeira, o arroz. Por outro lado, do Brasil para a África foram a mandioca, o milho e o amendoim. (VAINFAS, 2001, p. 152).

Os alimentos oriundos do Brasil foram trabalhados e modificados pelos africanos, “os reais agentes da originalidade culinária da Colônia”, que, além de elaborarem os pratos, tratavam de vendê-los entre a vizinhança:

sahem oito, dez e mais negros a vender pelas ruas, á pregão, as couzas mais insignificantes e vis; como sejam iguarias de diversas qualidades v. g. *mocotós*, isto é, mãos de vacca, carurús, vatapás, mingãos, pamonhas, cangicas; isto é, papas de milho, acassás, acaragés, abarás, arroz de côco, feijão de côco, angús, pão de ló de arroz, o mesmo de milho, roletes de canna, queimados, isto é, rebuçados a 8 por hum vintem, e doces de infinitas qualidades optimos muitos delles pelo seu aceyo, para tomar por vomitórios

LUIZ DOS SANTOS VILHENA (1921) [1802] Carta Terceira [A00\_0406].

Eram comuns, entre os africanos, as refeições dos homens serem realizadas separadas das mulheres, assim como a restrição de alguns alimentos segundo a hierarquia social ou o sexo. A abóbora, por exemplo, era considerada fortificante para as mulheres e alimento fraco para os homens. A quantidade de refeições também era ponto uniforme. Normalmente, faziam-se três refeições, com variação de horário e de conteúdo (VAINFAS, 2001, p. 153).

Percebe-se que fatores de natureza histórica influenciaram a culinária das diferentes regiões brasileiras. Segundo Pinto e Silva (2006, p. 20), no período entre 1500 a 1800, pode-se traçar uma classificação da culinária colonial em quatro etapas: a do litoral açucareiro; a do norte; a dos Bandeirantes que partiam de Vila de São Paulo do Piratininga;

e a quarta, da pecuária. Assim, no litoral do Nordeste há grande influência africana na culinária, com destaque para o *acarajé*, o *vatapá* e o molho de pimenta; no Norte há uma maior influência indígena, no uso da mandioca e de peixes; no Sudeste há pratos diversos como o feijão tropeiro e o angu, ligados aos bandeirantes em Minas Gerais, e a pizza em São Paulo, influência dos imigrantes italianos; e no Sul do país há forte influência da culinária italiana, em pratos como a polenta e também da culinária alemã. O churrasco é típico do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso.

De acordo com Câmara Cascudo (1983, p. 222), o africano na condição de escravo era apresentado a alguns alimentos brasileiros ainda na África. Esses recebiam uma porção de feijão, milho, aipim, farinha de mandioca e peixes utilizados durante o caminho até o Brasil. A base da alimentação escrava não variava de acordo com a função que fosse exercer, nos engenhos, nas minas ou na venda. Essa base era a farinha de mandioca. Ela variava mais em função de seu trabalho ser urbano ou rural e de seu dono ser rico ou pobre.

Prato apreciado no Brasil atualmente, o *cuscuz* era conhecido em Portugal e na África antes da chegada dos portugueses ao Brasil. Surgido no norte da África ele podia ser feito de arroz, de farinha de trigo ou de milho. No Brasil, é por regra, consumido doce, feito com leite e leite de coco, a não ser o cuscuz paulista, consumido com ovos cozidos, cebola, alho, cheiro-verde e outros legumes (CÂMARA CASCUDO, 1983, p. 211).

Outro fator de identidade cultural é a religião, haja vista que as práticas mágico-religiosas são os fenômenos por meio dos quais os homens entram em contato com entidades sobrenaturais, espíritos, deuses e ancestrais. Esse era um componente cultural significativo na vida dos africanos na África que foi transplantado para a vida de seus descendentes no Brasil. No Brasil, um conjunto de práticas e de crenças mágico-religiosas de matriz africana têm origem na religião do candomblé, cujas primeiras referências literárias aparecem no século XIX. Na cultura brasileira, muitos deuses das religiões africanas têm estreita correspondência com os santos católicos, isso porque, no período colonial, quando os negros africanos chegaram ao Brasil, na condição de escravos, foram proibidos de cultuarem suas divindades, pois a religião oficial era o catolicismo. Por causa dessa proibição, os escravos começaram a associar suas divindades aos santos católicos, exercendo, assim, sua fé de maneira disfarçada. Como os santos católicos são bem numerosos, existem divindades que são identificadas com mais de um santo (BASTIDE,

1971, p. 361).

O mesmo autor aborda ainda a questão da morte, outro fenômeno interpretado de forma distinta nas diferentes culturas. As civilizações africanas são muito simbólicas, nas quais os mortos e os vivos constituem uma mesma comunidade e a morte não é considerada senão uma passagem para um estágio superior, ao contrário das civilizações ocidentais, cristãs, caracterizadas pela ruptura, nas quais a morte é associada ao contrário da vida, onde se permite a lembrança piedosa (BASTIDE, 1971, p. 368).

Nesse contexto, cabem aqui algumas considerações sobre a estreita relação entre a instituição Igreja Católica e escravidão, isso porque um dos argumentos usados pela Igreja Católica para justificar a escravidão africana foi a salvação das almas dos cativos por meio da sua conversão ao cristianismo. Segundo Lopes (2004, p. 336), durante a época colonial a sociedade escravocrata pôde contar com o apoio da igreja, que pregava aos cativos as virtudes da resignação e da obediência à ordem estabelecida. Esse apoio já começava no Continente Africano, no porto de embarque, onde os escravos eram batizados coletivamente. O mesmo autor registra que na primeira capital colonial brasileira - Salvador -, as relações entre a Igreja e os traficantes de escravos eram bastante amistosas. Lá eles tinham sua própria irmandade católica e invocavam São José como protetor dos navios nas viagens de ida e volta ao continente africano. Todo esse apoio demonstra a concordância da Igreja com o lucrativo comércio de escravos, e, por extensão, com a escravidão.

Entretanto, na luta pela sobrevivência, papel preponderante assumiram as irmandades ou confrarias frequentadas e dirigidas por africanos em termos culturais e religiosos:

de feição predominantemente laica, as irmandades, além de promoverem o culto a seus patronos celestes, encarregavam-se de prover a mútua assistência entre seus integrantes, tanto no âmbito econômico, procurando resguardá-los com suas famílias da miséria, quanto no espiritual, garantindo-lhes, por ocasião da morte, o acompanhamento ao enterro que a ideia de distinção no Antigo Regime exigia, além do cumprimento das providências necessárias à salvação de suas almas. Ocupavam-se, ainda, da benemerência pública, prestando assistência a doentes, presos e desamparados (VAINFAS, 2001).

As *confrarias* e as *irmandades* assumiam semelhantes formas de organização e de atuação. Caldas Aulete (1980) registra a seguinte acepção para essas lexias: *confraria*: “1. sociedade ou associação de pessoas leigas, para fins religiosos ou ligados à religião

(caridade, prestação de assistência etc.); CONGREGAÇÃO; IRMANDADE” .2 associação ou conjunto de pessoas que têm os mesmos interesses e objetivos”. *Irmandade*: “1. Confraria religiosa. 2. Reunião de pessoas em torno de um mesmo objetivo”.

No âmbito do Brasil Colônia, as *irmandades* de Nossa Senhora do Rosário ganharam destaque como as mais frequentadas entre a população negra: “Outra capela é de *Nossa Senhora do Rosário*, // pertencente aos pretos, como já se disse; tem seu \*capelão e \**irmandade dos pretos*” (CAETANO DA COSTA MATOSO (1999) [1749], 10 - [INFORMAÇÃO DAS ANTIGUIDADES DA CIDADE MARIANA] () [word count] [A00\_0967]).

há nesta Capitania grande escravaria asi de Guiné como da terra. Tem huma *Confraria do Rosairo* . Digo-lhe missa todos os domingos e festas. Andão tam bem ordenados que hé para louvar a Deus Nosso Senhor. Muyta aventagem fazem os da terra aos de Guiné. Fiz procissão com elles todos os domingos da Quaresma, e entre homens e molheres serião perto de mil almas, afora muytos que ficão nas fazendas, não entrando nella os brancos porque mais à tarde fazião os brancos a sua ; e o que hia da huma à outra

(P. ANTÓNIO PIRES (1956) [1552], CARTA DO P. ANTÓNIO PIRES AOS PADRES E IRMÃOS DE COIMBRA, PERNAMBUCO 4 DE JUNHO 1552 () [word count] [A00\_0006]).

E entre a população parda:

logo immediata fe via a *Irmandade dos Pardos* da Capella do Senhor São Joseph, em larga distancia numerosa coberta de opas de feda branca. No meyo della hia o andor do feu Padroeiro ornado de feda encarnada , galoens , e franjas de ouro , varias flores de feda , e fio de ouro, e prata. Seguia-fe a *Irmandade da Senhora do Rosario dos Pretos* , «numerosa de muitos Irmãos», todos com opas de feda branca.

(SIMÃO FERREIRA MACHADO (1967) [1784], NARRAÇÃO DE TODA ORDEM, MAGNIFICO APPARATO DA SOLEMNE TRASLADAÇÃO DO EUCHARISTICO SACRAMENTO DA IGREJA DA SENHORA DO ROSARIO PARA HUM NOVO TEMPLO DE NOSSA SENHORA DO PILLAR MATRIS, E PROPRIA MORADA DO DIVINO SACRAMENTO EM VILLA RICA, CORTE DA CAPITANIA DAS MINAS. AOS 24 DE MAYO DE 1733 () [word count] [B00\_0020]).

Não pode ser desconsiderado o fato de existirem também grupos que se ocupavam dos interesses da parcela da população branca, como ilustra o excerto a seguir:

foi ereta a confraria da *irmandade do Rosário dos Brancos* no ano de 1727 por frei Jerônimo de Monte-Real, religioso capuchinho, missionário apostólico que a erigiu com autoridade apostólica, ficando anexa à confraria do Rosário de Roma, com as mesmas graças e indulgências que à de Roma são concedidas. Seguiu-se a *Irmandade da Senhora do Rosário*, intitulada a do Terço *dos Brancos* (CAETANO DA COSTA MATOSO/ José de Lemos Gomes (1999) [1749], 12 - [INFORMAÇÃO DAS ANTIGUIDADES DA FREGUESIA DE CATAS ALTAS] () [word count] [A00\_0969]).

Essas categorias de irmandades/confrarias reforçam a separação entre negros e brancos na estratificação social reinante no Brasil Colônia.

Outro dado importante sobre o estatuto das irmandades é o fato de no período colonial a prática explícita dos rituais do candomblé ser ilegal, existindo, inclusive, fiscalização policial nos terreiros clandestinos. Porém, não era proibido aos negros se reunirem em confrarias e nas igrejas. Com recursos escassos, a maioria das irmandades, incluindo as de Nossa Senhora do Rosário e as de São Benedito, reservadas “à gente de cor”, funcionavam nas laterais das igrejas e dos conventos, o que facilitava a vigilância principalmente por parte dos feitores. Diante disso, os fiéis tinham como único objetivo a construção de capelas que, ao serem fechadas, transformavam-se em espaço, onde se poderia conversar à vontade. Segundo esse autor, o elo entre os participantes era o rosário, mas não tanto como meio de orientar as orações, mas sim como amuleto. Os fiéis tinham o hábito de usá-lo pendurado no pescoço, o que lhes conferia o *status* de católicos, quando, na realidade, eram “puros pagãos”. Sob essa camuflagem conseguiam, cada vez mais, recursos para a construção de novas capelas e outras benfeitorias para a comunidade negra (BASTIDE, 1971, p. 357).

Situadas na base da pirâmide social da Colônia, as irmandades negras, ao mesmo tempo em que lutavam por ascensão, submetiam-se aos mandos da Igreja Católica. Sob uma perspectiva mais ampla:

enquanto associações dotadas de legitimidade jurídica, serviram ao conjunto dos habitantes da América Portuguesa como o principal espaço da sociabilidade disponível na época e, para os cativos e libertos, destituídos de quase tudo, forneceram importantes meios para eles se exprimirem culturalmente e construírem uma identidade própria (VAINFAS, 2001).

Dentro do contexto das irmandades enquadram-se, com destaque, as irmandades de São Benedito, também mencionado como “São Benedito, o Preto”. Segundo Lopes (2004, p. 113), a devoção dos negros a esse santo tem suas origens em Angola, mais precisamente, Luanda, onde, na Igreja do Rosário, sua imagem era reverenciada bem antes de ser canonizado. Filho de etíopes, durante o período colonial, houve várias tentativas por parte de líderes da igreja católica de embranquecer sua imagem, sendo todas elas frustradas; esse fato foi usado como afirmação de igualdade, daí a grande devoção pelo santo entre o povo negro, sobretudo os escravos.

O traço mais marcante das confrarias era a autonomia na condução de seus negócios e de suas questões internas, cuja atuação extrapolava do âmbito simplesmente religioso para o recreativo e social. Dedicando-se à ajuda aos carentes, assistência aos enfermos e presos, organização de funerais, defesa contra maus-tratos, ajuda na obtenção de alforrias, entre outras benfeitorias, as irmandades desempenhavam papel fundamental na vida dos negros.

Ao concluir este capítulo destinado à análise dos dados inventariados e arrolados nos dez subcampos lexicais, tomados como parâmetro para a sistematização do recorte do léxico eleito como objeto de investigação deste estudo, ficou-nos, de forma notória, uma “dupla” imagem, tanto do *índio* quanto do *negro* do Brasil Colônia. Por um lado, a nítida imagem que se apresenta é a de duas etnias perseguidas pelo estigma da escravidão, prática que desestabilizou sociedades inteiras, que fez desaparecer povos, que transformou o ser humano em “moeda”, que usurpou terras, direitos e, literalmente, vidas. Esse primeiro lado da imagem foi trabalhado mais acentuadamente a partir da análise léxico-semântica dos itens lexicais organizados no subcampo **papéis sociais** e, mais especificamente, nos subcampos **designações atribuídas** e **tratamento recebido**.

O outro lado da imagem dos **povos autóctones** e dos **povos alóctones** foi evidenciado por meio das unidades lexicais que denotam influências positivas demonstradas por esses povos por meio da interação, embora muito tímida, dos aspectos socioculturais, religiosos e linguísticos presentes na sociedade brasileira do período colonial. A análise dos subcampos **aspectos antropoculturais** e parte de **povos e línguas em contato** deram mostras da gênese dessa integração.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já assinalado na Introdução, este trabalho teve como principal objetivo analisar em que proporção o léxico veiculado em textos produzidos no Brasil Colônia evidenciam a imagem do *índio* e do *negro* na sociedade colonial. Buscou-se, com isso, numa perspectiva mais específica, catalogar e analisar os itens lexicais identificados no *corpus* do Projeto DHPB, no período de 11/2009 a 02/2010 relacionados às áreas semânticas do *índio* e do *negro*, considerando, para tanto, a relação entre o universo lexical coletado e a história social do Brasil Colônia. Objetivamos, ainda, contribuir para a implementação dos estudos sobre o léxico do português veiculado no período colonial, haja vista que um paralelo entre a história do país e a formação da variante brasileira da língua portuguesa demonstra que o período intitulado Brasil Colônia (séculos XVI, XVII e XVIII) foi de fundamental importância no processo de formação da língua portuguesa do Brasil. Isso porque do intenso contato estabelecido nesse período entre as três etnias formadoras do povo brasileiro – o branco europeu, o indígena e o africano – resultou a sociedade brasileira e, por extensão, a variante brasileira do português.

Para este estudo foram catalogados 265 itens lexicais e, para fins de análise, foram distribuídos nos subcampos: **povos e línguas em contato, tipos humanos/papéis sociais, designações atribuídas, tratamento recebido e aspectos antropoculturais**. Desse total, 150 unidades léxicas foram vinculadas ao campo léxico *povos autóctones* e 115 ao campo léxico *povos alóctones*. Esses números ratificam a importância sociocultural e linguística exercida por essas duas camadas étnicas que, juntamente com o imigrante português, compuseram a primeira camada de habitantes do território brasileiro, resultante, da miscigenação etnolinguística que se processou no novo território conquistado pelos portugueses: a convivência entre milhares de povos indígenas, o colonizador europeu e as grandes levas dos povos importados do Continente Africano na condição de escravos gerou o perfil da população brasileira representante dos primeiros séculos da colonização do País e influenciou sobremaneira na configuração da norma lexical do português do Brasil.

A categoria **designações atribuídas** relacionadas tanto aos *povos autóctones* quanto aos *povos alóctones* foi, dentre todas as catalogadas, a mais representativa em termos de alcance dos objetivos traçados para a pesquisa (respectivamente, 75 e 48 unidades lexicais). Aos subcampos **designações atribuídas** foram vinculadas as unidades léxicas que melhor se configuraram como *palavras-testemunhas* do período em estudo, haja vista consubstanciarem a visão da sociedade colonial brasileira acerca do *índio* e do *negro*. A título de exemplo podemos citar as seguintes lexias: **povos autóctones**: *gente boçal, gente nua, bichos do mato, criaturas inocentes, selvagens, indiada*; **povos alóctones**: *escravo boçal, escravo de enxada e fouce, escravo ladino, negro mestre, negra ladina*.

Importante destacar, ainda, que o cotejo das unidades lexicais investigadas evidenciou que as relacionadas à forma de tratamento dispensada aos povos não-lusos podem ser agrupadas, basicamente, em dois blocos definidos: o primeiro, formado por um reduzido número de itens lexicais de cunho apreciativo, reuniu lexias como *índio amigo, valoroso índio, índio notável, negro mestre, negro bem feito* e o segundo, mais extenso, evidencia traços peculiares de depreciação, atestados pelos itens lexicais *homens despropositados, índio inconstante, índio infiel, índio miserável, gente indômita, vil escravo, escravo miserável, ignorantes em sumo grau, negro ladrão, peças de escravos*, entre outros.

Esses dados demonstram que a teoria dos campos léxicos foi de fundamental importância para a organização dos dados, o que favoreceu a compreensão da intersecção entre as várias áreas semânticas, evidenciadas no conjunto do vocabulário, evidenciando uma visão dos valores que determinavam a estratificação social predominante no Brasil Colônia, materializados por meio do léxico.

O vocabulário coligido apontou, também, aspectos da realidade econômica característicos do momento histórico focalizado, com destaque para o papel desempenhado pelos *índios* e pelos *negros* no sistema econômico do Brasil Colônia, papel esse revelado pela forma de tratamento a eles dispensada. O vocabulário analisado demonstrou evidências não somente de atitudes de indiferença ou desprezo, mas, sobretudo, das ações desumanas praticadas contra essa parcela da população tida apenas como *peças* de mão-de-obra, de uma sociedade em construção. Os dados lexicais examinados confirmaram, pois, a importância cultural e linguística dos povos indígenas e africanos na formação étnica e

linguística do Brasil Colônia, o papel social desses povos na estrutura da sociedade desse período e a questionável forma de tratamento dispensada à etnia indígena pelos colonizadores nos primeiros séculos de colonização do Brasil.

Outro importante aspecto a ser salientado diz respeito à natureza do *corpus* desta pesquisa, haja vista o caráter inédito dos dados analisados, uma vez que a Base de Dados do Projeto DHPB, ainda restrita ao grupo de pesquisadores que integram a equipe do Projeto, reúne textos representativos dos séculos XVI, XVII e XVIII, tomados como referência para a elaboração do produto final do Projeto, o Dicionário Histórico do Português do Brasil, que representará um salto altamente significativo para a história da Lexicografia brasileira e portuguesa, à medida que preencherá uma lacuna existente em termos de documentação, por meio de uma obra lexicográfica, da norma lexical veiculada nos primeiros séculos da formação do português do Brasil.

Cabe-nos ainda sublinhar que a análise aqui apresentada constituiu apenas uma das abordagens entre as inúmeras que o estudo de um *corpus* dessa natureza pode possibilitar. Em virtude da necessidade de delimitação, fizemos escolhas que nos permitiram confirmar as hipóteses estabelecidas para esta pesquisa: i) importância cultural e linguística dos povos indígenas e africanos na formação étnica e linguística do Brasil Colônia; ii) o papel social desses povos na estrutura da sociedade desse período; iii) a questionável forma de tratamento dispensada às etnias indígenas e africanas pelos colonizadores nos primeiros séculos de colonização do Brasil, materializada no léxico; iv) a ausência de uma política linguística alicerçada e equilibrada com relação aos povos autóctones e alóctones (africanos) que aqui conviveram com o colonizador europeu interferiu na formação e na difusão do português na sua variante brasileira.

Acreditamos, por fim, ter apresentado uma contribuição para o estudo do léxico do português colonial, sob a perspectiva da sua relação com os valores veiculados na sociedade de então e com isso fornecido uma singela demonstração do potencial da Base de Dados do Projeto DHPB, em termos de fontes de pesquisa sobre a língua portuguesa, para além da sua finalidade precípua, que é a de fornecer a nomenclatura para o primeiro dicionário histórico sobre o português do Brasil.

## REFERÊNCIAS

AB' SÁBER, A. N. [et al]. Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupis. In: *Época colonial: do descobrimento à expansão territorial. Introdução geral*; HOLANDA, S. B. de. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ABREU, J. C. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ALMEIDA, R. H. de. *O diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Editora Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

ANTONIL, A. J. *Cultura e Opulência do Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, [1711] 1982.

BARROS, L. A. *Curso básico de Terminologia*. São Paulo: editora da USP, 2004.

BASTIDE, R. *As religiões africanas no Brasil – contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

BASSO, R. ILARI, R. *O português da gente*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

BIDERMAN, M. T. C. A Formação e consolidação da norma lexical e lexicográfica no Português do Brasil. In: NUNES, J. H; PETTER, M. (Orgs). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH e Pontes, 2002, p.65-82.

\_\_\_\_\_*Teoria linguística. Teoria lexical e linguística computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_*As ciências do léxico*. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (Orgs.) *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, 1998, p. 11-20.

\_\_\_\_\_*A estrutura mental do léxico*. In: *Estudos de Filologia e Linguística*. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP, 1981, p. 131-145.

- BLUTEAU, R. *Vocabulário Português & latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.
- BOLOGNINI, C. Z; PAYER, M. O. Línguas de Imigrantes. *Revista Língua e Cultura*. São Paulo. Vol.57, Número 02, 2005, p. 43-46.
- BONAVIDES, R.; AMARAL, P. *Textos políticos da história do Brasil*. 3ª ed. Brasília: Senado Federal, 2002.
- BONVINI, E. Línguas africanas e Português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. (Orgs.) *África no Brasil. A formação da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 75-89.
- BORGES, L. C. A instituição de Línguas Gerais no Brasil. In: ORLANDI, E. P. (Org.) *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2001, p. 199-222.
- Enciclopédia Brasileira – História Geral. Copyright 2001. [br.geocities.com/vinicrashbr/historiageral/colonizacaodaamerica.htm](http://br.geocities.com/vinicrashbr/historiageral/colonizacaodaamerica.htm) – 8k.
- CÁCERES, F. *História do Brasil*. São Paulo: Editora Moderna, 1993.
- CALDAS AULETE. *Dicionário da Língua Portuguesa Caldas Aulete*. Versão digital. São Paulo: Editora Lexikon [1980], 2007.
- CÂMARA CASCUDO, L. da. *História da alimentação no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1983.
- CASSIANO RICARDO, L. *Marcha para Oeste*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, 1970.
- CHIAVENATO, J. J. *O negro no Brasil*. São Paulo: livraria Brasiliense, 1980.
- COSERIU, E. *Teoria da linguagem e linguística geral*. Rio de Janeiro: Editora USP, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Princípios de semântica estrutural*. Madrid: Editorial Gredos, 1977.
- CUNHA, A. G. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo: melhoramentos, 1978.

DIÉGUES JÚNIOR, M. *Regiões Culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), 1960, p. 9-116.

DUBOIS, J. et al. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

ELIA, S. *Fundamentos histórico-lingüísticos do Português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. 13ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio da Língua Portuguesa*, versão 5.0, 3ª. edição, Rio de Janeiro: Positivo. 2004.

FINATTO, M. J. B; ISQUERDO, A. N. (Orgs) *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, 2008, p. 11-16.

FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala*. 49ª ed. São Paulo: Global, 2004, p. 218-232.

GECKELER, H. *Semântica estructural y teoria del campo léxico*. Madrid: Editorial Gredos, 1976.

GUIMARÃES, E. A Língua Portuguesa no Brasil. *Revista Língua e Cultura*. São Paulo. Vol.57, Número 02, 2005, p. 24-25.

HAENSCH, G. Tipologia de las obras lexicográficas. In HAENSCH, G. et al. *La lexicografía de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982, p. 93-187.

HEYWOOD, L. M. *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HONÓRIO RODRIGUES, J. *A rebeldia negra e a escravidão*. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 1981.

HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*, versão 1.0, São Paulo: Objetiva, 2001.

\_\_\_\_\_ *O Português no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992, p. 57-76.

ISQUERDO, A. N. Dicionário Histórico do Português do Brasil - séculos XVI, XVII e XVIII: notícias sobre o projeto. In: *V Seminário de Estudos sobre Linguagem e*

*Significação (SELISIGNO) e VI Simpósio de Leitura do Brasil*, 2006, Londrina - PR. *Anais do V SELISIGNO e VI Simpósio de Leitura da UEL*. Londrina - PR: Mídia eletrônica, 2006.

\_\_\_\_\_ Léxico em tempo e espaço: a questão dos regionalismos. In: MARIN, J. R.; VASCONCELOS, C. A. de. *História, região e identidades*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2003, p. 165-181.

\_\_\_\_\_ *O fato linguístico como recorte da realidade sociocultural*. Araraquara- SP: UNESP. Tese de Doutorado, 1996.

\_\_\_\_\_ O léxico do “soldado da borracha”: uma deriva de valores. *Alfa: revista de linguística*. São Paulo, v. 38, 1994, p. 181-189.

KATO, M.A. ROBERTS, I. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LARA, L. F. O dicionário e suas disciplinas. In ISQUERDO, A. N. e KRIEGER, M. G. (Org.) *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, 2004, 133-152.

LOPES, N. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2004.

LORENTE, M. A lexicografia como ponto de encontro entre a gramática e a semântica. In: ISQUERDO, A. N. e KRIEGER, M. G. (Org.) *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, 2004, p. 19-30.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A. RIBEIRO, I. (Orgs.) *O Português Afro-brasileiro*. Bahia: EDUFBA, 2009.

\_\_\_\_\_ As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil. In: *DELTA*, 17:1, 2001, p. 97-130.

LYONS, J. *Semântica I*. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

MACHADO, J. P. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2ª edição. Lisboa: Livros Horizonte, 1967.

MARIANI, B. *Colonização Linguística*. Campinas, São Paulo: Editora Pontes, 2004.

MATTOS E SILVA, R. V. “Bárbaros à porta”: uma reflexão histórica sobre a Língua Portuguesa no Brasil da atualidade. In: RONCARATI, C. e ABRAÇADO, J. (Orgs.). *Português Brasileiro II – Contato Linguístico, Heterogeneidade e História*. Niterói: EDUFF, 2008, p. 391- 398.

\_\_\_\_\_ Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas repensados. In: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A.; SILVA, R. V. M. (Orgs.). *Quinhentos anos de história Linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 219-254.

\_\_\_\_\_ *O Português são dois: novas fronteiras, Velhos Problemas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MELO, G. C. *A Língua do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1975.

MELO e SOUZA, M. *África e Brasil Africano*. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.

MENDONÇA, R. *A influência africana no português do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

MOTA, M. B.; BRAICK, P. R. *História das cavernas ao terceiro milênio*. São Paulo: Moderna, 2005.

MOURA, C. *Quilombos, resistência ao escravismo*. São Paulo, Ática, 1987.

SILVA, A. de M. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Tomos primeiro e segundo, Lisboa: Tipographia Lacérdina, 1813.

MURAKAWA, C. A. A. Dicionário Histórico do Português do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII: um contributo à Lexicografia. In: *Resumos expandidos XXIII ENANPOLL*. Disponível no site <http://www.mel.ileel.ufu.br/gtlex/xiiienanpoll/resumo/caderno.asp>. 2008. Acesso em 08/11/2009.

\_\_\_\_\_ Dicionário Histórico do Português do Brasil: um modelo de dicionário histórico. In: *Programa – Resumos do I Congresso Internacional de Linguística Histórica*. Salvador – BA, 2009, p. 229-230.

NASCENTES, A. *Dicionário etimológico resumido*. Colônia: Instituto nacional do livro, 1966.

- NINA RODRIGUES, R. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Editora Madras, 2008.
- NOLL, V. A. A formação do Português do Brasil. In: DIETRICH, W. ; NOLL, V. *O Português do Brasil*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt-am-Main: Vervuert, 2004, p. 13-23.
- PALMER, G. B. *Linguística Cultural*. Madrid: Alianza Editorial, 2000.
- PASTORE, P. C. F; SUCCI, T. M; XATARA, C. M. A web como base de dados textuais. In: MARTINS, E.S; CANO, W.M; MORAES FILHO, W.B (Orgs) *Léxico e Morfofonologia: Perspectivas e análises*. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 271-282.
- PESSOA DE CASTRO, I. A matriz africana no português do Brasil. In: CARDOSO, S. A. M. ; MOTA, J. A. e Mattos e SILVA, R. V. (Orgs.). *Quinhentos anos de história Linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do estado da Bahia, 2006, p. 81-116.
- PETTER, M. Línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A. e MATTOS e SILVA, R. V. (Orgs.). *Quinhentos anos de história Linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 117-142.
- \_\_\_\_\_ Termos de origem africana no léxico do português do Brasil. In: NUNES, J. H.; PETTER, M. (Orgs). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH e Pontes, 2002, p. 123-142.
- \_\_\_\_\_ Africanismos no português do Brasil. In: ORLANDI, E. (org.) *História das ideias linguísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP; Pontes Editores, 2001, p. 223-233.
- PINTO E SILVA, P. *A Cozinha da Colônia em Nossa História*, p.20-23. Ano 3, nº 29. Editora Vera Cruz: São Paulo, 2006.
- PIRES DE OLIVEIRA, A. M. P.; ISQUERDO, A. N. (Orgs.) Apresentação. In: *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998.
- PORTELA, F. *A questão do índio*. São Paulo: Ática, 2004.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, [1942] 1994.

\_\_\_\_\_ *História Econômica do Brasil*. 1ª edição, 46ª reimpressão [2004]. São Paulo/SP: Editora Brasiliense, [1945] 2004.

PRETI, D. *Sociolinguística – Os níveis de fala*. São Paulo: EDUSP, 1974.

PRIORE, M. D.; VENÂNCIO, R. P. *O Livro de ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

PROJETO DICIONÁRIO HISTÓRICO DO PORTUGUÊS DO BRASIL - Base de dados inédita (restrita). Laboratório de Lexicografia. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Araraquara, 2010.

RENAULT, D. *Indústria, Escravidão e Sociedade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro*. São Paulo: Círculo do Livro, 1995.

\_\_\_\_\_ *Os Brasileiros: teoria do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987.

RODRIGUES, A. D. As Outras Línguas da Colonização do Brasil. In: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A. e Mattos e SILVA, R. V. (Orgs.). *Quinhentos anos de história Linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do estado da Bahia, 2006, p. 143-161.

\_\_\_\_\_ Sobre as Línguas Indígenas e sua Pesquisa no Brasil. *Revista Língua e Cultura*. São Paulo. Vol.57, Número 02, 2005, p. 35-38.

\_\_\_\_\_ Argumento e predicado em Tupinambá. *Boletim da ABRALIN*, n. 19, p. 57-66. 1996.

SÁNCHEZ, M. G. P. *Introducción a la fraseología española*. Barcelona: Anthropos, 2008.

SANTANA, A. P. A visão do negro na obra *Cultura e opulência do Brasil: uma abordagem léxico-semântica*. In: *Linguagens; desafios contemporâneos*. Cuiabá: UFMT, 2008. Disponível no site: [www.gelco.org.br/web/downloads/revista](http://www.gelco.org.br/web/downloads/revista)

SANTOS LUCIANO, G. dos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber os povos indígenas no Brasil*. Brasília: Edições MEC/UNESCO, 2006.

SAPIR, E. *Linguística como ciência*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

SARDINHA, T. B. Linguística de Corpus: histórico e problemática. *D.E.L.T.A.*, Vol. 16, N.º 2, 2000, p. 323-367.

SILVA NETO, S. *História da Língua Portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

\_\_\_\_\_ *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Presença, 1976.

SKIDMORE, T. E. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, N. W. *Formação histórica do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

\_\_\_\_\_ *Panorama do Segundo Império*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

TEYSSIER, P. *História da Língua Portuguesa*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

TRISTÁ, A. M. *Fraseologia y contexto*. Cuba: Editorial de ciências sociales, la Habana, 1988.

ULLMANN, S. *Semántica*. Introducción a la ciencia del significado. Madrid: Taurus Ediciones, 1991, p. 270-283.

VAINFAS, R. *A heresia dos índios - catolicismo e rebeldia*. Editora São Paulo: CIA das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_ *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VIDOS, E. B. *Manual de linguística Românica*. 2ª edição corrigida e atualizada. Rio de Janeiro. Edição do tradutor, 2001, p. 74-76.

VICENTINO, C.; DORIGO, G. *História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2001.

VILELA, M. *Estudos de lexicologia do Português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

WELKER, H. A. *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*. Brasília: Thesaurus, 2004.

